



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – PPGPS**

**Anderson Cavaleiro da Luz**

**As manifestações políticas em junho de 2013 no Brasil: análises que  
polarizam as redes de internet**

**Brasília - DF**  
**2015**

**Anderson Cavaleiro da Luz**

**As manifestações políticas em junho de 2013 no Brasil: análises que  
polarizam as redes de internet**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Política Social.

Orientador: Profa. Dra. Maria Lucia Lopes da Silva.

Brasília - DF  
2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CL979m Cavalheiro da Luz, Anderson  
As manifestações políticas em junho de 2013 no  
Brasil: análises que polarizam as redes de internet  
/ Anderson Cavalheiro da Luz; orientador Maria Lucia  
Lopes da Silva. -- Brasília, 2015.  
168 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política  
Social) -- Universidade de Brasília, 2015.

1. cidade. 2. movimentos sociais. 3. manifestações  
de rua. 4. ciberativismo. 5. redes sociais. I. Lopes  
da Silva, Maria Lucia, orient. II. Título.

Folha de Aprovação

Anderson Cavalheiro da Luz

**As manifestações políticas em junho de 2013 no Brasil: análises que  
polarizam as redes de internet**

Aprovado em: 11/12/2015

**Banca examinadora**

---

**Profa. Dra. Maria Lucia Lopes da Silva**

**— Orientadora**

Departamento de Serviço Social (SER) – UnB

---

**Profa. Dra. Rosa Helena Stein**

Departamento de Serviço Social (SER) – UnB

---

**Profa. Dra. Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz**

(Membro Externo não vinculado ao Programa) UNIFESP

Dedico àqueles que ousam subverter as ordens, seja nas  
ruas, na política, na sociedade, na vida.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho está longe de ser uma construção somente minha. Ele é resultado da indignação de milhares de pessoas, que, com suas iras, também nos fazem indignar-se com o mundo atual. Portanto, este trabalho somente se deu pela existência dessas pessoas que acreditam no poder das ruas, que acreditam em outra sociabilidade, que acreditam que o enfrentamento é necessário e também possível de ser feito.

Para além destes, o trabalho ainda não se daria sem as análises teóricas feitas por pesquisadores que se debruçam sobre as temáticas urbanas, os movimentos sociais e os grupos de *ciberativismo*. Mesmo tendo pouco distanciamento entre os ocorridos em junho de 2013, possibilitando um campo limitado de produção, esses autores, aqui apresentados, foram de fundamental importância para compreensão do objeto, dos estudos, das análises e das revisões necessárias para um melhor trabalho. Meu agradecimento a quem se dedica à pesquisa e a quem indiretamente fez-se de fundamental importância neste trabalho. Agradeço ainda:

Ao Instituto Nacional do Seguro Social, pela liberação para afastamento remunerado do meu exercício profissional durante a elaboração deste trabalho. E ao CRESS 10<sup>a</sup> Região – DF, pela liberação para afastamento do cargo de conselheiro profissional.

Aos meus colegas e amigos de trabalho e de luta no conselho profissional que estiveram comigo durante esse processo, compreendendo as dinâmicas necessárias, as alterações de horários, as necessidades de estudo, colaborando assim para que minha vida acadêmica fosse permanente e positiva: Ana Colusso, Paulo César Carvalho, Sheila Pereira, Fernanda Fernandes, Fernanda Oliveira e Ramona Carlos.

Aos amigos queridos que entenderam a necessidade do meu distanciamento, dos momentos de isolamento, e que por muitas vezes me presentearam com palavras de força e incentivo, mesmo em longas distâncias. Com certeza, vocês são parte desse processo. A amizade e a força de vocês tornaram-se imprescindíveis e necessárias: Adriana Oliveira, César Nascimento, Denise Arakaki, Keila Castro, Luciana Miyakawa, Márcia Cabral, Micheline Cunegundes, Rosinha Couto, Rudson Rossato, e, em especial, Vitor Araújo e Saymon Borges.

Aqueles que não deixam a toalha ser jogada nunca, meus colegas e amigos do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB. Nossos longos papos pelas madrugadas, mesmo pelas redes sociais, soavam muitas vezes como as palavras que todo aluno nestas condições precisa ouvir. Parecia que somente nós nos entendíamos. Entre risos, choros e ataques de euforia, vocês são o presente que o programa me possibilitou. Muito obrigado por estarem juntos nessa, Ana Paula Barros, Caroline Neves, Fabrícia Pereira, Hannah Zuquim, Janisse Carvalho, Jucileide Nascimento, Julio César Souza e Thais Caroline.

À minha família, em especial, minha irmã Nanda, que entende que cada passo é um passo difícil, mas é um passo que precisar ser dado, muitas vezes, sozinho, com paciência, com solidão e com ousadia.

Aos componentes da banca de qualificação e da banca examinadora, Daniela Neves, Deane Costa, Rosa Stein e Tania Diniz pelas contribuições dadas a este trabalho, resultando no meu aperfeiçoamento acadêmico.

Por fim, de extrema importância nesse processo, agradeço à professora orientadora, companheira de luta, colega de profissão e amiga Lucia Lopes, por ter topado este desafio juntamente comigo. Suas palavras não são apenas palavras, soam como um choque necessário para que um trabalho melhor possa ser realizado e apresentado. Agradeço por cada desafio posto a mim, por cada discussão, mesmo que as ideias parecessem divergentes, por cada reflexão que me fez ter. Obrigado não somente pela orientação dada a este trabalho, mas por acreditar que podemos ser melhores na pesquisa, na luta e na vida. Suas palavras de incentivo ficam comigo como meta a ser alcançada “cada dia triste é uma vida perdida”, então não teremos mais dias tristes, mas, sim, desafiadores.

Obrigado a todos e a todas que de certa forma contribuíram!

**Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a primavera inteira.**

**Che Guevara**

## Resumo

Esta dissertação aborda as manifestações políticas ocorridas em junho de 2013 no Brasil, apresentando as análises que polarizaram as redes de *internet* referentes aos quatro grupos *ciberativistas* – *MPL*, *Mídia Ninja*, *Anonymous* e *Black Bloc*. Objetivou-se elucidar as novas formas de mobilizações e manifestações políticas, destacando o papel desempenhado pelas redes sociais, a influência da história recente da urbanização das cidades brasileiras, a relação das políticas públicas e do Estado com as pautas apresentadas pelos manifestantes, bem como os processos de mobilização ocorridos em diferentes lugares do mundo, como Estados Unidos, Europa e alguns países árabes. A pesquisa teve natureza absolutamente documental, desde documentos impressos e virtuais de natureza científica até as notícias e informações divulgadas nos portais de notícias, nas páginas dos grupos que convocaram as manifestações, em revistas científicas eletrônicas de instituições de produção do conhecimento científico. Também se utilizou um mecanismo de busca, o qual tem como prioridade a indexação do maior volume de documentos na *Web*, buscando o maior número de acessos e apresentando resultados baseados em critérios de relevância. Dessa forma, apresentaram-se as análises referentes aos grupos ora estudados, de modo a compreender as diferentes perspectivas e interpretações desses movimentos de rua nunca vistos em tamanha magnitude no século XXI, ressaltando as suas relações com as redes de *internet* e ao *ciberativismo*.

Palavras-chave: cidade, movimentos sociais, manifestações de rua, *ciberativismo*, redes sociais.

## ABSTRACT

This paper addresses the political demonstrations that took place in June 2013 in Brazil, presenting the analyzes that have polarized the internet networks recorded in the four cyber-activists groups - MPL, Ninja Media, Anonymous and Black Bloc. This study aimed to elucidate the new forms of mobilization and political demonstrations, highlighting the role of social networks, the influence of the recent history of urbanization of Brazilian cities, the ratio of public policies and the State with the guidelines presented by the demonstrators, as well as mobilization processes occurring in different parts of the world such as America, Europe and some Arab countries. The research was absolutely nature documentary, from print and Web documents of a scientific nature to the news and information disclosed in the news portals on pages of groups called demonstrations in electronic journals production institutions of scientific knowledge. Also used a search engine, which has a priority indexing the higher volume of documents on the Web, searching for the most number of hits and presenting results based on relevance criteria. Thus, they showed up analyzes related to either groups, in order to understand different perspectives and interpretations of these street movements unprecedented in magnitude in the XXI century, emphasizing its relationship with the internet networks and cyber activism.

Keywords: town, social movements, street demonstrations, cyber activism, social networks.

## LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Análise das notícias envolvendo o termo “*MPL*” entre 6 de junho e 6 de agosto de 2013.-----p. 115

Quadro 2 – Análise das notícias envolvendo o termo “Mídia Ninja” entre 6 de junho e 6 de agosto de 2013-----p. 124

Quadro 3 – Análise das notícias envolvendo o termo “Anonymous” entre 6 de junho e 6 de agosto de 2013-----p. 133

Quadro 4 – Análise das notícias envolvendo o termo “Black Bloc” entre 6 de junho e 6 de agosto de 2013-----p. 141

## LISTA DE SIGLAS

- 15M - Movimiento 15-M
- 4G - *Fourth Generation*
- ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
- BA - Bahia
- CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias
- CMTC - Companhia Municipal de Transportes Coletivos
- COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
- DDoS - *Distributed Denial of Service*
- DF - Distrito Federal
- DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- EBC - Empresa Brasil de Comunicação
- EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica
- EUA - Estados Unidos da América
- FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
- FIFA - *Fédération Internationale de Football Association*
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- G20 - Grupo dos 20
- G8 - Grupo dos 8
- GO - Goiás
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IG - *Internet Group*

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras

IP - *Internet Protocol*

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IPK - Índice de Passageiro por Quilometro

IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LOL - *Laughing out Loud*

MA - Maranhão

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MG - Minas Gerais

MPL - Movimento pelo Passe Livre

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MT - Mato Grosso

MTV - *Music Television*

NIJNA - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação

NPR - National Public Radio

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCO - Partido da Causa Operária

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PE - Pernambuco

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S. A

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PIB - Produto Interno Bruto

PL - Projeto de Lei

PM - Polícia Militar

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE - Plano Nacional de Educação

PP - Partido Progressista

PPB - Partido Pacifista Brasileiro

PR - Partido da República

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PT do B - Partido Trabalhista do Brasil

RBA - Rede Brasil Atual

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RJ - Rio de Janeiro

RR - Roraima

SC - Santa Catarina

SP - São Paulo

STF - Supremo Tribunal Federal

SUS - Sistema Único de Saúde

TCU - Transporte Coletivo Urbano

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

TV - Televisão

UM-Habitat - Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas

UnB - Universidade de Brasília

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UOL - Universo *Online*

URL - *Uniform Resource Locator*

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP - Universidade de São Paulo

WEB - *World Wide Web*

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	17
<i>Percurso Metodológico</i> .....	25
CAPÍTULO 1 – DE QUE DIREITOS E DE QUE CIDADES SE FALA? .....	31
1.1 Cidades e industrialização – uma breve reflexão.....	31
1.2 A construção do espaço urbano – as cidades no Brasil a partir do século XX .....	40
1.3 Análise sobre direitos e políticas sociais para as cidades brasileiras.....	49
CAPÍTULO 2 – POR DENTRO DAS RUAS.....	63
2.1 Movimentos sociais: distâncias teóricas com as manifestações de junho de 2013 .....	63
2.1.1 <i>Notas sobre os chamados “novos movimentos sociais”</i> .....	68
2.2 Pelas ruas e praças do mundo.....	74
2.2.1 <i>Primavera Árabe</i> .....	75
2.2.2 <i>Movimento Occupy</i> .....	83
2.2.3 <i>As Praças dos Indignados</i> .....	86
CAPÍTULO 3 – JUNHO DE 2013.....	91
3.1 O Gigante acordou? As manifestações de junho de 2013 no Brasil .....	91
CAPÍTULO 4 – GRUPOS MOBILIZADORES DAS JORNADAS E NOTÍCIAS RELEVANTES	108
4.1 <i>Movimento pelo Passe Livre (MPL)</i> .....	109
4.2 <i>Mídia Ninja</i> .....	120
4.3 <i>Anonymous</i> .....	129
4.4 <i>Black Bloc</i> .....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	149
REFERÊNCIAS.....	157

## INTRODUÇÃO

Deveras se vive tempos sombrios. Não são tempos de crises estanques, locais, e muito menos particularizadas a esta ou àquela nação, ramo de produção ou região. Fala-se hoje em crise em escala global, em contexto de mundialização do capital e de relacionamento por meio de redes cujas estruturas reforçam as perspectivas do capital. Sob a crise estrutural do capital, vive-se atualmente sob uma estrutura complexa, à qual outras estruturas também complexas se relacionam sempre permeadas por interesses de diferentes frações representativas do capital e com gritantes consequências para os trabalhadores. Como diz Mészáros:

em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Uma crise não estrutural, em vez disso, afeta apenas algumas partes do complexo em questão e assim, não importa o grau de gravidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. (MÉSZÁROS, 2010, p. 71).

Vive-se então um momento em que a crise extrapola as mais diversas áreas de atividades econômicas. Na atualidade, a crise não escolhe a quem deve atacar, manifestando-se no mundo capitalista desde meados de 1970, apresentando vários ciclos característicos, que levaram ao seu aprofundamento. Um deles desencadeou-se primeiramente em um setor – como ocorreu com o mercado imobiliário nos Estados Unidos em 2008 –, alastrando-se para outros setores da economia, da política e da vida social.

Nos Estados Unidos, em 2008, viu-se uma crise que assolou diretamente o mercado financeiro, atingindo o sistema bancário, devido ao financiamento habitacional, mas que se expandiu ligeiramente ao restante do mundo em diversas dimensões (econômicas, políticas, culturais etc.).

Portanto, a crise que se aprofundou em 2008 – visto que já dava sinais de ascensão – não é uma crise americana. Assim como o capitalismo fez do processo de mundialização do capital o meio reprodutor para sua manutenção, Arcary (2014, p. 42) destaca que “os destinos políticos e econômicos da civilização se decidem na arena mundial, ainda que a luta política se desenvolva, aparentemente, em marcos nacionais”.

É diante deste cenário avassalador que Alves pontua a imersão da crise em outros continentes, para além do americano. Segundo o autor (2012, p. 31), “a profunda crise do

subprime de 2008 afetou seriamente os países norte-africanos, piorando os níveis de pobreza, e teve como estopim a elevação do preço dos alimentos e de outros produtos básicos.”. Para Arcary (2014) e Alves (2012), além de no contexto de crise haver a incapacidade de manutenção das condições de vida da população em padrões aceitáveis socialmente, como garantia de direitos – incluindo o trabalho –, a crise de 2008 deixou claro a serviço de quem estava o Estado. Nessa direção, a sociedade viu-se alocada em um espaço em que só é solicitada a opinar, por meio do voto, em geral, de quatro em quatro anos, dividida entre governos democratas ou republicanos, centro-esquerda ou centro-direita.

Contudo, mesmo com as alternâncias desses governos, muito pouco tem se alterado em termos de medidas econômicas. Pelo contrário, o choque liberalizante, vivido, por exemplo, no Brasil, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), somente propiciou maior abertura comercial, privatizações e desregulamentações financeiras, contribuindo para elementos nítidos de uma política neoliberal (IAMAMOTO, 2009), cuja continuidade foi dada pelos governos seguintes, ditos de esquerda, mas que pouco se diferenciam dos governos de direita.

Para Mike Davis, professor da Universidade da Califórnia,

a grande questão não é subir os impostos dos ricos ou realizar uma melhor regulamentação dos bancos. Trata-se de democracia econômica – o direito de as pessoas comuns tomarem macrodecisões sobre investimento social, taxas de juros, fluxo de capital, criação de empregos, aquecimento global e afins. Se o debate não for sobre o poder econômico, ele é irrelevante. (DAVIS, 2012, p. 43).

Chegou-se à exaustão da exploração, o que ameaça a sobrevivência. A população ainda clama pelo término da crise, contra a perda de direitos, contra o autoritarismo de regimes pseudodemocráticos e pelo término das ditaduras, pois não se fala apenas dos Estados Unidos.<sup>1</sup>

Na opinião de Arcary,

um bom ponto de partida da análise da etapa internacional é tentar não nos enganarmos a nós mesmos. E há mais de uma maneira de nos enganarmos. Podemos ver as circunstâncias do presente com lentes que aumentam ou

---

<sup>1</sup> Na Tunísia, Zine El Abedine Ben Ali foi deposto do poder depois de mais de 32 anos como Primeiro Ministro de Estado. No Egito, Hosni Mubarak renunciou ao cargo de Presidente após mais de 30 anos no poder. Seu sucessor Mohamed Morsi foi o primeiro presidente a assumir a cadeira eleito democraticamente, sendo deposto por um golpe militar, que está há pouco mais de um ano no poder. Em 2015, foi condenado à prisão por ser conivente com a tortura de manifestantes durante seu curto mandato. No Iêmen, Ali Abdullah Saleh aceitou deixar o cargo após mais de 32 anos no poder, sendo substituído por Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, o qual perdurou por menos de 3 anos no poder, deixando o país sob ameaças da milícia Houthis, que instalou um Comitê Revolucionário. Por fim, na Líbia, após expedição de mandado de prisão ao Presidente Muamar Kadaffi e consequente fuga, Kadaffi foi morto por simpatizantes do Conselho Nacional de Transição, finalizando assim um mandato de 42 anos no poder.

diminuem as dificuldades, se perdemos o sentido das proporções. Se a alternância dos ciclos de expansão e contração do capitalismo demonstra que o sistema se aproxima de seus limites históricos, revela, também, que o capitalismo não terá uma morte “natural”. O sistema precisa ser derrotado pela mobilização revolucionária da classe trabalhadora. Sem a entrada em cena de um sujeito social capaz de unir explorados e oprimidos, o capitalismo ganha tempo histórico de sobrevivência. (ARCARY, 2014, p. 34).

Existe nos países que participaram da *Primavera Árabe*, nos países que compõem a Zona do Euro e nos Estados Unidos uma profunda crise que emerge para além do significado de perda de direitos sociais, trabalhistas e redução do poder de consumo. Paralelo a isso, existe uma crise de identidade dos próprios movimentos, que não conseguem demonstrar claramente seus objetivos, limitando-se, em alguns momentos, somente a uma profunda indignação. Permeados por variados discursos, o consenso dos grupos que vão às ruas nem sempre é permanente. Imersos em uma crise que tolhe a perspectiva de futuro de milhares de jovens, os movimentos dos indignados se lançam às praças públicas sem saber exatamente o que querem, mas com ao menos um único objetivo certo: demonstrar sua indignação ante o padrão imposto pelo sistema atual.

No Brasil, as manifestações de junho de 2013 podem ter sido contraditórias e confusas para grande parte da sociedade brasileira. Para maioria, as manifestações foram consideradas apelativas, para outros, foi um nó na garganta, há tempos preso, que se soltou. As manifestações de junho de 2013, ocorridas em quase todos os cantos do País, mas principalmente nas grandes cidades brasileiras, certamente entraram para a história não como movimentos politizados – conforme os organizados por grupos de reconhecimento nacional, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) ou por partidos políticos com claras ideologias, como as propugnadas pela hegemonia de esquerda, por exemplo, Diretas Já (1984) e Fora Collor (1992) –, ou com capacidade crítica ao modelo de sociedade que se vivencia hoje. Essas manifestações entraram para história marcadas pela inexistência de uma pauta específica e concreta, pelas suas performances midiáticas, pelo seu senso de organização por meio das redes sociais e pela impressionante quantidade de pessoas nas ruas, não necessariamente trabalhadores.

Para Chauí (2013, [p?]),

Começamos por uma obviedade: como as manifestações são de massa (de juventude, como propala a mídia) e não aparecem em sua determinação de classe social, que, entretanto, é clara na composição social das manifestações das periferias paulistanas, é preciso lembrar que uma parte dos manifestantes não vive nas periferias das cidades, não experimenta a violência do cotidiano experimentada pela outra parte dos manifestantes.

Naquela conjuntura, acreditava-se que se vivia em um País melhor, onde os índices de pobreza diminuíram drasticamente, em que os jovens podiam em idade regular frequentar o ensino superior através dos vários programas do governo federal, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), e o exponencial aumento do crédito imobiliário, que pôde dar acesso à casa própria como não se via acerca de trinta anos neste País.<sup>2</sup>

Contudo, para Maricato,

As primeiras medidas de combate à fome e à pobreza constituíram um círculo virtuoso do fortalecimento do mercado interno. Os principais programas sociais do governo Lula, continuados pelo de Dilma Rousseff, foram o Bolsa Família, o Crédito Consignado, o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em universidades privadas trocadas por impostos, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Luz para Todos. Garantiu-se também um aumento real do salário mínimo (cerca de 55%, entre 2003 e 2011, conforme o Dieese). Os classificados em “condição de pobreza” diminuíram sua representação de 37,2% para 7,2% nesse mesmo período. Além disso tudo, o crescimento tanto da economia quanto das taxas de emprego trouxe esperança de dias melhores. Em 2007 o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado ao investimento em obras de infraestrutura econômica e social. O modelo visava à desoneração fiscal dos produtos industriais e alavancar o emprego na indústria da construção. Após a crise de 2008, essa orientação foi aprofundada. Em 2009, foram lançados o PAC II e o programa habitacional Minha Casa Minha Vida desenhado por empresários da construção e do mercado imobiliário de enormes proporções nas grandes cidades. Enquanto em 2009 o PIB brasileiro e da construção civil foram negativos, contrariando a tendência anterior, em 2010 o PIB nacional foi de 7,5% e o da construção civil de 11,7%. Em seis regiões metropolitanas, o desemprego que atingia 12,8% em 2003, caiu para 5,8% em 2012. A taxa de desemprego da construção civil no período diminuiu de 9,8% para 2,7%. O investimento de capitais privados no mercado residencial cresceu 45 vezes, passando de R\$ 1,8 bilhão em 2002 para R\$ 79,9 bilhões em 2011, e os subsídios governamentais (em escala inédita no país) cresceram de R\$ 784,727 milhões para mais de R\$ 5,3 bilhões em 2011. (MARICATO, 2013, p. 22-23).

---

<sup>2</sup> “No Brasil, assim como na América Latina, a primeira década do século XXI trouxe consigo o retorno do crescimento econômico combinado com a redução da pobreza e da desigualdade social, após o abandono das políticas de corte neoliberal. Essa melhora que destoou das trajetórias anteriores, quando a expansão das economias ocorria apartada do desenvolvimento social, chamou a atenção mundial para a singularidade atual sul-americana.” (GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2014, p. 11-12).

Assim sendo, o desenvolvimento atribuído ao País não foi somente em termos de diminuição da pobreza ou do número de pessoas em condições de miserabilidade. Os governos Lula e Dilma também amplificaram drasticamente o investimento nos setores privados, como justificativa para sanar problemas sociais do Estado, por exemplo, o acesso à educação e à moradia própria, contribuindo, assim, para o sucateamento do aparelho estatal e para a proliferação das grandes corporações e grupos de investimento. Essas duas políticas sociais – educação e habitação – não só se tornaram carros-chefes do midiatismo governamental petista como contribuíram significativamente para a expansão dos processos de acumulação do capital, expansão das parcerias público-privadas, investimento no mercado privado em detrimento do campo estatal, bem como desoneração tributária, diminuindo assim o número de arrecadação de impostos e tributos sociais (SANTOS et al., 2010). No concernente ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007 pelo governo federal, Santos et al. (2010) destacam que, apesar do discurso estar direcionado à melhoria das condições de qualidade de vida da população e à consequente ampliação dos direitos, o programa teve como grande beneficiário o setor privado.<sup>3</sup>

Com ênfase na remoção dos obstáculos ao crescimento – acrescido do incentivo ao investimento privado, os objetivos do programa visavam: 1) Aumentar os investimentos públicos em infra-estrutura; 2) Incentivar o investimento privado; e 3) Remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos). No que se refere ao crescimento, eles foram subdivididos em cinco blocos: 1) investimento em infra-estrutura; 2) estímulo ao crédito e ao financiamento; 3) melhora do ambiente de investimento; 4) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e 5) medidas fiscais de longo prazo. (SANTOS et al., 2010, p. 122-123).

Assim, justificam-se, segundo Behring, as contradições postas a esse modelo de governança nas suas ações, ao referir-se às políticas sociais:

[...] trata-se de analisar as políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação, ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista

---

<sup>3</sup> De acordo com Santos et al., “Antunes (2007, apud BRASILINO, 2007) afirma que o PAC nada mais é do que ‘um verniz desenvolvimentista numa política financista’”. Gonçalves (2008, p.1) afirma que “o PAC [...] não é um plano de desenvolvimento e sim uma lista ad hoc de projetos” e que o PAC “transformou-se em instrumento de barganha e cooptação que tem, de um lado, o governo central (Lula), e de outro, governadores e prefeitos com influência política”. Já Néri (2009, apud GUIMARÃES, 2009, p. 1) afirma que o PAC é uma espécie de “New Deal”. (2010, p. 118).

e da luta de classes, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidade. A condução histórica e social da política social deve ser extraída do movimento da sociedade burguesa, em geral e também nas manifestações particulares nos Estados nacionais. (BEHRING, 2009, p. 4).

Nesse contexto, compreendem-se então as políticas sociais e todo seu processo de contradição localizado no contexto histórico. Elas são reflexos das condições postas por uma parte da sociedade ao Estado, repercutindo assim no interesse de todos em uma determinada conjuntura. Para além disso, verifica-se que as políticas sociais não são compreendidas como uma relação monocausal. Trata-se do resultado de um enfrentamento entre as classes que compõem a sociedade, em uma eterna relação de dependência de uma para com a outra, concretizando, assim, a existência das políticas sociais, que em sua finalidade maior atenderá aos interesses do Estado, portanto, do capital, da ordem burguesa. Para Yamamoto e Carvalho,

Sendo a noção de Estado inseparável da de dominação, importa reter o movimento contraditório através do qual é exercida. No interior da classe dominante encontram-se presentes interesses divergentes entre suas frações, que lutam entre si pelo controle do poder e pela apropriação da maior parcela possível dos excedentes produzido sob as formas de lucro industrial e comercial, juros e renda da terra. O Estado supõe, pois, uma aliança de segmentos sociais, cujos interesses são conflitantes, embora não antagônicos. Porém, se o poder de Estado exclui as classes dominadas, não pode desconsiderar totalmente suas necessidades e interesses como condição mesma de sua legitimação. Assim, o Estado vê-se obrigado, pelo poder de pressão das classes subalternas, a incorporar, ainda que subordinadamente, alguns de seus interesses, desde que não afetem aqueles da classe capitalista como um todo, dentro de um “pacto de dominação” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 88).

O Estado, dessa maneira, passa a regular as questões que envolvem o empresariado e a classe trabalhadora, não só regulamentando questões trabalhistas como também a própria legislação social, inferindo assim um claro interesse na manutenção do controle sobre a classe que vende sua força de trabalho, e de sua adesão às necessidades do mercado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013). Behring (2009) registra ainda que, nesse modelo de regulação gerenciado pelo atual modelo neoliberalizante, algumas proposições básicas são determinadas no esfacelamento da classe trabalhadora, na perda de direitos sociais e na condição de submissão aos interesses do capital:

- 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa

*natural* de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos. (BEHRING, 2009, p. 10).

Dessa forma, levando em consideração as transformações urbanas que vinham ocorrendo principalmente nas grandes metrópoles brasileiras, essencialmente, no tangente às questões estruturais de organização e dinamização das cidades, sendo estas por sua vez as sedes da Copa do Mundo, e somando-se as manifestações que vinham ocorrendo no mudo todo, emerge uma crise de insatisfação com a conjuntura brasileira.<sup>4</sup> Essa crise não pode ser considerada atual e estanque a junho de 2013, afinal, desde 2008, o mundo já dava sinais ao Brasil sobre os reflexos da crise mundial, atingindo principalmente o setor de exportações de *commodities*, cujos índices no final deste mesmo ano começaram a cair, refletindo a intensa crise de demanda por parte dos demais países por produtos primários. Contudo, apesar dos sinais e das estratégias do capital para reverter a onda de estagnação pela qual o País vinha passando, a economia para de crescer e o Estado lança mão de isenções fiscais como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além de facilitar o acesso ao crédito, para, com isso, favorecer o consumo, ainda que sob o endividamento das famílias. Nesse sentido, mesmo com uma reversão de atenção para a demanda interna, visto a necessidade de manter os índices de produção e consumo, o colapso de insatisfação somente deu sinais claros em junho de 2013, época que não por acaso coincidia com a Copa das Confederações no Brasil.<sup>5</sup>

Para Harvey (2013, p. 34),

o direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações de vida urbana podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas. O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político.

---

<sup>4</sup> Em 31 de maio de 2009, foram anunciadas as 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 no Brasil: Manaus, Cuiabá, Brasília, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

<sup>5</sup> A Copa das Confederações é um torneio de futebol organizado pela FIFA entre oito seleções, estando entre elas a seleção sede da Copa do Mundo. Entre os motivos para sua realização, estão os testes de preparação do país-anfitrião para receber a Copa do Mundo no ano seguinte.

Nesse sentido, Harvey (2013) aponta que o direito à cidade não será algo dado ou determinado. A liberdade da cidade será obtida por anos de luta e pelo desenvolvimento político, pela mobilização social e pelos grupos que constroem, pensam e utilizam a própria cidade. Inversamente, o que se apresentou em junho de 2013, imposto principalmente pelos governos petistas, foi uma arena onde sociedade civil, movimentos sociais e políticos estagnaram, o que não significa dizer que acordaram plenamente em junho de 2013.

Mas, apesar de as manifestações de rua não serem algo novo no Brasil, compreende-se que as relações tidas hoje entre a sociedade civil, o Estado e os movimentos sociais devem ser entendidas de outra maneira, diferentemente das manifestações de rua que circundaram a abertura do processo democrático no País. Isso vale também na relação desses grupos com os partidos políticos, os quais devem ser desvelados aos olhos de estudiosos do campo sociopolítico (SILVA et al., 2012).

Assim, questionou-se: quais as análises mais frequentes na *Internet* envolvendo os grupos que mobilizaram as manifestações políticas de junho de 2013 no Brasil e como estas manifestações podem ser caracterizadas?

Dessa forma, o objeto desta pesquisa foi a caracterização das jornadas de junho de 2013 no Brasil, a identificação e a exploração do conteúdo das análises mais frequentes, utilizando-se da rede de *internet*, sobre os grupos de ativismo incentivadores destas manifestações. Ressalta-se que em decorrência da escolha do buscador *Google*, como instrumento de coleta das notícias, a expressão “mais frequente” utilizada no objeto será equivalente à que o buscador considera “relevante”.<sup>6</sup>

Junho de 2013 foi legítimo. As manifestações políticas foram inovadoras quanto à mobilização e à forma de organização e de algum modo questionaram a pobreza urbana e o caos das cidades. Junho de 2013 entrou para história e necessitava ser mais bem aprofundado, levando em consideração outros pontos, como as políticas sociais, a questão urbana e as tendências organizativas do ciberativismo.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> O sentido de relevância será explicado no subitem *percurso metodológico*, que compõe esta introdução.

<sup>7</sup> Para Ugarte, o ciberativismo está baseado em três vias unidas, as quais convergirão no *empowering people*, ou empoderamento das pessoas (2008). Segundo ele, as três vias são divididas em *discurso*, “o qual alcança um determinado grupo de pessoas que não só querem, mas que também acreditam que podem mudar as coisas, a mudança se torna inevitável [...] os novos discursos partem do *empowering people*, de relatos de indivíduos, ou pequenos grupos com causa que transformam a realidade com vontade, imaginação e engenho”. (UGARTE, 2008, p. 56-57). A segunda via denominada *ferramentas* “se reintera no mito do faça você mesmo, da potência do indivíduo para gerar consensos e transmitir idéias em uma rede distribuída”. (UGARTE, 2008, p. 57). E a terceira e última via é a *visibilidade*: “a visibilidade é algo que se tem que lutar permanentemente. Primeiro on line [...] e

Assim, o trabalho tem como objetivo geral identificar as análises sobre as manifestações de junho de 2013 mais frequentes na rede de *internet*, no período entre 6 de junho a 6 de agosto de 2013, envolvendo os grupos de ativismo que mobilizaram as manifestações de junho de 2013. Os objetivos específicos são: discutir as políticas sociais e sua relação com o trajeto histórico do direito à cidade; apresentar as manifestações de rua no Brasil e no mundo; conhecer os grupos de ativismo político que mobilizaram as manifestações de junho de 2013 no Brasil; mostrar as análises mais recorrentes na *Web* – notícias sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil, envolvendo os grupos ativistas de maior destaque.

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa Movimentos Sociais e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Justifica-se, principalmente, pelas poucas análises existentes sobre o fenômeno ocorrido no Brasil conhecido como “as jornadas de junho de 2013” e também pela necessidade de se estabelecer relações de tal fenômeno com o contexto de crise do capital que impera no País e no mundo, desde início dos anos 1970, com o ciclo de aprofundamento a partir de 2008.

### ***Percurso Metodológico***

Definir os rumos de uma pesquisa constitui-se tarefa árdua, que exige tempo, reflexão e análise crítica sobre o processo de trabalho a ser desenvolvido. Nesse sentido, Netto (2009), quando se refere à pesquisa, destaca que o sujeito pesquisador deve ir além. Conseguir mobilizar o máximo de conhecimentos com crítica, partindo de uma abordagem criativa, sem deixar de revisar a própria análise, constitui-se processo fundamental por parte do pesquisador dentro do processo de pesquisa (NETTO, 2009). Porém, esse campo é contraditório ou até mesmo obscuro se não se parte de uma delimitação clara do objeto, para, no percurso, chegar à sua essência, visto que o objeto de pesquisa está para o pesquisador como campo imbricado de interrogações, aberto ou não a demonstrar seu cerne, o que na definição deste autor chama a atenção para a necessidade de compreensão que o objeto sempre existiu, independentemente da existência da pesquisa, do pesquisador. Porém, sua verdade não pode ficar restrita ao campo da aparência, do fenomênico. Assim tem-se a necessidade da real descoberta, o conhecimento de sua essência, por aproximações sucessivas.

---

depois off-line. A visibilidade, é, portanto, a autoconfiança do número, é a chave para alcançar *tipping points*, momentos nos quais se alcança o umbral de rebeldia e a informação e as idéias propagam-se por meio de um número de pessoas que cresce exponencialmente. Daí a importância simbólica e real das cibertubas, manifestações espontâneas convocadas por meio do ‘passe a diante’”. (UGARTE, 2008, p. 58, grifos do autor).

Sabe-se que a relação que se dá entre o sujeito – pesquisador – e o objeto no processo de descoberta da essência, segundo Netto (2009), não se pode dar como uma relação de externalidade. No campo teórico do conhecimento, a relação do sujeito com o objeto é intrínseca. Assim, desprende-se qualquer pretensão de neutralidade à pesquisa, à descoberta da essência e à análise (NETTO, 2009). No campo da tradição marxista, a necessidade de direcionamento a um projeto revolucionário, a oferta de outra alternativa, para além da sociedade burguesa, é ponto inseparável (NETTO, 2009). Dessa forma, como afirma Alves,

hoje mais do que nunca, o método dialético tornou-se indispensável no exercício da crítica social. Passa a ser imprescindível apreender, no movimento do real, a dialética candente entre subjetividade e objetividade, alcances e limites, contingência e necessidade, barbárie e civilização. Não podemos ser apenas seduzidos pelo fascínio da contingência indignada nas praças e ruas. Os novos movimentos sociais de indignados compõe o quadro da barbárie que impregna a ordem burguesa do mundo, abrindo um campo de sinistras contradições sociais que dilaceram por dentro a ordem do capital – mas não incapazes, em si e por si, de ir além. (ALVES, 2012, p. 37).

Apontar um método ou sua própria escolha presume-se, antes de tudo, a escolha de uma identidade enquanto pesquisador, o que, por conseguinte, pode definir o projeto societário ao qual o pesquisador esteja disposto a discutir e a fazer parte. Para Behring e Boschetti (2011), entender as análises e as relações sociais dentro da sociedade é compreender que as escolhas por determinados caminhos é uma disputa política, mesmo que alguns autores propugnem ainda uma perspectiva de neutralidade do pesquisador à pesquisa. Entender pelo viés da pesquisa que a sociedade é complexa no seu todo, fazendo dela uma série de totalidades menores, porém com igual complexidade (NETTO, 2009), transporta-nos para os entendimentos e compreensão da teoria marxista. Para além disso, a sociedade burguesa, como campo concreto da contradição, leva em conta os vários interesses e performances do capital, principalmente, no campo das políticas sociais, traduzindo-se assim na e pela mesma sociedade sua eterna incongruência, em que o capital necessita da exploração do outro, do definhamento na e pela pobreza. Avaliar as análises sobre as manifestações de rua sob a ótica do materialismo dialético implica direcionar tal avaliação na direção da descoberta da essência de tais análises, ou seja, verificar quais conteúdos transmitem, que perspectivas sociais afirmam. Descobrir suas implicações pressupõe situá-los na realidade social, compreendendo a partir da totalidade seu caráter contraditório. Assim, à medida que é examinado, apresenta-se como definidos de si mesmo, mas também definidor do todo, de algo maior (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

De acordo com as autoras Behring e Boschetti (2011), o estudo da contradição, levando em conta o caráter de totalidade, incide em identificar as forças políticas que perpassam os variados grupos que constituem as classes sociais. As autoras ainda destacam que mesmo a produção dentro da sociedade burguesa, sendo esta, núcleo central no processo de reprodução capitalista, não pode ser estanque, negando aspectos históricos, culturais, econômicos e políticos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). É nesse mesmo sentido que apontam outra dimensão cultural no enfoque dos movimentos presentes hoje na sociedade. Definindo-os então não somente como campo da contradição, mas como campo de resgate dos valores liberais em uma perspectiva conservadora, colocando o sujeito como responsável pela sua condição de pobreza (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Nesse contexto, as manifestações de rua superam o discurso de concessão do Estado e conquista da sociedade civil – classe trabalhadora –. Elas são, para além disso, estratégias de manutenção da democracia política contra a necessidade de manter em níveis definidos a miséria e a desigualdade (GIOVANI; SILVA; YAZBEK, 2011) para manutenção do capital, do exército industrial de reserva, e mais perversamente pela necessidade de existência de uma classe trabalhadora subalternizada e dependente das benesses do Estado. Porém, esse Estado não é onipotente, pois sofre as sinuosidades da luta de classes, sendo resultado das próprias contradições inerentes à sociedade burguesa. Então, não se infere a retórica de que o Estado define a sociedade, mas, de acordo com Montañó e Durigueto (2011), é a sociedade que definirá os rumos do Estado, sua complexidade e suas contradições, ou seja, é a opção por uma sociedade burguesa e centrada no modo de produção capitalista que define os rumos aos quais Estados e demais instituições, como família e igreja, irão se comportar ou se determinar.

Neste caminho, a pesquisa, como campo de conhecimento, mas também como campo de produção e reprodução social, torna-se uma área de grandes desafios a serem explorados e desvelados. Isto é, os profissionais da pesquisa, mais que descobrirem e apresentarem o conhecimento como resultado de um trabalho, necessitam compreender que suas pesquisas incidem nas transformações societárias (MORAES, 2013).<sup>8</sup>

A pesquisa, assim, deu-se primeiramente com base documental, desde documentos impressos e virtuais de natureza científica (livros, revistas, teses, dissertações e artigos

---

<sup>8</sup>E o papel dessa transformação está totalmente arraigado aos ditames impostos pelo capital ao papel das instituições públicas de ensino superior, seja pela precarização dos três pilares da educação superior – ensino, pesquisa e extensão –, ou, ainda, pela atenção dada ao ensino à distância, negando a pesquisa como campo do conhecimento ou omitindo a sua existência.

científicos) até as notícias e informações divulgadas nos portais de notícias, nas páginas dos grupos que compuseram as manifestações, em revistas eletrônicas pertencentes a instituições de produção do conhecimento, como universidades, nas páginas de instituições, como organizações não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e nos repositórios de publicações disponíveis *online*. Pois se entende por documento tudo aquilo que deixou rastro pelo homem. Isso pode incluir recursos audiovisuais e outros tipos de mídia para além dos impressos (LAVILLE; DIONEE, 1999).

A segunda parte da pesquisa compreendeu o uso de um mecanismo de busca, o qual tem como prioridade a indexação do maior volume de documentos na *Web*, buscando o maior número de acessos e apresentando resultados baseados em critérios de relevância (YAMAOKA, 2010). Assim sendo, no período de 1º de outubro de 2015 até 12 de novembro de 2015, fez-se uso do mecanismo de busca *Google* ([www.google.com.br](http://www.google.com.br)) para localizar e selecionar as notícias envolvendo os termos que definem os nomes dos grupos pesquisados (“*Black Bloc*”, “*Mídia Ninja*”, “*Anonymous*” e “*MPL*”), no período entre 6 de junho e 6 de agosto de 2013. Nesse ponto, esclarecem-se duas questões. Primeiro, optou-se por escolher as notícias até o momento de saturação, ou seja, repetição no que concerne aos assuntos, informações e análises. Segundo, a escolha do *Google* deveu-se pelo fato de que o buscador está entre os 20 *sites* mais acessados no mundo. O *Google* ficou em segundo lugar no ano de 2013, com 782,8 milhões de visitantes, atrás apenas do *Facebook*. No que tange aos *sites* no formato de mecanismo de busca, ele aparece em primeiro lugar, apresentando quase três vezes mais acessos que o segundo colocado, o chinês QQ (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2013). Nessa condição, os termos de busca referem-se ainda somente a produtos encontrados em páginas de “notícias” do próprio *Google*, apresentando quatro delimitadores: 1 – Somente páginas em língua portuguesa; 2 – Qualquer formato de conteúdo, com exceção de vídeos; 3 – Publicado no intervalo de tempo de 6 de junho de 2013 a 6 de agosto de 2013; e 4 – Classificação por relevância de postagem. Registra-se que a repetição de postagem nas páginas será considerada a partir do critério de relevância na *Web*, o qual segundo Matt Cutts, engenheiro do grupo de qualidade da *Google*, ao referir-se à classificação por relevância, aponta a seguinte explicação:

[...] fazemo-lo com um software chamado “spiders”. Os “spiders” começam por obter algumas páginas Web, depois seguem os links dessas páginas e obtém as páginas para que remetem, seguem todos os links dessas páginas e obtém as páginas às quais se ligam e assim sucessivamente, até termos indexado uma boa fatia da Web: vários milhões de páginas armazenadas em milhões de máquinas. [...] O software pesquisa o índice para localizar todas as páginas que incluem os termos da pesquisa. Neste, caso, irão aparecer centenas de milhares de resultados possíveis. Como é que o Google decide

que documentos pretendo efetivamente? Fazendo perguntas, mais de 200. Por exemplo, quantas vezes esta página contém as palavras-chave? As palavras aparecem no título, na URL, diretamente adjacentes? A página inclui sinônimos dessas palavras? Esta página é de um website de boa ou má qualidade ou até de spam? Qual é a classificação da página? É uma fórmula inventada pelos fundadores Larry Page e Sergey Brin, que avalia a importância de uma página Web através do número de links externos ou remetem para ela a relevância desses links. Por fim, combinamos todos esses fatores para gerar a classificação geral de cada página e lhe devolver resultados de pesquisa em menos de um segundo após o envio da pesquisa (CUTTS, 2010).<sup>9</sup>

Assim, este trabalho está organizado da seguinte forma: depois desta introdução, seguem-se quatro capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo “*De que direitos e de que cidades se fala?*” apresenta uma análise sobre a construção das cidades, passando pelo processo de industrialização, como determinante na origem de uma sociedade urbana-industrial. Além disso, apresenta uma análise sobre as políticas sociais na contemporaneidade e sua relação com a questão urbana e a proliferação da pobreza.

O segundo capítulo adentra o campo dos movimentos sociais e as manifestações de rua no mundo, que antecederam junho de 2013. Intitulado “*Por dentro das ruas*”, traz a discussão sobre a condição dos movimentos sociais na atualidade, fazendo um contraponto com o debate sobre os chamados *novos movimentos sociais*. Apresenta, ainda, uma contextualização sobre as manifestações que ocorreram nos países árabes, nos Estados Unidos e na Europa.

O terceiro capítulo, denominado “*Junho de 2013*”, apresenta o desenvolvimento das manifestações de rua no Brasil, as quais ficaram conhecidas como as *Manifestações de Rua de Junho de 2013* ou as *Jornadas de Junho de 2013*. O quarto e último capítulo destaca os quatro grupos que mobilizaram e chamaram a atenção da mídia nas manifestações de junho de 2013 no Brasil (*Black Bloc, Anonymous, Mídia Ninja e Movimento pelo Passe Livre*) e apresenta os resultados desta pesquisa, objeto deste trabalho, resultando nas análises mais relevantes sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil, no período entre 6 de junho e 6 de agosto de 2013, presentes nas páginas da *web*, sobre estes mesmos grupos, junto à discussão do conteúdo econômico, político, social, cultural e ideológico presente nas notícias. Ao final, seguem as

---

<sup>9</sup> CUTTS, Google. Disponível em: < <http://www.google.com.br/intl/pt-PT/insidesearch/howsearchworks/crawling-indexing.html>>. Acesso em: 8 set. 2015.

considerações finais, contemplando alguns avanços obtidos neste marcante e histórico mês de levante popular.

## CAPÍTULO 1 – DE QUE DIREITOS E DE QUE CIDADES SE FALA?

Em algum momento do ano que vem, uma mulher vai dar à luz na favela de Ajegunle, em Lagos; um rapaz fugirá de sua aldeia, no oeste de Java, para as luzes brilhantes de Jacarta; e um fazendeiro partirá com a família empobrecida para um dos inumeráveis pueblos juvenes de Lima. O evento exato não importa e passará sem sequer ser notado. Ainda assim, representará um divisor de águas na história humana. Pela primeira vez, a população urbana da Terra será mais numerosa que a rural. Na verdade, dada a imprecisão dos recenseamentos no Terceiro Mundo, essa transição sem paralelo pode já ter ocorrido. (DAVIS).

A cidade é o espaço onde corpos e sujeitos misturam-se, relacionam-se, produzem sentidos mesmo que conflituosamente, para produzir uma vida muitas vezes em comum, embora mutável e passageira (HARVEY, 2014). Refletir sobre a cidade implica compreender os processos e projetos em disputa em torno dos quais os indivíduos são obrigados a conviver. De fato, não se criou ainda uma bolha que isola plenamente os indivíduos, mas criaram-se estratégias individualistas para minimizar relações, privatizar espaços e isolar-se do mundo multifacetado, que é o meio urbano. Espaço do coletivo, a cidade tornou-se espaço da disputa não só territorial, mas econômica, transformando-se em local de valorização do capital.

Neste capítulo, propõe-se analisar a cidade como um espaço em transformação contínua, refletindo também sobre o Estado e as políticas sociais que se viabilizam no meio urbano, marcadas por lutas e contradições. Antes disso, faz-se necessária uma abordagem histórica para compreender melhor os processos de desenvolvimento da urbanização, suas transformações a partir do início do século passado, com incidência da industrialização e suas consequências para as cidades contemporâneas. Em seguida, apresenta-se uma análise da construção do espaço urbano no Brasil a partir do século XX, trazendo questões sobre a migração para os grandes centros urbanos e o processo de desenvolvimento destes. Ao final, o capítulo traz uma análise sobre as políticas sociais no Brasil, seus avanços na direção de transformar o direito à cidade acessível e o papel do Estado nesse processo.

### **1.1 Cidades e industrialização – uma breve reflexão**

Inicialmente, é necessário explicitar o ponto de partida das análises. O estudo da cidade é abrangente porque envolve a geografia, a política, a história, a economia, a sociologia e também o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução do capital. A cidade é lócus de uma

gama de interferências, como o desenvolvimento urbano em detrimento do campo; o processo de industrialização; o desenvolvimento do consumo; a proliferação da pobreza; a criação do trabalho e do emprego/desemprego; o espaço de lutas, de disputa, onde política, economia, cultura e ideologias estão necessariamente imbricadas uma nas outras.

A urbanização no mundo tem início desde que o homem aprendeu a se relacionar em grupo e a viver em comunidade. Assim, compreende-se que a urbanização está além da construção de cidades, pois se dá nas relações sociais entre grupos de uma mesma localidade. No século XIV, com a crise do feudalismo, a urbanização começa a ganhar visibilidade, sendo que, neste período, a terra – de propriedade do senhor feudal – ganhou força na disputa com vista a agregar valor ao capital, causando a instabilidade no campo e um novo arranjo social nas cidades.<sup>10</sup> Assim, “uma massa converteu-se em mendigos, salteadores e vagabundos: alguns por inclinação, mas a maioria obrigada pelas circunstâncias.” (MARX, 1975, p. 624-626). Portanto, a estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela.

As cidades tornam-se espaços de produção e reprodução de relações sociais e de acumulação do capital. O capitalismo criou uma divisão entre os que detêm os meios de produção e os que detêm a força de trabalho como condição de existência. Para Marx,

a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadoria. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“previos accumulation”, em Adam Smith), prévia a acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. (MARX, 2013, p. 785).

Dessa forma, antes de se conhecer, as cidades, de forma mais próxima do que se conhece hoje, encontravam-se numa realidade distinta:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser se não o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Assim a chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui

---

<sup>10</sup>Pode-se dizer que as transformações no mundo do trabalho começam muito antes de se pensar em revolução industrial, visto que, já no período feudal, o trabalho é concebido como meio de sobrevivência.

a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2013, p. 786).

Nesse sentido, a cidade, ao construir-se historicamente, não corroborou com a transformação do sujeito em ser (sujeito) liberto. Desprendido das amarras dos senhores feudais, o novo homem ainda que se transvestisse com uma nova roupagem, em sua essência, passa de escravo do campo à *escravo assalariado*. Portanto,

O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qual lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais das prescrições restritivas do trabalho. (MARX, 2013, p. 786-787).

Para Harvey, uma das grandes dificuldades postas à sociedade capitalista foi a inserção desses milhares de camponeses em novos processos e ritmos de trabalho até então desconhecidos. Para o autor, “a socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais” (HARVEY, 2013b, p. 119).

O panorama econômico e social mudou com a Revolução Industrial, quando o modo de produção capitalista possibilitou forte expansão do setor industrial, que consolidou grandes centros industriais, e, em contrapartida, colaborou na expansão das populações das cidades, do crescimento econômico e também da pobreza.

O desenvolvimento do capitalismo gerou a criação de fábricas equipadas com máquinas recém-inventadas, que produziam maior volume de bens industriais com valor mais baixo, suprimindo a crescente demanda do mercado nacional e internacional. O uso dessa tecnologia ocorreu, inicialmente, na área têxtil. Depois, foi se ampliando para outros setores. Assim, conforme Park:

a Revolução Industrial Inglesa, pioneira no mundo, foi fruto de condições históricas bastante peculiares, em especial da expansão assustadora do mercado externo para a sua produção manufatureira no século XVIII. Esse desenvolvimento mercantil forçou a transformação das atividades produtivas e, dessa forma os capitalistas possuíam controle sobre o produto, mas não sobre o processo de trabalho, já que os artesãos trabalhavam em suas próprias casas. Esse modelo deu origem ao sistema fabril, no qual os trabalhadores eram reunidos para trabalhar sob o mesmo teto, com supervisão cerrada sobre

o seu trabalho. Esse sistema se caracterizou pelo uso de máquinas, de modo a aumentar a produtividade do trabalho (PARK, 1967, p. 23).

Já Harvey, ao referir-se ao processo de adesão do homem – sem visualizar outra possibilidade –, ao meio industrial, destaca que:

Todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato faz o trabalho. A familiarização dos assalariados foi um processo histórico bem prolongado (e não particularmente feliz) que tem de ser renovado com a incorporação de cada nova geração de trabalhadores à força de trabalho. A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital – um processo a que vou me referir, de modo geral, como “controle de trabalho” – é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. (HARVEY, 2013b, p. 119).

Essa reorganização das cidades denota que os processos relativos aos modos de produção, sua organização e massificação na tentativa de produzir a mais-valia estão inteiramente correlacionados ao modo como a cidade irá se desenvolver e como irá se auto-organizar. Os processos de transformação do meio urbano nada mais foram do que reflexos do processo de alteração do sistema capitalista, que se transpõe do campo para cidade fazendo emergir então novas formas de viver, bem como novas formas de exploração.<sup>11</sup>

Lefebvre (1999) aponta que toda explicação é mínima perto das condições que as cidades afetadas pelo processo de industrialização sofreram. Não existia outra realidade possível. As transformações dos processos de exploração do homem perpetuavam penalizando somente um lado: àqueles que continuavam a vender sua força de trabalho, agora, na cidade.

---

<sup>11</sup> Lefebvre ao referir-se à cidade aponta: “ela sucede, suplanta, a praça da reunião (a ágora, o fórum). Em torno do mercado, tornado essencial, agrupam-se a igreja e a prefeitura (ocupada por uma oligarquia de mercadores), com sua torre ou seu campanário, símbolo de liberdade. Deve-se notar que a arquitetura segue e traduz a nova concepção da cidade. O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. Ele se ornamenta dos signos dessa liberdade conquistada, que parece a Liberdade. Luta grandiosa e irrisória. [...] O fetichismo da mercadoria aparece como reino da mercadoria.[...] De todo modo, a cidade mercantil tem seu lugar, no percurso, depois da cidade política. Nessa data (aproximadamente no século XIV, na Europa Ocidental), a troca comercial torna-se função urbana; essa função fez surgir uma forma (ou formas: arquiteturas e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova estrutura do espaço urbano.” (LEFEBVRE, 1999, p. 22-23).

Mas registra-se que, no desenvolvimento da humanidade, foi esse o caminho necessário, visto a fase feudal e escravagista a qual muitos países, como o Brasil, manteve até o final do século XIX. “A industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda, às custas [sic] de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam”. (LEFEBVRE, 1999, p. 27).

Marx apresenta uma ressalva quanto aos Estados que já atendiam aos vieses capitalistas antes mesmo do processo industrial.

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação de exploração feudal em exploração capitalista. Para compreendermos sua marcha, não precisamos remontar a um passado tão remoto. Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI. Nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito já empalideceu. (MARX, 2013, p. 787).

Assim, percebe-se que o processo de transformação não foi pacífico. As transformações dos vários regimes – feudal, escravagista – para a exploração capitalista industrial, ficaram centradas na produção, no lucro e na necessidade da mão de obra, que se tornava cada vez mais necessária nas médias e grandes cidades da época. O que se visualizava não era uma simples alteração dos modos de produção ou dos modos de exploração do trabalhador, mas a necessidade de expansão do capital, principalmente por meio das importações. Analisando mais profundamente, a sociedade industrial do século XIX não foi somente uma sociedade marcada por um mercado autorregulável, ainda que tenha sido sua principal característica. (POLANYI, 2000).

Contudo, as cidades estão para além do processo de industrialização. Veja-se o caso de Atenas, citado pelo mesmo autor.

A Atenas moderna não tem mais nada em comum com a cidade arcaica, coberta, absorvida, desmesuradamente estendida. Os monumentos e os lugares (ágora, acrópole) que permitem encontrar a Grécia antiga não representam mais do que um local de peregrinação estética e de consumo turístico. No entanto, o núcleo organizacional da cidade continua muito forte. Seus arredores de bairros recentes e de semifavelas, povoadas com pessoas sem raízes e desorganizadas, lhe conferem um poder exorbitante. A gigantesca aglomeração quase informe permite aos detentores dos centros de decisão os

piores empreendimentos políticos. Tanto mais que a economia desse país depende estreitamente deste circuito: especulativo com a terra, “criação” de capitais por este caminho, investimento destes capitais na construção e assim por diante. Circuito frágil que pode se romper a todo instante, que define um tipo de urbanização sem industrialização ou com uma fraca industrialização, mas com uma rápida extensão da aglomeração, especulação com os terrenos e imóveis, prosperidade ficticiamente mantida pelo circuito. (LEFEBVRE, 2011, p. 17).

Lefebvre (2011) aponta para a fragilidade das cidades que não estão inteiramente ligadas aos processos de industrialização, porém destaca que suas condições de transformação e precarização, assim como a valorização do espaço, dão-se tão próximos ou similares das cidades que usaram da industrialização como meio de crescimento da renda, do espaço e consequentemente dos *boons* populacionais.

Ao estar a cidade inserida em processos interligados com as transformações do meio industrial, cria-se uma rede de apoio, com serviços para as necessidades da indústria e também para as necessidades dos trabalhadores. Portanto, Lefebvre (2011) aponta que, para além do emprego e das relações factuais de exploração do homem, a cidade ainda cria relações de exploração para além da fábrica, produzindo uma relação de eterna dependência entre homens e serviços. Veja-se o caso de um operário com filhos. Se analisarmos o mais próximo do ideal possível, ele necessita morar próximo ao trabalho, necessita de uma escola para os filhos estudarem, precisa de acesso a mercado, à farmácia, a produtos, como vestuário e calçados. Tudo isso demandará a necessidade de outros profissionais não necessariamente relacionados com a indústria posta naquela cidade, mas que poderão emergir nas redondezas dessa indústria, ou emergir na própria cidade somente pelo fato da existência de uma indústria. Assim, a indústria não somente produz, mas cria trabalhadores com necessidades de consumo.

Temos à nossa frente um duplo processo ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim, *estabelecimentos* diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos. (LEFEBVRE, 2011, p. 16).

Então, pode-se dizer que a cidade sem indústria sempre existiu e que a industrialização não depende unicamente da existência da cidade, tampouco a cidade da existência do processo

de industrialização. Porém, o que se visualiza é que, nos lugares em que a industrialização se fez presente, os rumos e os códigos de relações dados ao meio urbano foram nitidamente transformados, fazendo nascer uma nova sociedade: a sociedade urbano-industrial. Nesse âmbito, vários fatores se apresentam como novo, por exemplo, o processo de associação dos trabalhadores, as iniciativas de saúde e segurança do trabalhador, as caixas de aposentadoria. Iniciativas inexistentes em outros espaços, que somente começaram a ganhar corpo e tornarem-se objetos de discussão mediante a industrialização do meio urbano.

Lefebvre oferece a seguinte reflexão sobre a relação da existência da cidade com o processo de industrialização:

Ela estaria, antes de mais nada, ligada à não-cidade, ausência ou ruptura da realidade urbana. Sabe-se que inicialmente a indústria se implanta — como se diz — próxima às de energia (carvão, água), das matérias-primas (metais, têxteis), das reservas de mão-de-obra. Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço. Logo, ela pode se implantar em qualquer lugar, mas cedo ou tarde alcança as cidades preexistentes, ou constitui cidades novas, deixando-as em seguida, se para a empresa industrial há algum interesse nesse afastamento. Assim como a cidade política resistiu durante longo tempo à ação conquistadora, meio pacífica, meio violenta, dos comerciantes, da troca e do dinheiro, a cidade política e comercial se defendeu contra o domínio da indústria nascente, contra o capital industrial e o capitalismo *tout court*. Por que meios? Pelo corporativismo, a imobilização das relações. O continuísmo histórico e o evolucionismo mascaram esses efeitos e essas rupturas. Estranho e admirável movimento que renova o pensamento dialético: a não-cidade e a anticidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria. Se esse extraordinário movimento escapa à atenção, se ele foi descrito apenas fragmentariamente, é porque os ideólogos quiseram eliminar o pensamento dialético e a análise das contradições em favor do pensamento lógico, ou seja, da constatação das coerências e não somente das coerências. Nesse movimento, a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaçada, perde os traços que a época anterior lhe atribua: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais. Ela se povoa com os signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência. (LEFEBVRE, 1999, p. 25).

Nessa relação, a produção industrial tornou-se a maior fonte de lucro e o trabalho assalariado passou a ser a relação típica do capitalismo: quem recebia salário acabava

consumindo os produtos que ajudava a fabricar. Com o capitalismo industrial,<sup>12</sup> o trabalho tornou-se uma mercadoria especial, que gera outras mercadorias e valoriza o capital.

A Revolução Industrial deu início a uma nova realidade socioeconômica, concentrando a população em centros urbanos, mudando a natureza do trabalho e criando novas classes sociais: o proletariado, os industriais capitalistas e as classes médias urbanas. Mas, embora tenha surgido como uma espécie de regime libertário para a economia dos países do mundo, o capitalismo também tem se demonstrado nitidamente nocivo, gerando uma massa gigantesca de despossuídos e excluídos sociais, dando a ver, em sua fase atual, a globalização da pobreza.

Em sua obra *Planeta Favela*, Mike Davis aponta a conceituação utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), via Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-Habitat), a qual registrou as populações periféricas ou faveladas. Esse seria o primeiro estudo mais profundo e verdadeiramente global sobre a pobreza urbana, que segue os rastros deixados por autores como Friedrich Engels, Henry Mayhew, Charles Booth e Jacob Rins, dando reconhecimento científico a dois séculos de pesquisa sobre a vida e a favela (DAVIS, 2006).

O autor aponta que o estudo denominado *The Challenge os Slums* (O desafio das favelas) conservou a definição clássica de favela.

Caracterizada pelo excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia. Essa definição operacional, adotada oficialmente numa reunião da ONU em Nairóbi, em outubro de 2002, está “restrita às características físicas e legais do assentamento” e evita as “dimensões sociais”, mais difíceis de medir, embora igualem-se, na maioria das circunstâncias, à marginalidade econômica e social. Englobando tanto as áreas periurbanas pobres quanto o arquétipo dos cortiços das regiões decadentes do centro da cidade, essa abordagem multidimensional é, na prática, um gabarito bem conservador do que se classifica como favela: muitos leitores ficarão surpresos com a conclusão nada empírica da ONU de que somente 19,6% dos mexicanos urbanos moram em favelas (em geral os especialistas locais admitem que quase dois terços dos mexicanos moram em *colônias populares* ou cortiços mais antigos). Mesmo utilizando essa definição restritiva, os pesquisadores da ONU estimam que havia pelo menos 921 milhões de favelados em 2001 e mais de 1 bilhão em 2005: quase a mesma população do mundo quando o jovem Engels aventurou-se pela primeira vez pelas ruas ignóbeis de St. Giles e da Old Town de Manchester em 1844. (DAVIS, 2006, p. 33-34).

---

<sup>12</sup>Verifica-se aqui que as relações capitalistas não estão unicamente ligadas ao modo de produção industrial, ou seja, ela também se dá no campo, na zona rural.

Davis aponta para questões cruciais na atual conjuntura ainda sob as condicionantes de exploração do capital ao homem. Registra-se que os avanços do capital relativos ao adensamento e ao crescimento das cidades pouco contribuíram para a proliferação da renda ou para distribuição da renda socialmente produzida.

Na maior parte do mundo em desenvolvimento, falta ao crescimento das cidades o poderoso motor industrial-exportador da China, da Coréia e de Taiwan, assim como a enorme importação de capital estrangeiro (hoje, igual à metade do investimento estrangeiro total em todo o mundo em desenvolvimento). Desde os meados da década de 1980, as grandes cidades industriais do hemisfério sul – Bombaim, Joanesburgo, Buenos Aires, Belo Horizonte e São Paulo – sofreram todas o fechamento maciço das fábricas e a tendência à desindustrialização. Em outros lugares, a urbanização desligou-se mais radicalmente da industrialização e até do desenvolvimento propriamente dito, e, na África subsaariana, aquela suposta condição *sine qua non* da urbanização, o aumento da produtividade agrícola. Em consequência é comum que o tamanho da economia de uma cidade tenha, surpreendentemente, pouca relação com o tamanho da sua população e vice-versa. (DAVIS, 2006, p. 23).

A maioria das cidades em nível mundial nunca conseguiu concretizar a relação desenvolvimento econômico e social. De acordo com Pumain (2002), das dez cidades mais populosas do mundo, somente quatro delas (Tóquio, Nova Iorque, Los Angeles e Osaka) também constam na relação das dez cidades com maior produto interno bruto (PIB). Isso não significa afirmar que a distribuição de renda entre as pessoas destas cidades seja igualmente equalizada.

Contudo, observa-se que os demais países que aparecem no ranking populacional podem contradizer o que muitos especialistas acreditavam (DAVIS, 2006).<sup>13</sup> A recessão econômica pela qual passou o mundo nas décadas de 1970, 1980 e 1990 não se converteu em diminuição da saída do homem do campo. Ao contrário, alguns países aceleraram esse processo migratório do campo para a cidade, como foi o caso do Brasil, México, Índia e Indonésia, mesmo em condições desfavoráveis nos centros urbanos.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> O ranking populacional foi apresentado por Pumain (2002), tendo como referência a base de dados da página CityPopulation, a qual se apresenta como um unificador de bases de dados populacionais do mundo inteiro, baseado em censos oficiais e estimativas.

<sup>14</sup> A situação da África foi especialmente paradoxal. Como as cidades da Costa do Marfim, da Tanzânia, do Congo-Kinshasa, do Gabão, de Angola e de outros países, cuja economia vinha encolhendo 2% a 5% ao ano, ainda conseguiram manter um crescimento populacional anual de 4% a 8%? Como Lagos, na década de 1980, pôde crescer duas vezes mais depressa que a população nigeriana, enquanto sua economia urbana estava em profunda recessão? Na verdade, como a África como um todo, hoje numa idade das trevas de estagnação do emprego urbano e paralisia da produtividade agrícola, foi capaz de manter uma taxa de urbanização anual (3,5% a 4,0%) consideravelmente maior do que a média da maioria das cidades europeias (2,1%) nos anos de máximo crescimento vitoriano? Parte do segredo, claro, reside no fato de que as políticas de desregulamentação agrícola e de disciplina financeira impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial continuaram a gerar o êxodo

Ainda que cidades e industrialização estejam inteiramente dependentes uma da outra, tanto o processo de industrialização como o de desindustrialização no mundo aceleraram e contribuíram para o aumento das populações urbanas e para o aumento da população pobre. O desenvolvimento do século XXI trouxe as megacidades. Apesar de as análises sobre o futuro delas serem incertas, com toda certeza sua lógica privilegia o capital em detrimento do homem.

A dinâmica da urbanização no Terceiro Mundo recapitula e confunde os precedentes da Europa e da América do Norte no século XIX e início do século XX. Na China, a maior revolução industrial histórica é a alavanca de Arquimedes que desloca uma população do tamanho da europeia de aldeias rurais para cidades cheias de fumaça e arranha-céus: desde as reformas de mercado do final da década de 1970, estima-se que mais de 200 milhões de chineses mudaram-se das áreas rurais para as cidades. Espera-se que mais de 250 ou 300 milhões de pessoas – a próxima “enchente camponesa” – sigam nas próximas décadas. Como resultado desse fluxo estarrecedor, em 2055, 166 cidades chinesas (em comparação com nove cidades dos Estados Unidos) tinham população de mais de 1 milhão de habitantes. Cidades industriais em expansão, como Dougguan, Shenjen, Cidade Fushan e Chengchow são as Sheffields e Pittsburghs pós-modernas. Como destacou recentemente o *Finacial Times*, daqui a uma década “a China deixa[rá] de ser o país predominantemente rural que foi durante milênios”. Na verdade o grande óculo do Centro Financeiro Mundial de Xangai pode, em breve, mirar um vasto mundo urbano jamais imaginado por Mao nem, aliás, por Le Corbusier. (DAVIS, 2006, p. 22).

Assim, as cidades modernas continuam perpetuando o aumento maciço da pobreza e da desgraça humana reificada pela negação de direitos, inexistência de políticas sociais e omissão do Estado.

## **1.2 A construção do espaço urbano – as cidades no Brasil a partir do século XX**

A história da urbanização tende a revelar a dimensão simbólica e representativa do espaço construído pelo homem. Nesse sentido, toda e qualquer possibilidade de compreensão do fenômeno urbano tem, necessariamente, de ser vinculada à própria realização histórica da sociedade com que se interage,<sup>15</sup> pois as cidades são determinadas por fatores de natureza econômica, política e social. Assim, existiram diversos tipos de cidades, com características próprias do contexto no qual se inseriam, ou, de acordo com Oliven (1988), como apenas parte

---

da mão de obra rural excedente para as favelas urbanas, ainda que as cidades deixassem de ser máquinas de empregos. (DAVIS, 2006, p. 24-25).

<sup>15</sup> Assim, a cidade, como espaço historicamente determinado, acabou por se transformar em um campo privilegiado de estudos, visto que o meio urbano serviu de referência para a estruturação da sociedade que se transforma gradualmente. Ver Bonduki (1998); Corrêa (2003); Harvey (2004; 2013; 2013b; 2014) Lefebvre (1999; 2011) e Santos (1982) como expoentes do debate sobre o meio urbano e a urbanização.

integrante de uma totalidade maior, visto que isoladamente as cidades não se autoexplicam. Por isso, os fenômenos urbanos, bem como os rurais, devem sempre ser referidos a uma unidade mais abrangente, da qual eles se constituem em manifestações concretas.

O fenômeno do ajuntamento social, a formação dos grandes conglomerados humanos, é decorrente de um fato concreto, de um processo que possibilita isso acontecer. Pode ser decorrente de vários fatores: de um sistema de industrialização, da incidência de empregos em um determinado local, da construção de uma grande hidrelétrica etc.<sup>16</sup>

Outro exemplo, mais conhecido do Brasil e que teve início na década de 1930, é o processo migratório provocado pela vinda de nordestinos para o estado de São Paulo. Esses indivíduos vieram com o sonho do emprego ou de uma fonte de renda temporária, que lhes possibilitasse condições de amearhar certa quantia de dinheiro para ser aplicada em sua terra de origem, mais tarde. O problema é que a maioria esmagadora não conseguiu mais retornar para casa, restando, então, engrossar as camadas dos favelados das periferias das grandes cidades, trabalhadores da informalidade.<sup>17</sup>

Todavia, esses processos não poderiam ser tão simples assim. A realidade na cidade não somente descartou aqueles que não apresentaram as mínimas condições de qualificação para acesso ao trabalho, mas também deixou como exército de reserva aqueles que conseguiam apresentar condições necessárias ao desempenho de funções necessitadas pelo mercado. Isso porque, no ritmo do capitalismo avançado, a questão da produtividade é um dos principais

---

<sup>16</sup> “No Rio de Janeiro e em São Paulo – que são as duas metrópoles brasileiras mais importantes –, podemos afirmar que, do ponto de vista da morfologia, o processo de urbanização se realiza, efetivamente, com a expansão da mancha urbana pela integração de áreas rurais. Tal lógica espacial tem seu sentido no modo pelo qual o Brasil se insere no contexto mundial, e refiro-me aqui ao período inicial da industrialização. Com isso quero dizer que para entender o contexto e as transformações da cidade de São Paulo, bem como seu ritmo de crescimento, é preciso entender a urbanização como consequência de um processo de industrialização “dependente” – ou seja, relativa ao lugar que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho como exportador de produtos agrícolas e importador de produtos manufaturados –, fundada em altas taxas de exploração da força de trabalho (baixos salários), e ‘poupadora de mão de obra’; isto é, a industrialização, ao se realizar, deixou à margem do setor produtivo uma ‘quantidade significativa de força de trabalho’ para além do contingente de ‘exército industrial de reserva’ que só pôde sobreviver mediante o desenvolvimento de uma economia chamada de informal.” (CARLOS, 2009, p. 304).

<sup>17</sup>No Censo de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou sobre a migração do retorno, que é “medida com base na informação daqueles que nasceram no Estado em que residiam em 2010, mas que moravam em outro local há exatamente cinco anos, na data do Censo de 2000. Os migrantes de retorno somaram 1.144.211 pessoas entre 1995 e 2000 e 1.230.525 entre 2005 e 2010, representando 22,02% e 24,52% no total de migrantes do País, respectivamente. Na última pesquisa, os Estados do Nordeste apresentaram as maiores proporções de retornados, quando comparados com as outras regiões do País, ultrapassando os 40% do total de imigrantes na maioria de seus Estados, com exceção do Rio Grande do Norte (35,94% e 33,86% em 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente) e Sergipe (26,40% e 28,25% em 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente).” Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-04-27/sao-paulo-e-goias-sao-os-estados-que-mais-recebem-migrantes-most.html>>. Acesso em: 13 set. 2015.

requisitos impostos por esse regime, no qual tempo e metas são rigorosamente contabilizados para manutenção do capital.

Essa contradição, imposta pelo sistema capitalista e situada dentro do próprio espaço urbano, faz com que esse espaço passe por uma série de conflitos tanto internos como externos, nos quais a população que nele está como protagonista acaba por ser ou assimilada ou assimilando os diversos tipos de cultura que vieram a ter.<sup>18</sup> De acordo com Corrêa (2003), o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais.

Marx e Engels, ao referirem-se ao processo contraditório no qual se reproduz a cidade capitalista, que exige do Estado uma intervenção permanente, objetivando minimizar os conflitos e atender aos interesses de alguns grupos sociais, apontam que:

O local onde se definem as contradições próprias da sociedade moderna, ou seja, a cidade é o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, enquanto que o campo põe em evidência o fato oposto e a dispersão. A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no quadro da propriedade privada; é a mais flagrante expressão da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, da subordinação a uma atividade determinada que lhe é imposta. Esta subordinação faz de um habitante um animal da cidade ou animal do campo, tão limitados um como o outro, e faz renascer todos os dias a oposição entre os interesses das duas partes. (MARX; ENGELS, 1974, p. 62).

Dessa forma, o espaço urbano é o centro vital onde os antagonismos se refletem, mas, ao mesmo tempo, é o local principal onde a necessidade faz com que seja possível a formação de identidades e afinidades desenvolvidas de acordo com a convivência e com as próprias condições históricas presentes nesses contextos. Assim, não por acaso as maiores manifestações políticas reivindicatórias ganham corpo nesses espaços, como as manifestações de junho de 2013 no Brasil, que são objeto desta pesquisa.

A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo “desigual” e “diferente”,

---

<sup>18</sup> “A coletividade criada pela consciência de que são ‘iguais’ na pobreza, na exclusão e na subalternidade coloca a questão da cidadania dos subalternos em um novo patamar: na perspectiva de sua constituição como sujeitos políticos, portadores de um projeto de classe. Ao adquirir visibilidade, conquistar direitos e protagonismo social, as classes subalternas avançam no processo de ruptura com a condição subalterna e na produção de uma outra cultura em que prevaleçam seus interesses de classe. Não se trata aqui, pois, da cidadania construída ‘na ordem’, como resultado na conciliação de interesses inconciliáveis, em que ‘assistidos’ transformam-se em ‘cidadãos’ como se a causa da desigualdade fosse a ausência da cidadania (cf. Mota, 1991).” (YAZBEK, 2006, p. 19).

devido à distribuição de renda de forma incompatível para o nivelamento das classes. A grande disparidade encontrada na pirâmide social somente denota em seu ápice uma minoria estratificada. No restante de sua composição, estão as classes intermediárias e de menor importância econômica, mas é justamente a última classe quem mantém os níveis de desenvolvimento do País, no concernente à oferta de mão de obra. É no âmbito da distribuição incompatível de acesso à renda que o Estado se propõe a desenvolver políticas públicas, tais como políticas de urbanização, demandadas historicamente por movimentos sociais.

Para muitos, a cidade é apenas reflexo passivo das condições macroeconômicas, uma posição que não é restrita aos conservadores de direita. Para outros, ela é palco de acontecimentos sociais e políticos importantes, uma grande arena para o exercício do poder, seja para os grupos locais seja em relação ao cenário nacional, quando se trata de uma metrópole. Para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, a cidade não é neutra e pode ser vista como uma força ativa, uma ferramenta eficaz para gerar empregos e renda e produzir desenvolvimento econômico. (BRASIL, 2004, p. 18).

Exemplo disso são os movimentos pela reforma urbana, muito forte no País na década de 1980. Esses movimentos objetivaram reforma urbana em áreas centrais no sentido de reafirmar o caráter social e político de uma recomposição e readequação do centro urbano, procurando valorizar ao mesmo tempo a cidadania, a gestão democrática e a sustentabilidade da cidade.<sup>19</sup> Em relação ao planejamento das cidades, a questão da mobilidade e da acessibilidade urbana representa fatores estratégicos e estruturais do processo de urbanização. Por isso, precisa ser considerada no processo de implementação das políticas sociais. Para Tonella,

a implementação de uma política urbana vigorosa depende de uma quantidade expressiva de recursos públicos e de diretrizes da política pública estruturada e com continuidades ao longo do tempo. A eficácia da política não se estabelece apenas no interior do aparato estatal, mas na interseção de interesses e projetos com a sociedade civil. (TONELLA, 2013, p. 29).

---

<sup>19</sup>Godim e Soares apontam algumas características que fizeram com que algumas cidades brasileiras fossem reconhecidas como exemplos de gestões locais bem-sucedidas. Assim sendo, essas características podem ser resumidas em: “visão estratégica da atuação do governo em termos políticos, administrativos e econômicos; redefinição das funções do Executivo municipal, de forma a priorizar o interesse público, substituindo o clientelismo por estratégias mais modernas de legitimação; reconhecimento da importância da promoção de uma imagem favorável da cidade e da administração; e uma nova concepção de democracia, que enfatiza, real ou simbolicamente, a descentralização, a participação popular e as parcerias do poder público com diferentes agentes sociais.” (2002, p. 69).

As manifestações de junho de 2013 foram exemplos de que a inexistência de uma conexão entre o Estado e a sociedade civil expressa descontentamento por parte daqueles que sofrem o descaso no acesso às políticas públicas, neste caso, mais especificamente às políticas de cunho urbano, visto que o ponto de mobilização inicial foram os transportes públicos. O acesso de milhares de pessoas a sistemas caóticos de transporte público, bem como sua inoperância e precariedade, deram o tom necessário à ida às ruas. Uma das expectativas das manifestações de junho de 2013 era visualizar suas propostas – por exemplo, transporte público de qualidade – concretizadas. Contudo, o que se verificou foi somente a confirmação do discurso do direito ao transporte público, por parte do Estado, pouco alterando em termos práticos a vida do cidadão, ainda que a Emenda Constitucional nº 90 passe a dar nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, incluindo o transporte como um direito social.

No Brasil, o crescimento urbano se tornou muito mais visível depois da Primeira Guerra Mundial. Provocou a expansão do pequeno comércio nos centros mais importantes do País, assim como a expansão de pequenas indústrias. Houve, então, o aumento das camadas médias urbanas – pequenos comerciantes, artesãos, pequenos industriais, alfaiates, carpinteiros e sapateiros. Foi também nesse período que surgiram novos grupos médios urbanos, ligados, sobretudo, à burocracia estatal – funcionários públicos, assalariados.

Lefebvre (2011), ao referir-se às alterações na cidade, aponta que esta sempre teve relações com a sociedade em sua totalidade, com sua composição e seu funcionamento (campo e agricultura, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto, a cidade muda quando muda a sociedade no seu conjunto. A cidade muda de acordo com a população em seus processos de conhecimento, de relacionamento e até de discórdias, confrontos e contradições. Portanto, a cidade é algo que caminha em compasso com o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, a cidade torna-se reflexo do desenvolvimento dado também pelas condições econômicas, políticas e sociais. É este mesmo desenvolvimento, norteado por determinações amparadas em uma perspectiva capitalista, que contribuirá no processo de segregação e exclusão das pessoas e favorecimento das condições de pobreza. Davis (2006) aponta que não somente o desenvolvimento nas cidades configura-se como fator necessário para o êxodo rural. Pelo contrário, mesmo as cidades que apresentam condições desfavoráveis no tangente à possibilidade de alteração das condições de vida e sobrevivência continuam sendo um lócus perseguido por milhões de pessoas.

As forças globais que “empurram” as pessoas para fora do campo – a mecanização da agricultura em Java e na Índia, a importação de alimentos no

México, no Haiti e no Quênia, a guerra civil e seca em toda África e, por toda parte, a consolidação de minifúndios em grandes propriedades e a competição do agronegócio de escala industrial – parecem manter a urbanização mesmo quando a “atração” da cidade é drasticamente enfraquecida pelo endividamento e pela depressão econômica. Como resultado, o crescimento urbano rápido no contexto do ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado foi a receita inevitável da produção em massa de favelas. (DAVIS, 2006, p. 26-27).

Para Gough (1982), as grandes cidades sempre existiram na história das civilizações. Contudo, a vida urbana é produto do capitalismo, sendo tão necessária à reprodução capitalista como a fábrica o é para a produção. As favelas, portanto, não podem ser consideradas somente fruto de um processo sócio histórico de desenvolvimento da sociedade, amparado em discursos segregacionistas. A condição e a massificação cada vez maior de favelas e regiões periféricas desprovidas de condições ideais de habitabilidade amparam-se ainda nas condições postas pelo desenvolvimento da cidade e na análise de *para quem e para que a cidade é feita*. Compreender a quem a cidade se destina pode possibilitar uma análise mais aguçada de como se chegou a grandes conglomerações urbanas, assoladas por precárias formas de viver. Certamente, o problema maior não é viver na periferia. O problema maior é o conceito que a periferia infere ou o sentido restrito que estar na periferia possibilita.

As periferias – formadas por núcleos de habitações improvisadas em áreas de melhoramentos públicos, em terrenos de propriedades alheias ou de domínio não definido – podem ser constituídas por bairros de classe média e média baixa, formando um conjunto muito grande de residências rústicas ou de qualidade inferior, onde, em geral, residem operários, funcionários públicos e demais trabalhadores de poder aquisitivo baixo. Geralmente, as periferias situam-se nos grandes centros urbanos e caracterizam-se por densa população em condições de vida precárias. Essas pessoas são obrigadas a viver nesses espaços, tanto pelas questões relacionadas ao salário baixo, como pela distribuição feita na remodelação das cidades modernas, em que são disponibilizados espaços determinados aos trabalhadores de baixa renda, separando essa categoria de trabalhadores dos demais segmentos da sociedade, gerando uma espécie de *cortina invisível*, em que os cidadãos mais pobres são mantidos a distância dos que estão inseridos positivamente no mercado capitalista.

É dessa forma que foram aos poucos tomando vulto e se materializando os loteamentos periféricos, sejam de natureza de ocupação, sejam legalmente constituídos. Para exemplificar

melhor essa questão, tome-se o exemplo de Bonduki, quando se refere ao crescimento periférico na cidade de São Paulo:

A enorme oferta de lotes baratos – pois distantes e desprovidos de benfeitorias urbanas – à venda nos quatro cantos da cidade, passíveis de serem pagos a prestação, que podiam ser ocupados sem os custos e os aborrecimentos envolvidos na prefeitura e aprovação de uma planta e sem o risco de perturbação pela fiscalização, sem acesso por transporte público (mesmo precário, lento e complementado por longas caminhadas) – eis as condições que viabilizaram o mercado de loteamentos periféricos e criaram uma alternativa habitacional de massa para os trabalhadores de baixa renda. Ao mesmo tempo em que nos gabinetes dos IAPs se formulavam sofisticados planos habitacionais influenciados pelo Ciam e pela experiência de habitação social na Europa, em São Paulo criavam-se as condições para a proliferação de uma solução habitacional arcaica e precária, baseada na combinação de loteamentos privados especulativos com o auto-empresendimento da casa própria (BONDUKI, 1998, p. 287).

Da mesma forma com que foram criados os loteamentos clandestinos nas periferias, alguns empreendedores mais audaciosos descobriram a possibilidade de aquisição de lotes de terra, criando-se setores de aluguéis para a classe trabalhadora. Isso se tornou uma espécie de exploração da condição operária: eram adquiridos terrenos a baixos preços, era feita uma série de incrementações e, posteriormente, colocava-se à disposição dos trabalhadores por valores acessíveis para locação (CHINELLI, 1981).

Na realidade das cidades brasileiras, o fato de haver grande crescimento dos loteamentos e das ocupações clandestinas deve-se, sem dúvida, à falta de estrutura habitacional dos grandes centros, onde os melhores pontos são destinados às empresas e ao grande capital. É dessa forma que o trabalhador brasileiro, sem muitas alternativas e tendo que sobreviver, impõe-se, à sua maneira, ao politicamente estabelecido, ou seja, embora a modernização esteja sendo plenamente divulgada, ainda resta uma série de providências a serem tomadas em relação ao homem da cidade e às condições de vida. Veja-se, por exemplo, a conjuntura brasileira apresenta uma das maiores contradições em nível mundial. De acordo com *World Economic Outlook Database*, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, 2015), estima-se que o Brasil se encontra na oitava colocação na lista das quinze maiores economias mundiais. Essa condição não se dá por acaso, pois é influenciada por uma série de fatores que vão desde o valor total final de bens e serviços produzidos por uma nação em um dado ano, até a relação das taxas de câmbio do mercado. Assim, o País que apresenta uma das maiores economias do mundo é o mesmo País que apresenta umas das maiores taxas de desigualdade social do mundo, de acordo com o Índice de Gini, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. De

acordo com o Banco Mundial (2014), o Brasil ocupa a nona colocação entre os países mais desiguais do mundo, à frente da maioria dos países africanos. Do outro lado, os países mais iguais do mundo, de acordo com o índice Gini, são todos pertencentes à ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ou então pertencentes à Escandinávia.

Para Bernabucci (2014), a crise que assolou o mundo a partir de 2008 é a mesma crise que dobrou o número de bilionários no mundo. Para o autor, a desigualdade tem chegado a todos os países do mundo, destacando que, no caso da África do Sul, a crise chega a ser maior que nos anos do período de *apartheid* (BERNABUCCI, 2014). Para Márcio Pochmann, em entrevista à Simone Freire do portal *Brasil de Fato*,

o que a gente percebe é que o Brasil vem difundindo certa modernização no interior do país. Nós tínhamos um território demarcado pela forte diferença entre o urbano e o rural. [...] O que se percebe nesta primeira década é que de certa maneira estes serviços passaram a cada vez estar mais presentes no interior do Brasil, seja em cidades que tenha presença urbana, mas também no meio rural. [...] Então isso de certa maneira é um diferenciador em relação ao que nós tínhamos até anteriormente que era uma concentração de políticas públicas mais nas regiões metropolitanas nas grandes cidades brasileiras e há agora este movimento mais de interiorização, embora estejamos muito longe de condições equivalentes de vida do campo e da cidade [O Brasil está pronto para superar a desigualdade social?] Superar eu não acredito porque enquanto existir o capitalismo, o capitalismo é uma máquina de desigualdades, havendo economia de mercado, havendo um modo de produção capitalista, a desigualdade ela é um elemento intrínseco, que exige justamente a presença constante de parte do Estado de políticas que, senão esvazie esta geração de desigualdade, amenizem a desigualdade gerada pelo modo de produção capitalista. Eu diria que o Brasil está mais preparado para lidar com a desigualdade, mas certamente nós estamos longe de superar. (POCHMANN, 2014, [p?]).

A modernização dos aviões da Embraer, a tecnologia da Petrobras, o etanol da cana-de-açúcar, a saúde universal e a energia verde não foram suficientes para o País avançar na melhoria da qualidade de vida da população. Encontra-se um País que continua mergulhado não só na pobreza da fome, mas na pobreza de saúde, na miséria da educação, nas sobras do saneamento básico, nos resquícios dos direitos trabalhistas. O País que encampou os slogans presidenciais “País rico é país sem miséria” e “Brasil, Pátria Educadora” apresenta pouca concretude para além do assistencial. O País continua sendo conhecido pelas epidemias geradas pelo mosquito da dengue, o ensino precário da matemática na educação pública, o trabalho escravo no campo, as filas do SUS e os contínuos riscos de apagão. Tem-se avançando muito pouco no referente a condições dignas à população para além do acesso à alimentação e à diminuição da miséria. Os marcos regulatórios, como a Lei nº 8.080/1990, que regulamenta as

ações e serviços de saúde do País, têm se mostrado pouco efetivos na prática, descambando para uma série de providências e ações improvisadas no campo das políticas públicas, gerando no máximo efeitos paliativos relacionados ao acesso à saúde, como é o Programa Mais Médicos.

O aumento contínuo das desigualdades sociais, atrelado às condições periféricas de vida, é reflexo de um modelo de gestão realizado pelo próprio Estado, que dita as próprias regras de espaço à sociedade, sem permitir um debate político social com a sociedade civil, corroborando uma perspectiva excludente, com o aumento exponencial dos valores da terra, com a especulação imobiliária. Desse modo, faz-se da terra não um meio de interesse social, mas, sim, produto de valor a ser comercializado, vendido, faturado (ACANDA, 2006). O Estado, como espaço dominado pelas elites e pelos grandes grupos, que determinam as políticas sociais, bem como as legislações, pouco consegue alterar e apresentar propostas que coloquem a cidade como objeto central a ser democraticamente ocupado por todos. Pelo contrário, as elites e os grandes grupos conseguem, na maioria das vezes, trabalhar na perspectiva da manobra política, enfatizando o valor da terra e determinando os espaços para quem acreditam ser de direito, ou seja, neste caso, não é direito de todos. Para Ribeiro, pesquisador do Observatório de Metrôpoles, o espaço social é definido de acordo com seu volume de capital e estrutura de capital. O autor ainda coloca que o espaço social é dividido de acordo com cinco pontos: práticas sociais, condição social, posição social, ocupação e centralidade do trabalho (RIBEIRO, 2010?). Destaca ainda que a definição no espaço a ser ocupado será dada pela centralidade do trabalho, e assim inversamente, até se chegar nas práticas sociais. Conforme Corrêa (2003), os grupos socialmente excluídos encontrarão nas zonas mais degradadas e na favela as condições possíveis para sobreviver.

Portanto, o que deve ser discutido é o papel do Estado e de políticas sociais restritas a determinados setores da sociedade. Para Behring,

as consequências da combinação perversa entre o recrudescimento da pobreza e da desigualdade e a “falta” ou “escassez” de recursos e de cobertura das políticas sociais – e vale dizer que as políticas de seguridade são as que têm o maior aporte de recursos no seu conjunto –, são realmente dramáticas, além de emblemáticas da alocação de um fundo público que cresceu, mas não para a área social, de forma suficiente frente à demanda. Cabe retirar da sombra desdobramentos sérios e duradouros desse processo: o retorno do Estado policial. A segurança da existência se impõe à ideia de seguridade social, num ambiente marcado por momentos de inquietação pública nas grandes metrôpoles, onde se concentra a pobreza, hoje mais urbana que rural. Essa inquietação pública articula duas lógicas: a insurreição contra a discriminação e a injustiça social e contra a privação econômica e as desigualdades sociais. Tais rebeliões são desencadeadas pela juventude da classe trabalhadora, de forma violenta, em resposta – na maioria das vezes desorganizada – à violência

que vem de cima e que é estrutural sobre os pobres. Esta violência “de cima” é composta de três elementos explosivamente combinados: o desemprego, o exílio em bairros decadentes e a estigmatização na vida cotidiana, em geral associada às dimensões étnico-raciais e de gênero. Esse é um ambiente que está nos subúrbios de Paris e Nova Iorque e nas favelas do Rio, São Paulo, Recife e outros centros urbanos brasileiros. (BEHRING, 2009b, p. 58).

De acordo com a interpretação de Nogueira e Pfeifer (2003), seguindo o aporte marxiano, o Estado está articulado aos processos políticos, sociais e econômicos, entendendo-o assim como dimensão necessária do sistema capitalista na expressão das relações de classe. Para as autoras, tendo em vista as relações entre indivíduos, grupos e classes sociais, é fundamentalmente necessário compreender o Estado como agente de desenvolvimento nos processos que demandam e configuram a questão social. (NOGUEIRA; PFEIFER, 2003).

Behring, utilizando-se de Oliveira, destaca que “a ofensiva neoliberal abala os fundamentos da democracia moderna, convertendo o Estado a uma completa subordinação ao capital, num verdadeiro ‘banquete dos ricos’” (BEHRING, 2009b, p. 57). Para a autora, o Estado não deixa de servir ao capital e seus interesses. Assim, a existência de políticas sociais é decorrente de confrontos necessários ao próprio processo de acumulação e manutenção do capital (BEHRING, 2009b).

### **1.3 Análise sobre direitos e políticas sociais para as cidades brasileiras**

A formação dos grandes centros urbanos deu-se, conforme dito, pela aglomeração de pessoas que rumaram para as cidades em busca de emprego, qualidade de vida, habitação etc. Esse processo acabou por gerar um grave problema social que pode ser denominado de explosão urbana e que, portanto, se reflete negativamente nas grandes cidades.<sup>20</sup>

O presente item vem tratar dos direitos sociais e das políticas sociais públicas brasileiras, ressaltando sua relação com as classes subalternas, que, de acordo com Yazbek (2006), se refere ao mundo dos dominados, dos submetidos à exploração.

A luta por terra é mais do que a luta por espaço a ser ocupado. A luta por terra também coincide com a luta por mobilidade urbana e social e por condições de vida adequadas. Este

---

<sup>20</sup>A explosão urbana, que se caracteriza pela grande concentração populacional em um determinado contexto, dá-se, segundo Costa e Lima (2004, p. 165), pelo elevado grau de desenvolvimento urbano, tornando as grandes cidades em metrópoles e permanecendo a inabilidade do poder público em atender às demandas da população existente.

espaço no qual milhares de sujeitos “encenam” suas vidas é o espaço da exploração, da disputa permanente de luta pela vida sob a ordem do capital. São essas relações ocultas, descritas por Fontes (2010), que transformam toda a miserabilidade, toda precarização do mundo do trabalho em contínua exploração. Para Harvey (2004), a produção do espaço e a organização territorial em áreas já relegadas as tramas das relações sociais definem importante campo de absorção do modo de trabalho. Mas, para além disso, a organização da produção no espaço define a quem se destina o trabalho, os campos de trabalho, o valor do trabalho e a quantificação dada através da exploração das classes marginalizadas. Para Martins,

o “direito à cidade” e à cidadania é concebido como direito fundamental e concerne à participação dos habitantes das cidades na definição legítima do destino que estas devem seguir. Inclui o direito à terra, aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento ambiental, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação. Abrange ainda o respeito às minorias, à pluralidade étnica, sexual e cultural e o usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado, sem distinções de gênero, etnia, raça, linguagem e crenças. (MARTINS, 2006 p. 134).

É nesse contexto multifacetado, que vai além de cidade e periferia, que situamos a política urbana como campo transformador do espaço social brasileiro, mas também como campo estratégico para o desenvolvimento do processo industrial, urbanístico e econômico do País, o qual direciona modos e formas de se fazer política social em prol da manutenção do capital, bem como da agudização da questão social.<sup>21</sup> Para Boschetti,

do ponto de vista histórico é fundamental situar o surgimento da política social, relacionando-a com as expressões da questão social que determinaram sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, é importante relacionar a política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma, deve-se buscar relacionar as políticas sociais com as determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração às políticas sociais, assumindo, assim, um caráter histórico estrutural. Do ponto de vista político, é importante conhecer as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam. (BOSCHETTI, 2009, p. 7-8).

---

<sup>21</sup> “Podemos afirmar que a era Lula foi palco da conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista. Note-se que na primeira etapa do seu mandato foram realizadas as contrarreformas da previdência e da educação, concomitante ao aumento das taxas de juros; enquanto no mesmo período era expandida a assistência social, o crédito ao consumidor, os empréstimos populares e os aumentos do salário mínimo. Através das mediações do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas, ao tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes.” (MOTA, 2012, p. 35).

Partindo-se da concepção histórica, torna-se impossível pensar em questão urbana sem compreender a lógica que foi colocada à classe trabalhadora no século passado. Suas relações, permeadas pelo interesse do capital, não são relações novas, muito pelo contrário. Foi o próprio interesse do capital que possibilitou o desenvolvimento da questão urbana, tendo, então, no decorrer do tempo, um entrelaçamento do direito à cidade com o desenvolvimento político, social e industrial do País. Analisar historicamente um período não pode ser pormenorizado em relação a análises quantitativas de dados, visto a indissociabilidade que a história impõe aos dias de hoje. Assim complementa Requena e Sanchez:

Conocer las causas y consecuencias de las políticas también nos permite aplicar las ciencias sociales a la solución de problemas prácticos. [...] El estudio de las políticas se comprende no sólo por razones científicas y profesionales, sino también como elemento que hace avanzar la calidad y los beneficios de la propia discusión política. (REQUENA; SANCHEZ, 2010, p. 15).

Para Gough (1982), o Estado se apresenta como contraditório. Para o autor (1982), o Estado de bem-estar social reflete a própria contradição na qual ele se cria, ou seja, é a partir do enraizamento definido no capitalismo que o Estado tornou-se um complexo de atributos positivos e negativos, visto as forças de produção e as relações de produção postas.

Gough (1982) ainda esclarece que a luta de classes não é suficiente para compreender as políticas sociais desenvolvidas por esse modelo de Estado. Porém, chama atenção pelos inúmeros exemplos aplicados dentro das próprias políticas sociais introduzidas pelo Estado, com o interesse de preservar a ordem e a reprodução capitalista. O autor destaca que as medidas antes criadas como resultado da luta de classes transformaram-se em medidas que atendem às necessidades e às funções de reprodução (GOUGH, 1982). No caso do Brasil, pode-se destacar o acesso ao ensino superior, hoje predominantemente privado.

Nesse sentido, o Estado e as políticas sociais seriam, de acordo com Gough (1982), a intervenção estatal no processo de reprodução da força de trabalho e manutenção das condições da população trabalhadora. Essa ordem baseada na acumulação de capital altera a dinâmica entre Estado e família, atribuindo ao primeiro uma contínua necessidade de relação para aumento cada vez maior da reprodução. E ao segundo – família – meio e capacidades para enfrentar a reprodução amparada pelo Estado (GOUGH, 1982).

Souza (2006), ao referir-se às políticas sociais públicas, destaca: as condições postas por determinados grupos não passam de reivindicações que, em uma perspectiva imediatista, servirão mais aos grupos de interesse do que ao Estado. Contudo, essas políticas se refletem, mesmo que seja em longo prazo, em políticas públicas sociais que atenderão aos interesses do Estado, ou, como ela prefere chamar, aos interesses do elitismo. Veja-se, por exemplo, uma política social como a saúde. Ela visa, em suma, prevenir doenças e tratar na perspectiva da cura. A educação almeja melhor qualificação ao trabalho, conhecimento técnico-científico. A previdência social assegurada ao trabalhador e sua família em momentos de impossibilidade de trabalho torna-se um seguro social. Entretanto, todas essas políticas existem pelas condições postas no mundo do trabalho. Necessita-se de pessoas com saúde para o mundo do trabalho, necessita-se de conhecimento para o mundo do trabalho, necessita-se que o trabalhador esteja amparado quando necessário, para que, o quanto antes, retorne ao mundo do trabalho. De fato, existe uma gama de políticas sociais muito bem definidas, que atende a parcelas da população em todas as suas necessidades, mas que, em longo prazo, não passam de investimentos do capital em seu próprio processo de reprodução. Para Mandel (1985), a ideologia dominante da sociedade será sempre a ideologia da classe dominante. Esta classe, ao se apropriar das superestruturas do Estado, determinará os rumos e as nuances deste, bem como as condições postas à classe operária.

Para o autor, o Estado, enquanto instrumento de ordem burguesa, apresenta-se assim devido a dois processos de ordem global (MANDEL, 1985). O primeiro refere-se à empatia com a ordem burguesa, destacando que, até mesmo nos países de cunho mais democrático, o acesso, na condição de representantes do Estado, dificilmente será dado a pessoas que questionem a ordem burguesa ou apresentem qualquer condição contrária às suas determinações (MANDEL, 1985). O segundo ponto refere-se à prevenção de qualquer modo de autogestão por parte da classe operária. O Estado, como espaço determinado pelas condições burguesas, limita-se a uma representação democrática formal, visto que a condição do operariado não dispõe de um avanço na consciência coletiva sobre uma democracia efetiva (MANDEL, 1985). Essa condicionante está para além do acesso à propriedade, a qual é inexistente no campo do operariado. A condicionante é reflexo ainda da alienação e fragmentação dos processos de trabalho que delimitam o ser social e sua consciência de classe, não chegando, assim, ao campo da coletividade (MANDEL, 1985). Mandel, ao referir-se ao Estado, aponta que:

Uma instituição conservadora desse gênero é por natureza totalmente incapaz de conhecer, para não dizer efetivar, qualquer alteração radical do sistema social vigente. [...] a ideologia burguesa os confina rigorosamente a soluções “racionais” de problemas parciais; é preciso que continuem aprisionados nessa ideologia a fim de exercer suas funções de maneira socialmente (não tecnicamente) competente. Uma das confirmações mais notáveis dessa regra é o destino de medidas antimonopolistas, muitas vezes introduzidas em vários setores de uma economia capitalista “a fim de proteger o público” (os “interesses gerais do capital”, quando não os “interesses gerais da sociedade”). Essas medidas são tipicamente convertidas, na prática, em medidas vantajosas aos monopólios ou a grupos específicos de capitalistas. (MANDEL, 1985, p. 348).

Utilizando-se de Behring (2009), são esses mesmos jogos de interesses que contribuíram para o surgimento das políticas sociais. As políticas sociais não se fundam como originária do sistema capitalista, mas, sim, a partir de condições historicamente objetivas e subjetivas. Elas não são resultados da concessão do Estado, este representante maior do capital, como também não são apenas conquistas realizadas através das lutas da classe trabalhadora. São, sim, resultado de uma série de consequências que devem ser compreendidas na sua totalidade, envolvendo esses dois polos como condição necessária à criação e à manutenção das políticas sociais (BEHRING, 2009). Porém, é certo que, por mais que atinjam no seu limite questões de sobrevivência do homem, as políticas sociais não passarão de políticas que intervêm pelas mãos do capital, pelas exigências da classe trabalhadora, para a melhora das condições de vida da classe trabalhadora, e conseqüentemente para a utilização desta mesma classe para a contínua exploração pelo capital. Então, políticas sociais continuam a existir, confrontadas por dois polos, mas que, em seu último suspiro, determinam as necessidades do capital.

Sem esse olhar, pode ficar prejudicada a luta política em torno das demandas concretas dos trabalhadores, freqüentemente obstaculizadas, hoje pela alardeada "escassez de recursos". A luta no terreno do Estado – espaço contraditório, mas com hegemonia do capital – requer clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que pressupõe qualificação teórica, ético-política e técnica. Constata-se, que a política social – que atende às necessidades do capital e, também, do trabalho, já que para muitos se trata de uma questão de sobrevivência – configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho (BEHRING, 2009, p. 19-20).

Oliveira aponta a seguinte reflexão:

Não é somente a degradação das condições de vida do proletariado e as suas reivindicações que determinam o surgimento das políticas sociais.

Historicamente, os direitos sociais e as medidas jurídicas que consagram as políticas sociais vinculam-se também as alternativas encontradas pelo capital frente à crise de acumulação enfrentada no final dos anos 20 do século passado. O que se configurou com o *Welfare State* foi também uma forma de alargar as funções econômicas e sociais do Estado. (OLIVEIRA, 2009, p. 110).

O raciocínio de Oliveira (2009) aponta outro campo. As necessidades de sobrevivência não são determinantes para a existência de políticas sociais. Assim sendo, a contradição e a correlação de forças apresentadas por Behring (2009b) somente reforçam a ideia de Oliveira, no sentido de que, mesmo em meio à situação de profunda crise, somente um dos lados consegue manter-se ativo. Neste caso, será o capital que renascerá da crise, em outras formas, sentidos, mas com a mesma função, que é a acumulação de capital. A autora reitera ainda:

A análise das políticas sociais, nesta perspectiva, revela que não se trata de atender apenas às reivindicações dos trabalhadores. Com o *Welfare State*, o Estado passa também a financiar a acumulação de capital através de inúmeros mecanismos: subsídios à produção, criação de setores estatais produtivos, financiamento dos excedentes agrícolas, da pesquisa e tecnologia, etc. (OLIVEIRA, 2009, p. 111).

Convém analisar que os dois campos em confronto – Estado e sociedade civil –, também se apresentam como co-dependentes. Tem-se não só uma necessidade arraigada pela sociedade civil, a qual Acanda (2006) define como espaço de contraposição à ideologia dominante burguesa, como também se tem o Estado com interesses diversos, tanto na criação quanto na manutenção das políticas sociais. Acanda ainda chamará atenção para a conceituação de sociedade civil, reportando-se ao conceito gramsciano. Para o autor, o conceito de Gramsci, ao contrário do utilizado por Marx, aponta as condições de superestrutura, apoiando-se nas considerações objetivas da dimensão do sentido civil (ACANDA, 2006). Contudo, os dois autores, Marx e Gramsci, bebem da mesma fonte para explicação e definição do termo: Hegel (ACANDA, 2006).

Assim, para Acanda (2006), a sociedade civil é uma integração de fatores que não resulta em uma sociedade homogênea. O autor destaca que as instituições formadoras da sociedade civil definem-se pelo embate existente entre as diferentes classes, resultando em uma variedade de ideologias que pode permitir tanto a existência dos dominados quanto dos dominadores (ACANDA, 2006).

Adentrando o campo que se contrapõe à sociedade civil, Carcanholo (1998) destaca que o modelo neoliberal utilizado pelo Estado para implementar as políticas sociais apresenta

claramente dois objetivos centrais. O primeiro deles refere-se à fragilização do Estado nacional, cedendo à lógica da globalização especulativa financeira. O segundo é o aniquilamento de qualquer forma de resistência ou expressão que se contrapõe à lógica desta economia baseada na disputa de mercado (CARCANHOLO, 1998). Nesse âmbito, duas análises podem ser apresentadas. A primeira, obviamente, apresenta-nos uma desestruturação da condição do Estado como agente interventor, que passa a ser apenas agente regulador, contribuindo, ainda, para a livre concorrência e trabalhando por trás a favor dos interesses do mercado, muito mais ligado a uma lógica de gerenciamento do que de intervenção. O segundo ponto demonstra, em seu caráter cerceador, que os apontamentos apresentados, por exemplo, por forças sociais ou grupos determinados, como os movimentos sociais ou até mesmo os grupos ativistas, sendo este, independente da razão de sua existência, deva ser extinto. A preservação de uma lógica de mercado, baseada na livre concorrência, não permite questionamentos que possam refutar a mesma ordem, trabalhando, assim, contra ela. Nessa seara, os movimentos de junho de 2013, que serão aprofundados no terceiro capítulo, soam como nítida expressão de resistência questionadora da ordem. Por isso, deveriam ser extintos, apagados, minimizados o quanto antes, visto os efeitos colaterais postos ao Estado.

Para Mota (1995), as políticas neoliberais de reestruturação do modelo de Estado, que acabam, por conseguinte, gerando profundas mudanças no padrão produtivo, tecnológico, organizacional e de gestão da força de trabalho, são “um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe [...] afirmando-se como um instrumento formador de uma racionalidade política, cultural e ética da ordem burguesa.” (MOTA, 1995, p. 80). A autora aponta que o percurso realizado pelas políticas neoliberais nada mais é do que estratégias de cooptação a uma lógica de adensamento da vida burguesa. Jamais o trabalhador conseguirá, nesse modelo de desenvolvimento do capital, fazer parte do mundo burguês. Contudo, sua racionalidade, imprimida pelos direcionamentos do Estado, deixa-lhe muito mais propenso a uma visão burguesa da sociedade, do que a uma visão da real classe a qual pertence.

O modelo neoliberal do Estado aprofundou sua ação paliativa, fez seu caráter interventor inexistir, atendendo tão e quão somente aos organismos internacionais. Assim, o que de fato vem ocorrendo é um redimensionamento dos avanços postos pela Constituição Federal de 1988. Redimensionamento este que não adentra o campo do Direito, pois seria uma lógica inversa ao projeto *neo-desenvolvimentista* posto hoje, como também não convence sobre avanços às reformas estruturais necessárias às políticas sociais. Para Behring (2009), até mesmo o projeto neoliberal não conseguiu de fato se efetivar, visto que os avanços imaginados a partir da queda

de tributos e da crise do desemprego, ao contrário, somente contribuíram para o aumento da demanda por proteção social e, conseqüentemente, para o aumento dos gastos públicos. Nesse sentido, a autora ressalta que:

[...] as políticas sociais [se apresentam] como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação, ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidade. A condução histórica e social da política social deve ser extraída do movimento da sociedade burguesa, em geral e também nas manifestações particulares nos Estados nacionais. (BEHRING, 2009, p. 4).

Para a autora, uma das estratégias utilizadas pelo capital para se beneficiar em tempos de crise foi a necessidade de aumento do fundo público. Infere ainda que o fundo público nada mais é do que o esgotamento da reprodução automática do capital. Daí sua necessidade de criação, ante a visão liberal, de apenas o Estado atuar com a mão invisível (BEHRING, 2009).

O fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes, onde a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua forma hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública, um elemento central na política econômica e de alocação do orçamento público (BEHRING, 2009b, p. 52-53).

Nessa seara, não só as ideias autoritárias e coercitivas se forjam travestidas de acesso ao campo dos direitos sociais, como elas coadunam para uma manobra de controle conservador da população usuária, quando do acesso a estas políticas de caráter público. Para além do controle, as políticas sociais, mesmo nos governos Lula e Dilma, vêm demonstrando traços nítidos de retrocesso, de culpabilização do indivíduo e de cunho moralizador ao trabalhador complexificando as formas de ser e viver na sociedade atual. Behring (2009b) destaca que, mesmo nestas condições, houve crescimento de investimentos públicos em educação, saúde e programas de garantia de renda maior que o PIB, ou seja, as políticas sociais foram atendidas em setores específicos, gerando um incremento do salário indireto pelo Estado. Contudo, essa estratégia decorre de uma liberação do salário direto dos trabalhadores para dinamizar o consumo de massas, contribuindo para o aumento das taxas de lucro (BEHRING, 2009b).

Desse modo, a parcela da população que não visualiza e que não consegue garantir seus direitos fica a mercê da benevolência do Estado ou do terceiro setor, com todas suas fragilidades e antagonismos.<sup>22</sup> Nesse sentido, cria-se uma via de mão dupla: ao mesmo passo que se coloca o sujeito como dependente do Estado e de suas restritivas políticas sociais, cria-se também a autorresponsabilização do sujeito pela sua própria sorte (ou azar). Para dar amplitude a isso, cria-se uma gama de propostas de desresponsabilização estatal, que nada mais é do que meios de desonerar o capital e seus fictícios projetos, contribuindo parcamente nas condições das estruturas sociais do País, assim como invertendo a lógica de responsabilização, que passa do Estado para a sociedade. Montaña, ao analisar a fragmentação dada à sociedade pelas vias da participação, da parceria nas políticas sociais, as quais passam a tornar-se campo de atuação do terceiro setor, bem como de responsabilidade de todos, colocando o Estado apenas como agente regulador e, em alguns casos, financiador, destaca que:

É nesse contexto de profunda ideologização, mistificação e desarticulação da totalidade social, e de uma cooptação de uma “esquerda possibilista” (intelectual e militante), que surge o termo de “terceiro setor”, com a clara origem de classe e uma nítida função ideológica de setorializar (fragmentando) a sociedade em três instâncias supostamente desarticuladas, criando uma imagem ideológica de um suposto “setor” autônomo e homogêneo, que seria “popular”, “progressista”, espaço de “participação”, da “parceria” e do “entendimento”, sem conflito ou contradição interna e que interviria eficientemente nas respostas às necessidades sociais que o Estado vai abandonando. O uso do termo “terceiro setor” desloca, assim, a atenção do desavisado para pensar nas ações sociais solidárias, desenvolvidas voluntariamente, no âmbito da sociedade civil... um verdadeiro “*canto da Sereia*”, inclusive aos ouvidos daqueles que honestamente almejam a igualdade e a justiça social: eis suas funções mistificadores e ideológicas, (ver Montaña, 2002). O termo “terceiro setor”, assim, funda uma ideologia e um projeto social. (MONTAÑO, 2014, p. 34, grifos do autor).

Nesse sentido, a concretização dos direitos sociais não consegue, em momento algum, estar dissociada do Estado, como agente, mesmo que regulador. Porém, o repasse de poder a outra esfera inviabiliza o real papel do Estado, colocando nas mãos do chamado *terceiro setor* – este, com uma face mais clara, limpa e supostamente de confiança – a execução das políticas sociais perante a sociedade. Para Couto (2004), o caráter dado aos direitos sociais, estes, muito mais dependentes das relações econômicas do que das condições de concretude das políticas

---

<sup>22</sup> Aqui, não se limita somente ao privado que nada tem em relação com o setor público, mas, sim, às instituições que realizam a dita parceria público-privada – as quais denominam-se “terceiro setor” – na oferta de serviços. Yazbek (2006, p. 51) refere-se a elas como “uma relação cartorial que se efetiva a partir de registro e cadastramento para a obtenção de subvenções e auxílios técnico-financeiros. Esta relação é muitas vezes permeada pelo favoritismo na distribuição das ‘benesses’ do Estado.”

sociais, encontrará na insuficiência de recursos e subsídios a inviabilização de efetivação das políticas sociais para as classes subalternas. Os entraves políticos e a burocracia exageradamente grandes, na maioria das vezes, trabalharão de acordo com as vontades e as aspirações de determinados escalões da sociedade.<sup>23</sup> Esses posicionamentos banalizam as leis e menosprezam todos os atores da sociedade que tanto lutaram para a criação de instrumentos jurídicos.

Para um melhor direcionamento das políticas sociais públicas, deve haver uma análise mais específica das políticas sociais, com estudos conjunturais e estruturais desde sua criação até a aplicabilidade, refutando, assim, seu caráter de moeda de troca entre política e grupos políticos e abandonando as ações de relação de poder, com vistas a uma possível materialização do direito social. Essa análise está totalmente relacionada às políticas sociais que fazem parte das estruturas das cidades, ou seja, às políticas sociais criadas a partir dos direitos sociais que devem ser ofertados pelo Estado. Para Telles, no horizonte da cidadania, “a questão social se redefine e o ‘pobre’, a rigor, deixa de existir. [...] pobreza e cidadania são características antinômicas. [...] pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de negação de direitos.” (TELLES, 2001, p. 51). Desse modo:

A figura do pobre se filia a uma sociedade autoritária que obsta a constituição de uma esfera pública na qual grupos e classes possam fazer valer seus interesses e razões. Nessa figuração, a realização da justiça prescinde dos direitos e do debate público sobre o justo e o injusto e se confunde com a “felicidade pública” que supostamente apenas o Estado pode expressar e garantir através de sua intervenção na sociedade. É essa homogeneização carregada de consequências, inscrita na figura do pobre, que a prática da cidadania dissolve. É é contra a desrealização da questão da pobreza que a prática da cidadania se põe, na medida em que torna presentes necessidades sociais e coletivas no interior de uma linguagem – a linguagem dos direitos – que as coloca no centro das relações sociais e da dinâmica política da sociedade. (TELLES, 2001, p. 52).

São estes grupos que estão do outro lado da margem, a margem onde o direito não é acessado. São esses grupos que foram às ruas em junho de 2013. As manifestações de junho de 2013 apresentam um novo modo de questionamento à conjuntura existente e às formas de

---

<sup>23</sup>De acordo com Couto, “as políticas sociais dos governos da era pós-1985 têm sido caudatárias de atributos que por longo período constaram como denúncia nos programas eleitorais, qual seja, a retomada das práticas clientelistas. Isto pode ser evidenciado nas alterações feitas na Constituição de 1988, que exigiram maioria no Congresso, o que geralmente transformou o Estado em um balcão de negócios, onde o voto é uma mercadoria bem valorizada. As reformas foram buscadas na tentativa de acabar com privilégios, mas a necessidade de maioria no Congresso fez com que o governo Fernando Henrique Cardoso precisasse recorrer a negociações particulares com os partidos e os parlamentares”. (COUTO, 2004, p. 153).

administração das políticas públicas sociais. Alavancada pela discussão do transporte público, as manifestações de rua de 2013 ecoaram em outras dezenas de políticas sociais, como saúde, educação, moradia, saneamento e mobilidade urbana, assim como em outras dezenas de temas reflexos da cotidianidade enfrentada pela sociedade brasileira, como racismo, homofobia, direito ao aborto, concepção de família e cura gay. Essas questões atravessam as relações da sociedade e atravessam, ainda, o caráter dado pelo Estado no concernente à aplicabilidade das políticas sociais no dia a dia dos sujeitos. Junho de 2013 não apresentou novas questões. Pelo contrário, apresentou temas que, majoritariamente, já foram discutidos, mas que historicamente pouco avançaram, seja pelo interesse em outras pautas por parte do Legislativo, seja pelo receio de adentrar campos tão complexos e controversos, como o direito ao aborto, sendo preferível, então, não os trazer ao debate.

Nesse grupo de complexas pautas, algo chamava mais a atenção. Apesar de muitos temas não se limitarem à questão entre urbano e rural, as pautas históricas de cunho urbano deram a tônica do enredo de junho de 2013. Pela primeira vez, no século XXI, tantas pessoas iam às ruas no Brasil, mobilizadas por um sentimento de indignação para reivindicar direitos que, em sua maioria, emergiam historicamente da questão urbana.

Conforme Bonduki (1998), para uma reflexão histórica, a formulação de um novo ideário de políticas urbanas – capaz de substituir aquele que começou a ser engendrado no período Vargas – é, no entanto, um processo longo e demorado, que somente consolidar-se-á depois que muitas experiências ou práticas com outras perspectivas forem conhecidas, avaliadas e aperfeiçoadas. De qualquer maneira, as atuais modalidades de enfrentamento da questão urbana ganham grande relevância no momento em que urge construir alternativas aos modelos de Estado interventor, típico do modelo central-desenvolvimentista, desenvolvido na era Vargas, e do Estado mínimo de cunho liberal, omissos frente a suas responsabilidades com a qualidade de vida dos cidadãos.

Entre esses aspectos, destaca-se que sem o entendimento do processo histórico – neste trabalho, enfatizando a urbanização e a industrialização – e de questões como os direitos sociais, por exemplo, não é possível entender a atual conjuntura, na qual se encontram hoje países em desenvolvimento, como o Brasil, em meio a tantas desigualdades, vulnerabilidades sociais e pobreza. Ou seja, todo o processo de exclusão social visualizado é consequência de um processo de medidas sociais, econômicas e políticas que foram adotadas no século passado. Assim, é imprescindível o entendimento acerca da história para uma análise da atualidade, inclusive para entender a questão do acesso aos direitos sociais, renegados dentro do próprio espaço urbano.

Esse lócus acabou se tornando polo de pobreza ou ainda o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter os subalternos, mesmo que essa acolhida se dê em condições precárias de (sobre)viver. Isso porque a densidade populacional, elevada principalmente pelo processo de industrialização, gerou cada vez mais necessidade de intervenção do Estado.

Essa industrialização não se limita somente ao meio urbano, mas também ao meio rural, onde a introdução de implementos agrícolas de última geração acabou substituindo o clássico trabalhador rural, restando como saída as cidades, representando a esperança na busca de trabalho. Porém, sem nenhuma qualificação para as funções necessárias na cidade, ou seja, sem qualificação para essas atividades laborais, que exigem nível de escolaridade razoável e cada vez maior qualificação técnica, esses trabalhadores despreparados foram condenados ao subemprego e ao conseqüente ingresso nas camadas periféricas e faveladas, que aumentaram significativamente. Soma-se a isso a grande massa de trabalhadores urbanos que, devido à adoção de novas modalidades de produção, também perdem o trabalho. As falas de alguns atores da periferia trazidas por Yazbek ilustram bem estes processos:

Eu queria ser costureira que era a coisa que eu sempre tive loucura. Era o meu sonho e tinha quem me ensinasse. Só não tinha como pagá.... Eu tinha 14 anos e depois eu continuei sonhando assim. Sempre achei bonito. Mas, daí veio os filho e já ficou mais difícil pra mim. Apesar que esse ainda é um sonho que se eu pudesse realizá ele, ainda ia tentá. Eu conserto as roupa deles. Eu queria aprendê. Eu queria estudá pra poder trabalhá em casa [sic]. (ELIZABETH apud YAZBEK, 2006, p. 108).

Na época nós num tinha como estudá. A pessoa que num tem estudo num tem o pensamento fixo em nada. Num tem. A senhora pode entrevistar milhões de pessoa e a senhora num vai achar nenhum! Pessoa que num estudô num tem como entusiasma por nada. Fica preso. Num tem espaço pra ele! Todo lado é beco! Como num estudô num tem espaço. Num sabe nada! (...) Só num sou tornero porque num tenho estudo. Não passo no teste porque meu estudo é fraco [sic]. (FRANCISCO apud YAZBEK, 2006, p. 109).

Assim, o meio urbano está inteiramente relacionado à sua cotidiana expansão, visto o número de grandes centros que surgem a cada década, bem como ao processo crescente da pobreza. O espaço urbano repele os pobres e os próprios trabalhadores assolados pela agricultura mecanizada, os quais vivem cada vez mais nas cidades, retratando então as manifestações de carências de uma sociedade economicamente capitalista, politicamente conservadora e socialmente repressora.

É dessa forma que as políticas sociais, que devem dar conta tanto da educação como do acesso à geração de trabalho e renda, precisam ser repensadas de acordo com os contextos

sociais, levando em consideração a territorialidade, a formação sócio-histórica e a cultura. Essa discussão deve ser ampliada em um campo macro, para que a construção de métodos e processos venha colaborar minimamente na redução das desigualdades sociais, visando à diminuição da pobreza e da miserabilidade, que têm expressão no crescimento de núcleos de favelização e de locais insalubres, e que, não por acaso, não deixará de existir no atual processo de desenvolvimento. Dessa forma, conforme Carvalho Filho:

É através das condutas urbanísticas que o Poder Público persegue um melhor meio de vida à coletividade, assegurando a todos que vivem na cidade melhores condições de desenvolvimento, de lazer, de trabalho, de conforto, de funcionalidade e de estética. Tais condições dificilmente seriam conseguidas pela auto-organização dos indivíduos, já que são grandes e muitas vezes incontornáveis os conflitos de interesses que os colocam em posições de franco e arraigado antagonismo. Com a intervenção do Estado, maior viabilidade se terá para alcançar aqueles objetivos e somente desse modo é que se poderá falar realmente em urbanismo. (CARVALHO FILHO, 2006, p. 5).

Esses processos incidem no cotidiano de cada área do conhecimento, as quais, frente a esses desafios, devem perceber a questão urbana a partir de dois elementos: primeiro, a reflexão de que a questão urbana é apenas um norte para o acesso aos demais direitos sociais; segundo, que se deve analisar essa mesma questão a partir de suas várias facções de interesses, em que atores com papéis distintos tomam parte na construção dessa realidade, no andamento de desvelamento de um enredo. Este enredo pode ser retratado tanto nos espaços cotidianos de cada sujeito, quanto nas ruas, nas manifestações.

Está claro que o desafio maior existente para a solução dos problemas urbanos não se refere necessariamente à legislação, sim à política. Somente com a apropriação, pela sociedade, da importância de participar dos espaços políticos e de procurar intervir no meio em que vive é que a população brasileira irá ver implementado o seu direito à cidade. (COSTA; LIMA, 2004, p. 167).

As divergências em torno das legislações que incidem sobre o direito à cidade e à questão urbana ainda são imensas. De fato, a aplicabilidade da lei torna-se muito mais complexa, visto que se situa na casa de orçamentos gigantes e literalmente mobiliza estruturas que influenciam a vida de muita gente, principalmente, daqueles que residem nos grandes conglomerados urbanos. Contudo, de uma coisa não restam dúvidas: a inoperância do Estatuto das Cidades e sua difícil aplicabilidade, relegando sua existência para segundo plano, têm contribuído para a fragmentação, a ineficiência, o clientelismo e a tecnocracia que rodam as

gestões públicas brasileiras, prejudicando somente as cidades. (BOEIRA; BOGO DOS SANTOS; SANTOS, 2009).

Assim, a cidade continua a ser polo de lutas, mas sua constante reorganização engendrada pelo Estado, como se uma mercadoria fosse, tem contribuído na perversa inexistência da cidade para todos. Por mais que se tenha a multiculturalidade, por mais que a cidade seja o espaço onde todos se encontram, mas também se confrontam, ela amarga o lócus espacial da desgraça humana, da proliferação urbana da pobreza e da condição de repelir continuamente, seja através da negação do direito social, seja através da omissão de políticas sociais, o acesso, a mobilidade e a oportunidade aos trabalhadores que a constroem cotidianamente.

## CAPÍTULO 2 – POR DENTRO DAS RUAS

Os ativistas, como dizem alguns, planejaram os protestos no Facebook, coordenando-os pelo Twitter, divulgado-os pelo SMS e transmitindo-os ao mundo pelo You Tube. Vídeos das forças de segurança tratando brutalmente os manifestantes foram compartilhados pela internet, expondo a violência do regime de uma forma inédita. A natureza viral desses vídeos e o volume e velocidade com que as notícias sobre os eventos no Egito se tornaram disponíveis para o público em geral no país e no mundo foram a chave do processo de mobilização contra Mubarak. (CASTELLS).

O presente capítulo trata dos movimentos sociais, incluindo um breve debate teórico sobre os denominados *novos movimentos sociais*. Além disso, traz as manifestações de rua ocorridas no mundo, anteriores às manifestações de junho de 2013 no Brasil.

O ciclo recessivo aberto a partir da crise imobiliária eclodida nos Estados Unidos em 2008 repercutiu no mundo capitalista aprofundando a crise estrutural do capital iniciada desde a década de 1970, impactando na desaceleração do crescimento econômico, na elevação do desemprego, nos índices de inflação, na redução dos investimentos nas políticas sociais modificando a dinâmica social e a vida de milhões de pessoas no mundo. Nesse contexto, reações políticas e sociais foram construídas. São exemplos a *Primavera Árabe*, o *Occupy Wall Street* e os Movimentos dos Indignados na Europa, que ganharam as ruas das cidades mundo afora. Tais reações são de suma importância para a compreensão dos movimentos ocorridos no Brasil em junho 2013. Pois, ainda que diversos quanto à dimensão, à duração do tempo de protesto, às bandeiras de lutas hegemônicas, todos estes movimentos, em última instância, reagiram à vida sob o jugo do capital no contexto de crise estrutural.

### **2.1 Movimentos sociais: distâncias teóricas com as manifestações de junho de 2013**

Primeiramente, uma explicação. O campo dos movimentos sociais encontra-se, na atualidade, como um campo de profunda contradição, em que os paradigmas, como o americano, o europeu e o latino-americano, tanto se contrapõem, como, com o passar do tempo, influenciam um ao outro. Na América Latina, o Brasil tornou-se uma das principais referências no campo dos movimentos sociais, devido o nível de produção de conhecimento científico, o número de movimentos existentes no País, a extensão territorial, o processo de industrialização desenvolvido durante o século passado, ou até mesmo o seu número de habitantes, quando comparado com os demais países latino-americanos (GOHN, 2012).

Diante das influências teóricas diversas, Gohn (2012) aponta que é impossível estabelecer uma definição única capaz de dar conta de reconhecer um movimento social, pois este reconhecimento está muito mais atrelado aos paradigmas teórico-metodológicos utilizados pelo pesquisador.

Segundo a autora, alguns fundamentos são necessários ao estabelecimento de parâmetros para caracterizar a categoria chamada *movimento*. Para Gohn (2012), o **primeiro** fundamento seria a identidade comum entre membros de um grupo, ou seja, a busca de um mesmo ideal. O **segundo** fundamento define-se pela diferenciação entre ações coletivas e movimento social. A existência de atos, como protestos, marchas, depredação de patrimônio público, violência, podem ser estratégias utilizadas pelos movimentos sociais para obtenção de algo. Contudo, essas ações, por si só, não caracterizam a existência de um movimento social (GOHN, 2012). Um **terceiro** fundamento apontado pela autora refere-se à institucionalização política dos movimentos sociais. Porém, em alguns momentos, um movimento social deixa de ser movimento quando se torna uma ONG, por exemplo, embora possa participar do movimento de uma forma mais ampla, como apoio (GOHN, 2012). Assim, em sua opinião, os movimentos sociais são:

ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputadas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e política-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada: participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. [...] Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 2012, p. 251-252).

Assim, abrem-se as seguintes questões: seriam as manifestações políticas de junho de 2013 no Brasil um grande movimento social? Ou estávamos diante de uma grande junção de

movimentos sociais, unidos, formando então as manifestações de junho de 2013? E se não existe resposta afirmativa para essas perguntas, como definir junho de 2013?

Como afirmado anteriormente, junho de 2013 foi e ainda continua sendo uma incógnita. As manifestações não são o resultado simples de um interesse comum. Apesar de terem nascido de uma questão envolvendo os valores de transporte público da cidade de São Paulo, a qual será mais bem aprofundada no próximo capítulo, as manifestações de junho de 2013 apresentaram-se com discursos vagos, do crítico ao não partidário ou até “não político”. Assim, o conceito genérico de movimentos sociais não dá conta de representá-las.

Os movimentos sociais sempre têm um caráter político, criando, então, forças sociais junto à sociedade civil e contribuindo no desenvolvimento político-social (GOHN, 2012). Junho de 2013 esgotou-se, em sentido dinâmico, nas jornadas ali realizadas. Não houve o seu prosseguimento, agregando e difundindo ideais comuns, de forma controlada, discutida e planejada. Seu modo de organização, muito devido às convocações via redes sociais, transformou os manifestos em palco de batalhas, que ora se apresentava contra o Estado, ora se apresentava contra a mídia, ora estava no confronto entre os próprios grupos de manifestantes ou policiais. Para Sakamoto, jornalista que cobriu as Jornadas de junho de 2013 e publicou diversos trabalhos sobre o tema:

Há aquele grupo de jovens não politizados, que desaguarão nas manifestações e de certa forma ficaram, não digamos órfão, mas continuam lá manifestando e correndo atrás. E há também um grupo, digamos, mal intencionado, de direita, porque houve na paulista [...] skinheads, supremacia branca, neonazista, pessoas de extrema direita que estavam tentando cooptar também esses jovens [...] (SAKAMOTO, 2014, [p?]).

Em segundo lugar, Junho de 2013 não se configura no campo dos movimentos sociais, muito devido à inexistência de base organizada. Com exceção do *MPL-SP*, não existia qualquer outro grupo, até meados de junho, que tenha se apresentado de forma concreta, com pautas e com uma relação clara sociopolítica com demais setores da sociedade. As lutas, ainda que expressas em manifestações coletivas, não foram organizadas a partir de uma pauta unificada. Assim, as bandeiras de lutas apareciam como nítida expressão individual. Sakamoto (2014) reitera que os manifestantes que foram às ruas em busca de saúde, educação ou contra a corrupção somente colaboraram para demonstrar a superficialidade da discussão. Ele ainda aponta que esse foi o protesto de quem não tem formação política (SAKAMOTO, 2014). Contudo, o filósofo Safatle (2014) defende outra posição: o fato de tanto a esquerda quanto a

extrema direita aparecerem nas ruas é algo natural, pois somente reforça que a política voltou às ruas. O argumento baseia-se no descaso existente na contemporaneidade com o sistema político brasileiro e na falta de alternativas a outra política de governabilidade.

Outro argumento, apontado por Gohn (2012), precisa ser destacado para se compreender que Junho de 2013 não está no campo dos movimentos sociais. A autora destaca que é natural a existência de conflitos e tensões internas dentro dos próprios movimentos. Porém, no espaço público utilizado pelos movimentos sociais, apresentam-se de forma coerente, com práticas articuladas, criando no imaginário social uma visão de totalidade e unicidade (GOHN, 2012). A autora ainda destaca que a busca clara e objetiva pelos pontos de pauta são superiores às diferenças internas existentes (GOHN, 2012). Em junho de 2013, o que se apresentou foi totalmente o inverso. As tensões entre os grupos colaboraram profundamente para a desmobilização das ruas, tornando-se complexo de ser entendido e percebido tanto por quem participava, como também por aqueles que acompanhavam as manifestações. Nesse cenário, muito se deve às condições postas aos grupos que iniciaram as manifestações. Encurralados pelas polícias militares de São Paulo, as manifestações ganharam tons de sangue, violência diária, formas de protestos pouco unificadas, depredação cotidiana de instituições públicas e privadas e, por conseguinte, formas pouco conhecidas de protesto no Brasil, como a tática dos *Black Bloc*.

Para a repórter da TV Folha, Giuliana Vallone (2014), que se tornou um dos símbolos das Manifestações de Junho de 2013, após o tiro de bala de borracha no olho, pela Polícia Militar de São Paulo, momento considerado por muitos como a virada de atenção da mídia, os protestos iniciaram com uma composição heterogênea, com pessoas ligadas a alguns movimentos ou partidos políticos e pessoas que estavam nas manifestações somente pela identificação com a causa da redução da tarifa do transporte público.

Para Bruno Torturra (2014), membro da *Mídia Ninja*, não se sabia ao certo como se dava a ligação ou a suposta ligação entre os vários grupos que estavam presentes durante as manifestações em São Paulo. Se de fato existia alguma relação previamente arquitetada entre os *Black Bloc* e o *MPL*, ninguém conseguia confirmar. Torturra ainda destaca um episódio que se deu em meados de junho de 2013, quando a mídia já tinha alterado seus posicionamentos em relação aos manifestantes.

[...] naquele dia, quando eu vi muita gente chegando com a bandeira do Brasil, e os grupos organizados distribuindo a bandeira do Brasil, anarquistas, *black*

*bloc*, PSOL, PT, assim incidentalmente ali, eu falei [...] nossa, tem muita gente aqui que se detesta e tão junto (TORTURRA, 2014, [p?]).

Para o filósofo Marcos Nobre (2014), ninguém que foi às ruas em junho de 2013 deixou de lado suas diferenças, seus posicionamentos, em busca de um objetivo comum. As pessoas foram às ruas com todas suas diferenças à flor da pele. O fato de estarem lado a lado, juntos, não impediu a existência de posições políticas divergentes sobre as mais diversas questões. Assim, em um espaço onde as diferenças são latentes, é claro que surgirá desarmonia, ou, até mesmo, episódios violentos (NOBRE, 2014).

Mas, Junho de 2013 possibilitou avanços e novas formas de mobilização, utilizando as redes sociais como principais instrumentos para comunicação e disseminação de ideias, propostas e convocações às ruas. A pluralidade de ideias possibilitou que cidades muito pequenas fossem às ruas, não pela redução da tarifa do transporte público em São Paulo, mas por qualquer outro ponto de indignação ou insatisfação que estivesse ocorrendo nessas localidades. As ruas ainda ganharam redes de solidariedade, a exemplo do que aconteceu com os Movimentos dos Indignados na Espanha e com o Movimento *Occupy* nos Estados Unidos, chegando, assim, a cidades como Nova Iorque, Londres, Barcelona, Sydney, Atenas e Istambul (GOHN, 2014). Mas as manifestações de rua ocorridas em junho de 2013 no Brasil não podem ser consideradas como um movimento social.

Por um lado, as manifestações foram determinantes para o atendimento de várias reivindicações que entraram em cena durante o mês de junho. A tarifa do transporte público em São Paulo foi mantida, segundo o governo Alckmin (2014), com redução de investimentos em outras áreas. De qualquer forma, a decisão da manutenção da tarifa apresentou-se como uma vitória, em meio ao turbulento mês de junho de 2013, que se encerrou com mais de 1.300 detenções em mais de 15 cidades pelo País (GOHN, 2014).

Por outro lado, várias pautas ficaram a mercê das condições políticas em 2013. Nesse sentido, as ruas foram paulatinamente sendo esvaziadas, as pautas foram esquecidas e as tarifas, em várias cidades do País, já apresentam, na atualidade, alterações significativas, mas sem muitos questionamentos por parte da sociedade. Assim também ocorreu com as propostas conservadoras, que retornaram ao Congresso Nacional, este já não mais o mesmo de 2013. As redes sociais permanecem ativas, mas suas convocações já não apresentam o mesmo ideal e o mesmo sentido ideológico de indignação que ocorreu em 2013. As manifestações pelo País, de certa forma, não cessaram, tomaram corpo por outros sentidos, outros gritos, e com outras

vozes, algumas, dissidentes de junho de 2013, outras, novas vozes que ecoam, com baixa condição de alteração da ordem posta.

### **2.1.1 Notas sobre os chamados “novos movimentos sociais”**

O debate sobre os chamados *novos movimentos sociais* é complexo, visto os campos teóricos que se apresentam, bem como o distanciamento de olhar sobre este mesmo objeto. Na discussão sobre a temática, três vertentes são expressivas: a teoria acionalista, o olhar pós-moderno e a leitura marxista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). De acordo com os autores Montañó e Duriguetto (2011), a diferença entre as vertentes reside nas questões abordadas a seguir.

A teoria acionalista prevê uma composição heterogênea, em que o caráter classista tornou-se inexistente, assim como a luta social não visa à transformação. Em sua forma de concepção da sociedade, apresenta uma desarticulação entre as esferas econômicas, políticas e sociais, ligando-se, assim, muito mais à esfera do consumo do que ao movimento de produção do capital.

A segunda vertente, denominada pós-modernismo, dá-se por concepções que fundamentam também a teoria acionalista. Contudo, além de negar a luta de classes, nega as organizações clássicas, focalizando sua atuação no universo da cultura, bem como das identidades culturais (raça, etnia, gênero, nacionalidade etc.). Para Harvey, o pós-modernismo define-se por ser um olhar que:

[...] vê a si mesmo de modo bem mais simples na maioria das vezes, como um movimento determinado e deveras caótico voltado para resolver todos os supostos males do modernismo. [...] As metanarrativas que os pós-modernistas desdenham (Marx, Freud [...]) eram muito mais abertas, nuançadas e sofisticadas do que os críticos admitem. Marx e muitos marxistas [...] tinham olho para o detalhe, para a fragmentação e para a disjunção, olho que com frequência é substituído por uma caricatura nas polêmicas pós-modernas. [...] Mas o pós-modernismo, com sua ênfase na efemeridade da *jouissance*, sua insistência na impenetrabilidade do outro, sua concentração antes no texto do que na obra, sua inclinação pela desconstrução que beira o nihilismo, sua preferência pela estética, em vez da ética, leva as coisas longe demais. Ele as conduz para além do ponto em que acaba a política coerente, enquanto a corrente que busca uma acomodação pacífica com o mercado o envereda firmemente pelo caminho de uma cultura empreendedimentista que é o marco do neoconservadorismo reacionário. Os filósofos pós-modernos nos dizem que não apenas aceitamos mas até os entreguemos às fragmentações [...]. Obcecados pela desconstrução e pela deslegitimação de toda espécie de argumento que encontra, eles só podem terminar por condenar suas próprias reivindicações de validade, chegando ao ponto de não restar nada semelhante

a uma base para a ação racional. O pós-modernismo quer que aceitemos as reificações e partições, celebrando a atividade de mascaramento e de simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social, enquanto nega o tipo de metateoria capaz de aprender os processos político-econômicos (fluxos de dinheiro, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros etc.), que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana. [...] A retórica do pós-modernismo é perigosa, já que evita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global.” (HARVEY, 2013b, p. 110-112).

Por fim, a vertente marxista apoia-se na luta de classes para adentrar também o campo das lutas culturais e sociais que se expressavam a partir de maio de 1968. Sua relação se dá em uma unificação desses grupos (classe + identidades culturais), para apresentar, assim, uma nova reorganização das lutas revolucionárias, sem deixar de lado as lutas que vinham emergindo.

Para Montañó e Duriguetto,

Bihar atribui aos novos movimentos sociais duas características: a) seu campo de mobilização e as questões de suas lutas situam-se geralmente fora da esfera imediata do trabalho e da produção, e seus protagonistas mantêm em geral, uma relação de indiferença, ou mesmo de hostilidade em relação às formas organizacionais e às referências políticas e ideológicas do movimento operário, os de orientação social-democrata ou dos de orientação pró-soviética (por terem se preocupado apenas com problemas relativos à troca e ao uso da força de trabalho nos limites da relação salarial e/ou da questão de classe); b) esses novos movimentos sociais também, em geral, possuem uma postura “anti-Estado” e “antipartidos políticos” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 265-266).

Esses mesmos autores apresentam teorias básicas para definir de diferentes formas os *novos movimentos sociais* que ora surgem como complemento, ora como alternativa aos movimentos de classe tradicionalmente constituídos e aos partidos de esquerda, inspirados estes, principalmente, em processos revolucionários (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). É considerando este contexto que vale localizar o debate pós-moderno na definição do que são os *novos movimentos sociais* hoje:

As leituras teóricas e políticas da perspectiva pós-moderna, acerca dos novos movimentos sociais, não podem ser analisadas fora do contexto econômico e político no qual emergiram a partir das três últimas décadas do século passado. Esse período marca o esgotamento do ciclo de expansão e vigência do padrão de acumulação fordista e do regime de regulação *welferiano*, vindo a se manifestar em uma crise estrutural do capital. Como resposta à sua própria crise, iniciou-se uma ofensiva do capital e do Estado para retomar o patamar de acumulação anterior. Essa ofensiva se materializa no desenvolvimento, em oposição ao padrão fordista-keynesiano, de um novo regime de acumulação, constituído a partir do projeto neoliberal. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 317).

Mas esses autores vão além, apresentando o sentido nítido que o pensamento pós-moderno incide na atual conjuntura e a análise dos *novos movimentos sociais*.

O pensamento pós-moderno se constitui em uma vasta gama de tendências de diferentes matrizes e perfis ideopolíticos, que vão de perspectivas neoconservadoras a perspectivas mais “esquerdistas”, como a de Boaventura de Sousa Santos, um intelectual fortemente defensor dos “novos movimentos sociais.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 317).

Amparado no questionamento da complexidade da razão, o *pensamento pós-moderno* implica compreender as partes, de forma fragmentada e efêmera. Seria a complexidade o sentido básico para discutirmos, por exemplo, mais qualitativamente, os chamados *novos movimentos sociais*. Sem a necessidade de apresentar a correlação da luta de classes, os movimentos que emergem a partir do famoso Maio francês de 1968 se bastam em si mesmos. Suas análises refutam a argumentação e a discussão da classe, delimitando seus questionamentos a aspectos individuais e segregacionistas.

Essa concepção da vida social como um conjunto de fragmentos cujo conhecimento está a cargo dos discursos individuais tem, particularmente, duas implicações: no campo da teoria social, a realidade deixa de ser retratada como uma totalidade cheia de conexões. No campo da práxis política, essa forma de conhecer e conceber a realidade como um todo caótico impossibilita qualquer tentativa de engajamento em algum projeto universal de emancipação. Nestes dois últimos campos, há fundamentalmente uma negação das bases teóricas clássicas do marxismo como teoria social e práxis política. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 318).

Evangelista, corroborando com Montañó e Duriguetto, destaca:

É justamente o desprezo pela dimensão ontológica do real que faz com que determinadas teorias sociais não consigam ultrapassar a superfície aparente dos fenômenos societários, escapando-lhes a integralidade do seu ser social. Quando o fragmentário, o microcosmo e o fatual, que abundam na cotidianidade, não são vistos como produzidos pela reificação das relações sociais no capitalismo, instala-se a *irrazão*. O mediato foge à percepção da consciência, restando, exclusiva ou principalmente, o imediato. Essa é, no essencial, a origem do irracionalismo contemporâneo. (EVANGELISTA, 1997, p. 36).

Assim sendo, mais do que negar a relação capital e trabalho, os *novos movimentos sociais*, amparados pela teoria pós-moderna, distanciam-se de uma vez por todas de qualquer tipo de relação ou conexão das causas de luta ecológica, ambiental, de gênero, de racismo, de escravidão, ou de qualquer processo que possa ter como interpretação uma relação fundante na

produção do capital (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Ainda para estes autores, os movimentos sociais que emergem, por exemplo, pela defesa do meio ambiente, das questões ecológicas, ou até mesmo os movimentos indigenistas, nada têm a ver com o processo de acumulação de capital, como se a relação de concentração de terra, produção de riqueza, desenvolvimento agrário, recorde de produção de grãos, importações, *commodities*, não contribuissem com o modo de exploração do capital *versus* trabalho.

Seguindo uma lógica avessa à teoria social crítica, os pós-modernos não conseguem mais visualizar que os processos deflagradores de lutas – sejam elas transformadas em causas, pautas reivindicatórias ou até mesmo movimentos sociais – possam ter emergido da relação de exploração entre classes diferentes. Nessa discussão, a análise de classe tornou-se insuficiente à medida que novos movimentos sociais emergidos a partir dos anos de 1960 ganharam mais espaço, não mais se alicerçando nas ideias marxistas ou na divisão de classes para compreender os reais problemas postos na contemporaneidade. Ou seja, a análise do todo é deixada de lado para dar sustentação às pautas específicas e individuais, que se baseiam nas diferenças de identidade, sejam elas étnicas, de gênero, racial, cultural ou ecológicas. Nesse sentido, Montañó e Duriguetto (2011) colocam que o real não apresenta, segundo essa teoria, condições de ser explicado no sentido global ou total, podendo apenas suas partes, de forma isolada, serem analisadas, estudadas e compreendidas.

Quem sabe esta seja uma das mais importantes singularidades apresentadas pelas manifestações que ocorreram mundo afora. A capacidade de apresentar lutas e momentos de insatisfação sem levar em consideração as lutas dos trabalhadores tornou-se necessária a essas camadas que não se identificam somente enquanto trabalhadores explorados. Isso fez nascer outro campo de reflexão para além da disputa entre capital e trabalho. Porém, pode ser que esse mesmo ponto tenha levado as jornadas de Junho de 2013 ao seu esfacelamento. A falta de relação entre as subpautas apresentadas com a disputa do capital e a exploração que este apresenta no cotidiano de milhares de brasileiros contribuiu para o enfraquecimento das manifestações, abrindo então sua derrocada, quando dezenas de grupos individuais buscavam a atenção das suas pautas específicas. Era o não reconhecimento enquanto trabalhador que se colocava à frente de qualquer outra questão. Nesse episódio, “eu sou gay”, “eu sou negro”, “eu sou da periferia”, “eu sou mulher”, tornou-se tão central quanto “eu sou trabalhador”. Contudo, a maioria dos que lá estavam parecia não se reconhecer nesta última categoria. Ademais, parece que os manifestantes de junho de 2013 estavam condicionados a sobreviver dentro de um espaço que aceita o sistema capitalista, sem, no entanto, ter real dimensão dos modos de

produção e exploração deste sistema, assim como a forma de sua incidência nos seus modos de vida. O que parece emergir é uma nítida adesão ao movimento capitalista, desde que não sejam explorados, estigmatizados, precarizados, escravizados. Um tanto quanto contraditório, um tanto quanto ilusório.

É fácil zombar da noção de “fim da história” de Fukuyama, mas hoje a maioria das pessoas é fukuyamista e aceita o capitalismo democrático-liberal como a fórmula que finalmente encontramos para a melhor sociedade possível, de modo que o máximo que podemos fazer é torná-la mais justa, mais tolerante etc. Aqui, surge uma pergunta simples mas pertinente: se o capitalismo democrático-liberal funciona obviamente melhor do que todas as alternativas conhecidas, se o capitalismo democrático-liberal, se não é a melhor forma de sociedade, pelo menos é a menos pior, por que simplesmente não nos resignamos, como adultos que somos, e o aceitamos de todo o coração? Por que insistimos, contra qualquer esperança, na ideia comunista? Essa insistência não seria um caso exemplar de narcisismo da causa perdida? E esse narcisismo não estaria por trás da atitude predominante dos esquerdistas acadêmicos que esperam que um teórico lhes diga o que fazer? Querem desesperadamente se engajar, mas, como não sabem fazer isso de maneira eficaz, aguardam a resposta de algum teórico. É claro que, em si, essa atitude é falsa, como se uma teoria fosse capaz de fornecer a fórmula mágica que resolva o impasse prático. Aqui, a única resposta correta é que, se não sabemos o que fazer, então ninguém pode nos dizer e a causa está irremediavelmente perdida. (ZIZEK, 2011, p. 80-81).

No campo da teoria social crítica, Sakamoto (2013) dá o tom necessário à abordagem feita às manifestações de rua que ocorreram em junho de 2013. Para além de compreender as pautas reivindicatórias, essas mobilizações apresentam em suas argumentações um caráter intrínseco baseado na luta de classes, na exploração de um sobre o outro, sendo um campo de forte dominação entre quem detém os meios de produção e quem vende a força de trabalho:

protestos contra o aumento de passagens do transporte público; sobre estações de metrô que têm sua localização alterada em benefício de um grupo social privilegiado; ocupações de reitorias universitárias por estudantes, ou de prédios abandonados por sem-teto; manifestações por direito ao aborto, pelo uso de substâncias consideradas ilícitas e por outras liberdades. Todas têm um objetivo muito maior do que obter concessões de curto prazo. Elas não servem apenas para garantir transporte público, tapar as goteiras da sala de aula, destinar um prédio aos sem-teto ou ainda conquistar direitos individuais. Os movimentos enfrentados pelos movimentos urbanos envolvidos nesses atos políticos não são pontuais, mas decorrência de um modelo de desenvolvimento que, enquanto explora o trabalho, concentra a renda e favorece classes de abastados, ou deprecia a coisa pública (quando ela não se encaixa sem seus interesses) ou a privatiza (quando ela se encaixa). (SAKAMOTO, 2013, p. 96).

É nesse sentido que os autores contra-arguem o campo pós-moderno e sua fragilização teórica na análise das pautas postas à sociedade, por meio das manifestações.

A teoria marxiana, tal como o positivismo, é uma grandiosa representação da razão moderna. Porém, Marx, contrariamente a Comte, desenvolve uma análise da sociedade burguesa que revela os componentes destrutivos dessa forma social e aponta para a necessidade da sua superação pela via de um processo revolucionário. A investigação em torno do modo de produção capitalista constitui uma explicação acerca da vida social dessecando a maneira como os homens produzem e reproduzem a própria existência a partir do trabalho. Para ele, o conhecimento não se constitui apenas como ferramenta de compreensão do mundo, mas, sobretudo, como instrumento de transformação social. (RIBEIRO, 2014, p. 106).

Amparado em um discurso vago, as novas categorias e pautas reivindicatórias apresentadas durante as manifestações de rua tanto do Brasil como da Europa e dos Estados Unidos não contemplavam argumentação suficiente para substituírem as já conceituadas categorias marxistas. Mesmo apelando para sentidos mais midiáticos do que a própria formação orgânica, os movimentos de rua nos apresentaram com um grandioso número de insatisfações frágeis, efêmeras, que não buscaram na centralidade da correlação entre capital e trabalho um olhar mais aguçado sobre as transformações sociais e os processos de exploração do homem.

As novas categorias sociais, que substituem as classes e outras categorias marxistas, têm como base empírica “novos atores” coletivos, onde se deve buscar novas “significações”. Aí se expressam as representações que esses “atores” constroem de si mesmo e daqueles com os quais se relacionam em determinado contexto social. Diante dessa perspectiva analítica a teoria marxiana assevera a centralidade das classes sociais determinadas por relações antagônicas entre as forças sociais, considerando a possibilidade de uma solidariedade coletiva que impulse formas de organização universalizantes. (RIBEIRO, 2014, p. 103).

Para Iasi (2013, p. 43), “a ideologia opera na consciência imediata, soldando a impossibilidade das contradições da objetividade em uma subjetividade que oferece um caminho para a adequação da expressão ideal à realidade.”. Então, não se tem a certeza do que pensam os jovens dessas manifestações. Apesar da conjuntura adversa, suas lutas e pautas aparecem um tanto quanto desconexas. Mas tem-se certeza que estão indignados com algo, mesmo que subjetivamente isso não tenha ficado claro.

Assim, pode-se dizer que as manifestações de junho de 2013 não foram movimentos ou atos que puderam expressar a luta de classes, tampouco adentram o espaço de lutas individuais do campo pós-moderno, para ao menos serem consideradas um *novo movimento* social. Mesmo que corroborasse com essa última categoria, deveria, por toda sua magnitude, estar claramente exposta, deveras as diversas expressões da questão social – como homofobia, racismo, sexismo, corrupção – que englobam os grupos individuais também. Mas, como já dito, junho de 2013 é

legítimo. São manifestações que andam contra a corrente hegemônica na sua forma de organização e discussão. Apesar de estarem permeadas pelo conservadorismo burguês da classe média, as manifestações foram necessárias também para entender que a pobreza urbana e o caos das cidades fazem parte de um mundo que independe de classes, todos colaboram para que a desordem urbana exista. Por fim, retoma-se Peschanski (2013): os protestos, pela amplitude que alcançaram, revelam que o equilíbrio existente até 2013 não é inabalável. As manifestações romperam com o marasmo político e possibilitaram a reconfiguração de uma nova ordem, na qual os projetos sociais, tanto da esquerda quanto da direita, necessitam ser alterados, não somente para possibilitar uma adesão cada vez maior das reais necessidades da sociedade, mas, para, além disso, de fato, traduzir os dilemas postos à classe trabalhadora, sem cair nas falácias conservadoras, retrógradas e dissimuladas por aqueles que tanto disputam as representatividades do País. Ademais, as manifestações não se dissociam, no todo, do que ocorreu em outras partes do mundo, apesar de algumas especificidades, como será visto a seguir.

## **2.2 Pelas ruas e praças do mundo**

O que os países que levaram milhares de pessoas às ruas têm em comum? Todos, de uma forma ou de outra, mais rápido ou mais lentamente, sofreram as consequências da crise estrutural do capital. Além disso, todos demonstraram uma insatisfação com seus governantes ou com o modelo de Estado vigente, desde as democracias liberais às ditaduras militares, exigindo então mudanças imediatas. Para além dos processos de indignação semelhantes, esses países ainda têm em comum o processo de mobilização, via grupos ou redes sociais, como jamais foi visto anteriormente. O uso das redes sociais foi instrumento fundamental para a adesão aos protestos, para a cooptação de manifestantes, para a sensibilização da imprensa internacional e para a adesão de apoiadores aos movimentos de rua.<sup>24</sup>

Nesse sentido, o ciclo econômico de aprofundamento da crise se ampliou em 2008 e se espalhou pelo mundo, minimizando a atuação social do Estado, aumentando o desemprego e congelando salários. Contudo, também é a crise que impulsionou lutas das várias camadas sociais e dos vários segmentos que compõem a sociedade civil em nível mundial. Assim, não

---

<sup>24</sup> De acordo com Gohn, “A participação de jovens ‘praticantes das mídias sociais’ foi fundamental no Egito, e eles não eram originários apenas daquele país. Tiveram apoio de outros jovens via as redes sociais *online*, tais como Andy Carvin, estrategista sênior da NPR – uma rádio pública dos Estados Unidos. Ele agiu, segundo reportagem de Luciana Coelho (*Folha de S. Paulo*, 15/02/2011, p. A13), como ‘curador’ de notícias nos 18 dias da revolta, filtrando e repassando informações *online*”. (GOHN, 2014, p. 104).

se fala de classe trabalhadora, mas das várias frações de classes que detêm interesse em um processo de disputa pelo poder e que, neste caso, ultrapassam a condição de quem é detentor dos meios de produção e de quem vende sua força de trabalho.

### 2.2.1 *Primavera Árabe*

O mundo árabe e persa (Irã) não só chamou atenção do mundo como espalhou a vontade da mudança e da alteração da ordem vigente.<sup>25</sup> As manifestações no Oriente Médio e no Norte da África apresentaram nuances diferentes, com histórias, inícios e fins diversificados – isso para aqueles países que cessaram as manifestações. Ligados pela mesma língua (árabe e persa) e pelo Islamismo, o mundo árabe iniciou seu processo de revolta ainda no Irã, seguido por países como Tunísia, Egito, Líbia e Síria, sendo a Praça Tahrir, no Egito, foco da atenção do mundo, que se voltou para essa parte do globo já tão acostumada a processos de guerra civil.<sup>26</sup>

A *Primavera Árabe* – como ficaram conhecidas as ondas de protestos –, receberam essa metafórica expressão devido pertencer a uma região do globo onde as estações do ano são bem definidas. Além disso, transmite a simbologia de um despertar do inverno, a vida que volta a nascer (ARAÚJO, 2011).

A primavera árabe, despertar de povos submetidos a governos de caráter autoritário, não é de modo algum um movimento com sentido único, deve ser reconhecida a pluralidade de questões que estão colocadas nos diferentes focos de insatisfação. O que há em comum nas diversas manifestações? Homens e mulheres que exigem ‘reformas políticas’ e, sobretudo, melhores condições de vida. O título primavera remete também a outro importante momento da história do Ocidente: a Primavera dos Povos, em 1848. Em alguma medida é possível estabelecer analogias entre a Primavera de 1848 e as convulsões no mundo árabe. Em primeiro lugar, deve-se recordar que os anos 1846-1847 foram marcados pela baixa produção agrícola e por uma crise industrial que geraram escassez de alimentos e desemprego. Além disso, as populações dos países em que ocorreram levantes estavam submetidas a regimes autoritários e, em alguns casos, sujeitos à dominação estrangeira. Por fim, outro aspecto característico de 1848 foi a difusão do espírito de contestação por várias nações, o “efeito dominó” que transformou insurreições inicialmente localizadas em um acontecimento de grandes

---

<sup>25</sup> O mundo árabe refere-se a uma região do mundo composta por 23 países que falam a língua árabe. Eles se distribuem geograficamente entre o Oceano Atlântico e o Oceano Índico, abrangendo assim territórios situados no norte da África e na Ásia Ocidental. Fazem parte do mundo árabe: Arábia Saudita; Argélia; Bahrein; Comores; Djibouti; Egito; Emirados Árabes Unidos; Iêmen; Iraque; Jordânia; Kuwait; Líbano; Líbia; Marrocos; Mauritânia; Omã; Palestina; Catar; Saara Ocidental (território não autônomo); Síria; Somália; Sudão; e Tunísia.

<sup>26</sup> Só no século XXI, registramos o terrorismo no Egito; a Guerra do Iraque; o Massacre de Qamishi na Síria, o Conflito de Sa’dah na Arábia Saudita; a Segunda Guerra do Líbano, além de conflitos em 2007 e 2008; o Conflito Fatah-Hamas no território Palestino; a Insurgência do Sul do Iêmen; além da contínua Guerra Israel x Palestina. Todos esses conflitos, sem ao menos tocarmos nas regiões persas que incluem Irã, Uzbequistão, Turcomenistão, Afeganistão, Turquia e Paquistão.

proporções. De modo análogo, a região atualmente em conflito sofre com os impactos de uma prolongada crise econômica mundial, com governos autoritários, comandados por líderes que procuram prolongar a sua permanência no poder indefinidamente, apesar da insatisfação popular e das frequentes acusações de corrupção.” (ARAÚJO, 2011, p. 28).

Ademais, os países que subverteram a ordem ainda expõem outra característica em comum, além de cultura e religião: todos de algum modo estiveram ligados aos processos do *ciberativismo*<sup>27</sup> e das redes sociais. De acordo com Coscelli,

o relatório sobre mídias sociais publicado em junho pela Dubai School of Government mostra dados que ilustram a influência da internet na Primavera Árabe. Segundo o documento, nove em cada dez tunisianos e egípcios afirmaram ter usado o Facebook para organizar protestos ou disseminar seu conhecimento sobre as marchas. (COSCELLI, 2011, [p?]).

Nesse conturbado processo, presidentes como Hosni Mubarak (Egito) e Ben Ali (Tunísia) caíram do poder. As formas de mobilização dos jovens pela *internet* parecem ter sido um importante elemento na queda desses governos. Mas a queda desses governantes deve-se também ao apoio recebido de grupos, como o *Anonymous*, ou de ativistas dos direitos humanos do mundo inteiro, que apresentaram um retorno sobre a visibilidade mundial das manifestações aos jovens líderes. Além desses grupos, destaca-se ainda a Irmandade Muçulmana, que não ficou isenta do processo e foi determinante nas configurações futuras de muitos países, inclusive com a abertura de processos ditatoriais em países onde as manifestações já tinham sido encerradas e que vivenciavam um regime democrático. Não se vive uma crise apenas financeira, vive-se, assim, uma crise que se expande nas dimensões estruturais do capitalismo, com alcances ideológicos, culturais e sociais.

Antes mesmo de cogitarem a ida às ruas e definir a *Primavera Árabe* como um movimento de indignados, o Irã saía às ruas em 2009, com suas reivindicações, alegando fraude nas eleições presidenciais que manteve no cargo o então presidente Mahmoud Ahmadinejad, eleito pela primeira vez em 2005.<sup>28</sup> A população, insatisfeita com o resultado, vai às ruas e

---

<sup>27</sup> Ver nota 7.

<sup>28</sup>De acordo com Carvalho et al. (2011), “Antes de ser eleito presidente em 2005, Ahmadinejad não era conhecido no sistema internacional. Mesmo assim, através de uma campanha que prometia lutar contra a corrupção, dar mais suporte econômico aos pobres e manter os princípios revolucionários do falecido aiatolá Ruhollah Khomeini, Ahmadinejad venceu a presidência contra o ex-presidente Hashemi Rafsanjani. [...] Dessa forma, em 24 anos, [...] tornou-se o primeiro presidente não religioso do Irã. [...] Grande parte do apoio que Ahmadinejad recebeu veio de camadas mais pobres e mais religiosas da crescente população iraniana, particularmente fora de Teerã.” (2011, [p?]).

realiza os protestos que ficaram conhecidos como Movimento Verde, precursor da *Primavera Árabe* que se daria logo em seguida.<sup>29</sup>

Cercado por denúncias que envolvem tortura, estupros, assassinatos de prisioneiros políticos e de dissidentes, Ahmandinejad assume o poder em agosto de 2009, alegando que a interferência estrangeira colaborava para o clima de incitação dos civis contra o Estado. Este é o primeiro momento marcante no qual as mídias sociais aparecerão em forma de apoio à alteração de um regime. No final das manifestações, o grupo *Human Rights Watch* confirma a morte de manifestantes de rua, como o assassinato dos manifestantes presos, destacando a alegação dos Oficiais da República Islâmica de que o Irã não é obrigado a compreender os direitos humanos da mesma forma que o mundo ocidental (CARVALHO et al., 2011).

O Movimento Verde – como ficou conhecida a onda de manifestações que aglutinou número expressivo de pessoas, de maneira não vista desde a Revolução Islâmica em 1979 – também foi estratégico no uso da *internet* e na forma de comunicação à mídia internacional, chamando a atenção do mundo. O governo chegou a vetar o uso da *internet* por determinado período, mas, apesar disso, a mídia internacional conseguiu expressar a indignação do povo iraniano. Contudo, o resultado foi a permanência do governo de Ahmandinejad no poder.

De 2010 para 2011, uma série de protestos assolou o mundo árabe. Na Tunísia, o então presidente Zine El Abidine Ben Ali renunciou ao cargo depois de 23 anos no poder. Marcada por um regime autoritário, conflitos religiosos e crise econômica, a Tunísia viu na manifestação de um vendedor de frutas que ateou fogo no próprio corpo o início das revoltas para a queda do então presidente Ben Ali. O feirante teria sido alvo de confisco das suas mercadorias e de exigência de pagamento de propinas para poder trabalhar. Assim,

uma fotógrafa que acompanhava os protestos e a violência contra os manifestantes naquele país registrou o fato e colocou tudo na internet, rompendo com o apagão midiático imposto pela censura do então presidente Ben Ali. Também teve papel importante o blog *Nawaatde Astrubal*. O mundo todo, com acesso às redes e mídias sociais, vislumbrou o ato de desespero do tunisiano e a rede de solidariedade internacional foi imediata (GOHN, 2014, p. 98).

---

<sup>29</sup> Em meio às denúncias de fraude e manipulação de votos, a população que apoiava a oposição foi às ruas. Grupos da oposição pediram aos protestantes, através de *sites* e *blogs* reformistas, para irem às ruas protestar no dia da cerimônia de inauguração do segundo mandato do presidente reeleito. Aproximadamente 20 pessoas foram mortas e mais de 1.000 foram presas na onda de protestos que se seguiram. (CARVALHO et al., 2011).

Nem mesmo o governo francês, aliado de Ben Ali desde 1987, manteve-se ao seu lado, principalmente, pelas posições que a Tunísia vinha tomando perante as questões internacionais. O pico da revolta que se iniciou aos arredores de Tunís, capital da Tunísia, não pode ser tratado como simples manifestações. As manifestações também são resultado, assim como no Irã, da forte presença dos meios eletrônicos na difusão e na propagação de imagens em tempo real. Foi a imagem de Bouazizi, o vendedor ambulante, que comoveu centenas de organismos internacionais, bem como demais chefes de Estado que apoiaram as manifestações de rua. Segundo Castells,

dado o papel da internet na difusão e coordenação da revolta, releva assinalar que a Tunísia tem uma das mais altas taxas de penetração da internet e de celulares no mundo árabe. Em novembro de 2010, 67% da população urbana tinha acesso a um celular e 37% estavam conectados à internet. No início de 2011, 20% dos usuários da internet estavam no Facebook, percentagem duas vezes maior que em lugares como o Marrocos, três vezes maior que no Egito, cinco vezes maior que na Argélia ou na Líbia, vinte vezes maior que no Iêmen. (CASTELLS, 2013, p. 34).

É importante ressaltar que assim como a necessidade de expor, via redes sociais, as imagens que ocorrem dentro de cada regime, para poder sensibilizar o mundo, outra estratégia fundamental foi não se deter apenas à linguagem digital. O mundo precisava ver as angústias dos tunisianos e a realidade por meio do inglês, francês e também do árabe, sendo um modo de chamar a atenção ou mais provável ainda um modo de dialogar com mundo – no caso do árabe, dialogar com os países vizinhos que viviam a mesma condição. Assim, os muros das cidades eram pintados com slogans nas três línguas (CASTELLS, 2013) na intenção de que suas reivindicações fossem entendidas por boa parte do mundo.

O norte-africano apresenta a Praça Tahrir como epicentro da revolta. O Cairo, capital do Egito, foi tomado por milhares de manifestantes que, inspirados nos movimentos da Tunísia, pediam igualmente a queda do governo, empregos, melhores condições de vida e direitos humanos. A revolução que nasceu em 25 de janeiro de 2011 destronou em 18 dias o último dos faraós (CASTELLS, 2013), pois teve como desfecho a queda do então presidente Hosni Mubarak, após 30 anos no poder.

O Egito já vinha passando por uma série de turbulências desde as eleições consideradas fraudulentas em 2005, sendo que as dúvidas sobre a lisura das eleições se repetiram em 2010. Além disso, ampliaram-se as lutas por direitos das mulheres e dos demais trabalhadores. Porém, assim como na Tunísia, foi através de processo de autoimolação que os egípcios conseguiram

chamar a atenção da mídia mundial, por meio de protesto contra o elevado preço dos alimentos e da ampliação da fome no país.

Tendo como pano de fundo o Movimento da Juventude 6 de Abril e o grupo criado no *Facebook*, “Todos Somos Khaled Said”, organizou-se uma rede de informações, transmissões e convocação dos cidadãos à Praça Tahir. O governo, já nos primeiros dias, bloqueou o acesso dos civis às redes móveis de *internet* e de comunicação com o mundo exterior. Contudo, esse direcionamento do governo só serviu para fortalecer os movimentos nas ruas.

Desde o primeiro dia de protestos, o governo egípcio censurou a mídia no país e tomou medidas para bloquear os sites de mídia social que ajudaram a convocar os manifestantes e a difundir notícias sobre o que estava ocorrendo nos locais públicos. Em 27 de janeiro, ele bloqueou as mensagens de texto e os serviços de mensagens do Blackberry. Nas noites de 27 e 28 de janeiro, o governo egípcio bloqueou quase totalmente o acesso à internet. Não havia um interruptor central a ser ativado. O governo usou uma tecnologia muito mais antiga e eficiente. [...] Entretanto, o obstáculo mais importante que os governos enfrentam ao tentar bloquear a internet vem da vigilância da comunidade global da web, que inclui hackers, *techies*, empresas, defensores dos direitos humanos, redes de militantes como o Anonymous e pessoas do mundo todo para as quais a internet se tornou tanto um direito fundamental quanto um modo de vida. (CASTELLS, 2013, p. 58).

Cabe destacar que, para além das mobilizações internacionais concernentes aos acessos a redes móveis, com intuito de demonstrar ao mundo a onda de protestos que já ocorria no Egito, a rede de TV Al-Jazeera teve papel fundamental no repasse das informações via telefone pelos manifestantes e também na cobertura do mesmo evento.<sup>30</sup> Partindo para outras metodologias de comunicação, mas com o mesmo propósito de comunicar ao mundo o que vinha ocorrendo, ativistas da Europa e dos Estados Unidos criaram *pools* de *modems* ou roteadores para conectividade de Ips<sup>31</sup>, aceitando, assim, ligações internacionais, trocando informações com os manifestantes no Egito, bem como dando *feedback* da repercussão das manifestações perante a imprensa internacional (CASTELLS, 2013).

A manifestação na Praça Tahrir contou com mais de 2 milhões de pessoas sobretudo devido ao *ciberativismo* ou da comunicação via redes sociais, principalmente, as redes móveis. O movimento no Egito deve-se muito ainda à Irmandade Muçulmana, a qual não tinha presença hegemônica na política, mas atuava fortemente nas periferias do Cairo, no campo da assistência

---

<sup>30</sup> Al-Jazeera é uma rede de TV do Catar que ficou mais conhecida após cobrir a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque. Em países com regimes tão totalitários, já recebeu do grupo britânico Index on Censorship uma homenagem pela sua luta na liberdade de expressão e na confiabilidade das notícias.

<sup>31</sup> IPs ou IP (Protocolo de *Internet*) é a identificação de um dispositivo.

social. Para Gohn (2014), após a queda de Mubarak, o país passou por grandes transformações, como o golpe de Estado dado em julho de 2013, que derrubou o presidente Mohamed Morsi, eleito com o apoio da Irmandade Muçulmana no lugar de Mubarak. Para Sader,

a Primavera Árabe trouxe um elemento novo à região: sua participação popular estava como que congelada e, de repente, multidões ocuparam praças para derrubar ditaduras. O movimento, iniciado em 2011, ainda deve ter longos desdobramentos já que as ditaduras bloquearam o surgimento de forças alternativas durante décadas e, nas eleições, tendem a triunfar aquelas que tinham espaço, mesmo restritas aos velhos regimes: partidos e movimentos islâmicos. Mas os processos em países como a Tunísia e o Egito estão longe de terminar, como demonstra o novo ímpeto das mobilizações egípcias, agora diretamente contra o papel que os militares tentam manter na transição política. (SADER, 2012 p. 86).

Na Líbia e na Síria, têm-se alguns fatores diferenciados nos seus processos de alteração do poder. Primeiro, pode-se dizer que suas condições geopolíticas tiveram forte influência sobre os rumos que esses Estados tomaram ou ainda estão tomando. Segundo, que dependeram dos apoios de outros países para conseguir manter os ativistas nas ruas. Terceiro, contaram com o apoio do exército para derrubar os ditadores. E quarto, viram seus processos de lutas, manifestações e indignações transformarem-se em guerras civis (CASTELLS, 2013).

Na Líbia, tudo caminhava para mais uma manifestação pacífica dos familiares dos prisioneiros do regime de Kadafi, similar ao que ocorre no Brasil nas manifestações dos familiares de desaparecidos na Ditadura Militar. O regime de Muamar Kadafi não resistiu à passividade dos protestos, agindo de forma violenta, o que desencadeou uma guerra civil, milhares de mortos e desaparecidos, além da queda do governo e a morte de Kadafi.

Como ocorria em outros países, as manifestações na Líbia foram organizadas por aparelhos móveis e por redes sociais, convocando os manifestantes a irem às ruas de Benghazi. Contando com apoio de parte do exército, as manifestações cresceram e as cidades a caminho da capital Trípoli foram tomadas. De acordo com Carneiro (2012, p. 9), “três dias após o início do levante em Benghazi, o filho de Kadafi foi à TV [...] e acusou os rebeldes de serem drogados por Bin Laden numa conspiração ‘alucinógeno-fundamentalista’”. Nessa seara, qualquer argumento era válido no contraponto às forças das manifestações da Tunísia e do Egito. Forças essas que não cessaram mesmo após o massacre de tantos civis pelo regime de Kadafi. O que estava em jogo era muito mais do que manifestações e libertações de prisioneiros. O país, que vive da exploração de gás e petróleo, concentrou toda a riqueza proveniente dessas atividades à família Kadafi e seus poucos membros da elite da Líbia (CASTELLS, 2013). Para Castells,

O Estado líbio era sobretudo patrimonial. Isso significa que, por um lado, amplos segmentos da população, em especial no leste, eram excluídos das riquezas associadas às fontes de energia. Por outro lado, as redes clientelistas organizadas em torno do sistema do patronato do líder eram amplas e tratadas com generosidade. O regime tinha certa base social, apoiado pelas divisões tribais, assim como pelos temores e animosidades que o líder manipulava com habilidade, jogando uns contra os outros em benefício próprio. A maior parte dos jovens líbios estava politicamente insatisfeita com o regime, mas em Trípoli eles tinham maiores oportunidades econômicas que seus correlativos egípcios. (CASTELLS, 2013, p. 81-82).

No que concerne às forças estrangeiras acerca da queda de Kadafi, destacam-se as intervenções da França, do Reino Unido e da Itália, na tentativa de garantir o petróleo e o gás, fundamentais para a Europa Ocidental (CASTELLS, 2013). Os Estados Unidos também apoiaram os manifestantes. De acordo com Castells (2013), a equipe presidencial não queria repetir a posição passiva do presidente Clinton no massacre ocorrido em Ruanda em 1994. Assim, Líbia e Síria foram favorecidas com o movimento geopolítico que se formou pelas forças de paz da ONU e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Na Síria, pichações de crianças contra o regime de Bashar al-Assad foram o suficiente para a criação de confrontos entre civis e militares, fazendo a ONU reconhecer que o Estado encontra-se em guerra civil desde 2011. Obviamente, por trás dessas pichações em muros estão a manutenção de um Estado antidemocrático, a negação dos direitos humanos, ou seja, a manutenção de Assad no poder há cerca de uma década e meia.

Organizadas por quatro mulheres, três advogadas da área de direitos humanos e uma *blogueira*, as manifestações na Síria foram convocadas em prol dos familiares e das crianças que picharam os muros com a frase “O povo quer derrubar o regime”. Essas pessoas foram presas e torturadas pelo regime de Assad. Convocando o que denominaram de “Vigília da Família pelos Presos”, a manifestação reuniu cerca de 150 pessoas em frente ao Ministério do Interior e terminou em uma série de espancamentos e civis presos (CASTELLS, 2013). Dois dias depois, em 18 de março de 2011, milhares de pessoas estavam nas ruas de várias cidades sírias protestando (CASTELLS, 2013). Por um lado, o objetivo tinha sido alcançado. O mundo via mais um país árabe se rebelar contra seu próprio regime. Castells destaca que:

As demandas iniciais referiam-se a baixar o preço dos alimentos, acabar com a brutalidade policial e eliminar a corrupção política. Queriam uma reforma política. Assad respondeu com vagas promessas de reforma constitucional do Parlamento. Destituíu o governador de Daraa, demitiu seu gabinete, acabou com a proibição do *nicabe* para professoras, fechou o único cassino que funcionava no país e deu nacionalidade síria aos curdos, entre outras concessões. No entanto, na percepção das pessoas, esses gestos limitados não

compensavam a extrema violência desencadeada pelo regime, que passou a usar tanques e tropas de combate contra manifestantes desarmados. (CASTELLS, 2013, p. 84).

Por outro lado, fatores como a invasão em massa dos centros urbanos na Síria, a criação de um Exército Secreto Sírio e o posicionamento geopolítico que este Estado passou a ocupar – tendo China e Rússia como apoiadores do regime de Assad – descambaram em uma guerra civil sangrenta, a qual, segundo o Observatório Sírio de Direitos Humanos (2015), já ultrapassa cerca de 320 mil pessoas mortas, entre civis, rebeldes, combatentes e pessoas não identificadas, parecendo ainda estar longe de um fim.

Castells conclui que,

independente do resultado desse processo em termos políticos, um dos mais extraordinários movimentos democráticos do levante árabe se veria enredado nas manobras de uma oposição política fragmentada, nos realinhamentos de poder nos corredores do Estado e na rede de estratégias geopolíticas, perdendo o foco da ideia de democracia que as pessoas haviam defendido com a própria vida. Mas a liberdade e deliberação autônoma continuam nas praças ocupadas e nas redes digitais em que nasceu o movimento. Não há retrocesso para o povo sírio, que não se rendeu ao confronto sectário nem aceitou a ditadura sob nomes diferentes em sua determinação de optar pelo direito de ser o que é. (CASTELLS, 2013, p. 85).

A chamada *Primavera Árabe* – se é que se pode dizer que ela terminou – deixou traços importantes na história e, principalmente, nos países do Oriente Médio e do Norte-Africano.<sup>32</sup> Nesse contexto, não se pode atribuir somente às reivindicações a causa dos levantes. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tiveram papel fundamental no processo de mobilização. As TICs abriram caminhos para a discussão e para a propagação dos acontecimentos nessas nações, contribuindo para a democratização das informações e fortalecendo o envolvimento da sociedade civil nas pautas que o Estado delibera.

Assim, a *internet* favoreceu imensamente as mobilizações e a divulgação das lutas dos povos árabes. Certamente, isso não pode ser considerado como suficiente para a existência de outra ordem social. Também não se pode comparar o acesso às redes de *internet* no mundo árabe com o acesso em outros países mais desenvolvidos. Todavia, a conexão com o mundo

---

<sup>32</sup>Os protestos na Turquia iniciaram muito depois do início da *Primavera Árabe* e chegaram a ocorrer ao mesmo tempo em que os movimentos de junho vieram à tona no Brasil.

por meio dos *vlogs*, *blogs*, *You Tube*, *Facebook* e *Twitter* ajudou a divulgar imagens e lutas, chamando a atenção do mundo sobre a realidade dos povos árabes.

Igualmente, cabe destacar o papel importante dos ativistas dos direitos humanos e de grupos como o *Anonymouns*. Esses coletivos foram cruciais para garantir a comunicação com os países árabes, fazendo ressoar suas lutas na mídia. Cabe destacar a rede de TV Al-Jazeera, a qual não se rendeu aos líderes árabes e tornou-se um bode expiatório para os fatos chegarem também às principais redes de TVs do mundo.

### **2.2.2 Movimento Occupy**

Com o mundo árabe gritando pelas mídias sociais que não suportava mais seus regimes totalitários, o país da *Microsoft* não ficou atrás. *Occupy Wall Street* nasceu em Nova Iorque em decorrência de um artigo publicado em uma revista canadense anticonsumista, que chamava os civis a se inspirarem nos movimentos do Egito. O movimento surgiu no Parque Zucotti, na ilha de Manhattan, coração financeiro do mundo. Tendo como pauta as injustiças perpetradas por 1% da população americana, enquanto os demais 99% pagavam por isso da forma mais brutal, como a crise do emprego, o confisco de moradias aos bancos e a retração do poder de consumo, o movimento transformou-se em mobilizações em mais de 170 cidades americanas, além de se espalhar pelo mundo em mais de 900 cidades em 82 países. Os americanos foram às ruas e pediram o fim da influência das corporações financeiras no governo, o fim do favorecimento dos ricos e mais investimentos na saúde e na educação. O governo americano liderado por Obama diferentemente do que ocorria no mundo árabe, permaneceu no poder, mas apresentou sérias reformulações e embates com o Legislativo norte-americano, principalmente em referência ao sistema público de saúde.

Para Arcary (2014), um dos fatores que contribuiu para a crise norte-americana foi a alteração das condições de mundialização do capital, com destaque para a ascensão asiática liderada pela China.

Nos dois primeiros mini-booms [período Reagan e Clinton] verificam-se quedas importantes nos preços do petróleo e dos grãos, embora não na última, quando subiram, favorecendo as exportações de commodities da América Latina e África; o desenvolvimento da microeletrônica e da telemática, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX; o crescimento chinês e, em menos medida, da Índia, foi um fatos de impulso nos últimos vinte e cinco anos; a estagnação do salário médio nos EUA e a restauração capitalista, incorporando centenas de milhões à produção de mais-valia, e o ao mercado mundial, pressionou para baixar o salário médio nos EUA, Europa e Japão. (ARCARY, 2014, p. 45).

Não inovando o que já vinha ocorrendo em dezenas de países, o movimento *Occupy* também foi organizado principalmente pelas redes sociais. Foi através das redes que as lideranças convocaram as manifestações, mas também convocaram voluntários para prestar serviços de atendimento médico aos manifestantes, bem como a criação de uma página na *internet* que facilitou a publicação em tempo real do que vinha ocorrendo em centenas de cidades que adentraram ao movimento *Occupy*.

Mas *Occupy* não nasceu somente pelo entusiasmo visto nos países da *Primavera Árabe*. O Movimento *Occupy Wall Street* emergiu da indignação dos americanos, tendo seu início ainda na crise de 2008. Amargadas pela crise imobiliária, milhares de pessoas viram o sonho da casa própria desaguar devido à ganância do mercado imobiliário. Além disso, o governo de Obama, eleito prometendo dezenas de reformas, não cumpriu o prometido, favorecendo bem mais ao capital do que ao trabalho. O Estado liberal dos americanos se via de frente com o que sempre recusou: a intervenção do Estado. Tal intervenção desta vez foi aceita, pois objetivava salvaguardar o capital privado. De acordo com Coronado e UC,

explosão da bolha financeira em 2008 nos países centrais, iniciando com os Estados Unidos, confirmou o papel fundamental do Estado como agente de mediação entre o sistema de acumulação capitalista e o controle diferenciado das economias nacionais. Isto é, os papéis diferenciados de intervenção – ora regulando a economia, ora legislando sua desregulação –, regidos pela posição dos Estados na economia-mundo. A primeira década do século XXI tornou evidente um processo de “desglobalização” econômica e, com este, o esgotamento do discurso neoliberal como expressão irrevocável do “desenvolvimento” capitalista. (CORONADO; UC, 2012, p. 84).

Mas, ao contrário do que ocorreu nos países árabes, os *Occupys* foram movimentos que se colocaram na perspectiva de a população poder discutir, tomar decisões que envolvam sua economia, as políticas sociais e seus capitais. Peschanski destaca que:

os “ocupas” põem na pauta política justamente a discussão de alternativas aos regimes econômicos desiguais e a experimentação do igualitarismo democrático liberal. E, com exceção dos ricos, que de fato saem perdendo, participar dessa discussão é do interesse de toda a população. (PESCHANSKI, 2012, p. 30).

Assim como nas demais regiões do mundo, *Occupy Wall Street* esteve totalmente ligado aos movimentos organizados via redes sociais. Nos Estados Unidos, o primeiro grupo a dar o comando e a convocar as manifestações foi o *Adbusters*, seguido por um pequeno grupo do

*Anonymous*, juntamente com ativistas do *Amped Status*. Este último grupo analisa o desmoronamento financeiro da economia americana e suas consequências.

As manifestações que se espalharam por quase todo território americano também foram repreendidas pela força policial, como se deu em Nova Iorque, onde um agente da polícia bateu em mulheres que participavam de uma manifestação. Esse ato foi filmado e divulgado nas redes sociais, como no canal *You Tube*, gerando a sensibilização da população para com os manifestantes.

Arregimentado por assembleias, reuniões e uma gama diversificada de pessoas que incluía desde professores, profissionais da saúde, ex-combatentes de guerra, estudantes, jovens desempregados, *hippies*, sem-tetos e pessoas em situação de rua, o movimento caracterizou-se por um público misto, em que as pautas não se sobrepunham umas as outras, contudo, nem sempre apresentavam o mesmo direcionamento de reivindicação (GOHN, 2014). Sem deixar claro, de fato, qual era a proposta a ser apresentada pelo governo ou ao governo, quem sabe, o movimento *Occupy* ainda esteja à procura dos seus óculos mágicos, sendo que sua fúria ainda aparece em estado gandhiniano (DAVIS, 2012).

Esse movimento deixou o legado da criação de uma grande rede de solidariedade entre o povo americano. Organizado pelas redes sociais, o movimento também obteve doações para os manifestantes que acampavam em praças nos Estados Unidos e credenciamento de profissionais voluntários da área de saúde para acompanhar os manifestantes. Ao final, o povo americano ainda viu em Obama a melhor alternativa para continuar governando o país, reelegendo-o para seu segundo mandato em novembro de 2012. Para Alves,

o que assistimos hoje nos EUA e na Europa é quase uma catarse coletiva. Trata-se de individualidades pulsantes de indignação e rebeldia criativa, cada uma com suas preocupações e dramas humanos singulares de homens e mulheres proletários; com seus sonhos e pequenas utopias pessoais capazes de dar um sentido à vida por meio da resignificação do cotidiano como espaço de reivindicação coletiva de direitos usurpados. (ALVES, 2012, p. 36).

Portanto, apesar das diferenças com a *Primavera Árabe*, as manifestações de rua nos Estados Unidos também trazem semelhanças, especialmente na forma de mobilização e no desejo de influir nos rumos do país.

### 2.2.3 As Praças dos Indignados

As manifestações na Europa não chegaram a ser uma novidade depois da crise de 2008, que atingiu o mundo capitalista. Lideradas por países como a Grécia, as manifestações na Europa ganharam peso a partir de 2011, tendo como pano de fundo as medidas de austeridade fiscal impostas pelo FMI, as privatizações, o corte das despesas públicas e a majoração de taxas e impostos. Segundo Arcary,

não obstante, estamos diante de um impasse histórico, um período transitório, que poderá mergulhar a sociedade em um abismo regressivo, com crescentes elementos de barbárie, como a destruição das conquistas do *Welfare State* na Europa desde 2008, a guerra civil na Síria desde 2012, a guerra genocida de Israel contra Gaza. (ARCARY, 2014, p. 41).

Entretanto, foram os indignados da Espanha quem mais atraíram a imprensa internacional. Cerca de 170 cidades espanholas levaram manifestantes às ruas pedindo o fim da monarquia e uma “real democracia”. De acordo com Gohn,

o Movimento dos Indignados na Espanha ficou conhecido como 15M, referência a data do seu início – 15 de maio de 2011 –, quando uma convocatória feita pelas redes sociais reuniu milhares de pessoas em sessenta cidades espanholas; muitos deles ficaram acampados em praças públicas. (GOHN, 2013, p. 109).

Não diferente do que ocorreu no Oriente Médio, as redes sociais na Europa também foram decisivas como canais de mobilização das manifestações, bem como as praças, que também tiveram papel de destaque central na aglutinação de pessoas. Na Espanha, a Praça *Puerta del Sol*, em Madri, foi a escolhida como palco das manifestações. Em Atenas, a concentração deu-se na Praça *Syntagma*. Frankfurt escolheu a Praça *Willy-Brandt Platz*, esta estrategicamente ocupada em virtude de sua localização em frente ao Banco Central Europeu. Por sua vez, a Turquia definiu a Praça *Taksim* como reduto de suas manifestações.

Apesar de terem ocorrido manifestações em vários países europeus, têm-se dois movimentos de destaque: Grécia e Espanha. Para além desses países, cabe ainda destacar as manifestações ocorridas em países como Inglaterra, Alemanha, Portugal, Islândia e Turquia. Assolados por uma crise que tolhe a perspectiva de futuro de milhares de jovens, os movimentos dos indignados se lançam às praças públicas sem saber o que querem, mas com ao menos um único objetivo certo: demonstrar sua indignação com o sistema atual. A crise do capital é, pois, um ponto de confluência. Para Mézaros,

a novidade *histórica* da crise atual torna-se manifesta em quatro aspectos principais:

1. Seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
2. Seu *alcance é de fato global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);
3. Sua *escala de tempo é extensa, contínua* – se preferir, *permanente* – em lugar de limitada e *cíclica*, como foram todas as crises anteriores do capital; e
4. Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria – agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições – perder sua energia. (MÉSZÁROS, 2010, p. 70-71).

A Grécia é um dos países em nível mundial que mais tem sofrido com a crise do capital. Afligida pelas dívidas, viu-se encurralada por sanções impostas pelo FMI, assim como pela Comissão Europeia. Mesmo sendo socorrida, permanece sob controle no que tange a suas contas públicas, sofrendo com grandes medidas de austeridade. O processo de dissabor da Grécia não chega a ser uma novidade. Amparada por uma economia frágil, dependente do turismo, da agricultura e de suas várias saídas para o mar, ela se viu em dificuldades de competir com os demais países participantes da zona do Euro (SILVEIRA FILHO, 2012). Comandada principalmente pela França e pela Alemanha, a zona do Euro implicou um padrão de relações econômicas ao nível das economias franco-alemãs (SILVEIRA FILHO, 2012). Com o hipotecamento do setor imobiliário nos Estados Unidos, bancos que tinham relações recíprocas entre os Estados Unidos e a Europa também vieram a sentir o peso do endividamento. Assim, as cobranças por parte dos credores ocorreu sem escalas. As economias mais fortes conseguiram sair quase ilesas. À Grécia coube arcar com o cerceamento de direitos, a estagnação da economia, as demissões em massa, a redução de salários e outras medidas que pudessem contribuir para minimizar os gastos sociais do Estado de modo que este atuasse no pagamento aos credores, que o cobrava por seus empréstimos (SILVEIRA FILHO, 2012). A Grécia vivenciou o processo inverso do que a economia geralmente apresenta, ou seja, quanto mais poder de consumo, mais comercialização e lucratividade. Os credores não queriam a transição de moedas ou a proliferação do poder de consumo dos gregos. Somente queriam receber seus

investimentos de volta. Entendiam que quanto menor fosse a transição de compra e venda dentro da economia grega, maior seriam as condições de pagamento da dívida. Era a negação do direito aos trabalhadores, para o enriquecimento dos bancos, era a pobreza gerando riqueza. (SILVEIRA FILHO, 2012).

Como não poderia ser diferente, o ônus foi entregue à sociedade civil, que o governo grego visualizou como alternativa para minimizar os gastos públicos do país. Greves assolaram a Grécia de ponta a ponta para protestar contra as privatizações, os cortes das despesas públicas, o aumento de impostos e taxas, bem como o modo de intervenção do FMI. Mas foi na Praça *Syntagma* que se concentrou o maior grupo de manifestantes. Eram os criadores da arquitetura, das praças, da democracia voltando às suas origens – as praças e os espaços públicos. Dessa vez, não se tratava de uma comemoração pela democracia, mas um grito de socorro (GOHN, 2014).

Pode-se dizer que a Praça *Puerta del Sol*, em Madri, foi a que mais chamou atenção do mundo. Negados, primeiramente, pela mídia, tanto nacional quanto internacional, e não obtendo o apoio de partidos tanto da esquerda quanto da direita, os movimentos dos indignados na Espanha demoraram a figurar de forma coerente e verdadeira na mídia internacional. O processo parece ter sido mais penoso e doloroso no concernente a afirmar seu caráter de movimento reivindicatório e de insatisfação com o atual modelo de Estado, quando comparado às manifestações dos países árabes.

Na Espanha, toda a movimentação que desencadeou nos movimentos dos indignados teve início pelas redes sociais, mas, principalmente, pelo *Facebook*. Criando um grupo intitulado “Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização Cidadã”, contaram com membros do *x.net*, *Nolesvotes* e do *Anonymous*. Para além desses grupos, que também contavam com a presença e a atuação em outros países, ainda contava com a presença de membro do “Estado de *Malestar*”, “*Juventud Sin Futuro*”, “*Juventud em Acción*” e “*Plataforma de Afectados por la Hipoteca*”(CASTELLS, 2013). Dessa organização ainda nasceu o grupo de debate no *Facebook* intitulado de “*Democracia Real Ya*”, o qual acarretou a criação de *blogs* e lista de *e-mails*.

Os indignados da Espanha foram os movimentos que mais demonstraram passividade no que tange a confrontos com polícias e forças de segurança. Seu objetivo era demonstrar que não estavam satisfeitos com as medidas de austeridade fiscal, impostas pelo FMI, Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia. A população se viu em meio a uma crise sem precedentes,

que chegou a 47% dos jovens fora dos postos de trabalho (CASTELLS, 2013). Houve demissões em massa, o Estado de bem-estar social sofria cortes cada vez mais duros, as escolas estavam sendo fechadas e os serviços de saúde estavam sendo cobrados. O acesso ao consumo diminuía devido à crise, e a austeridade cortava todos os acessos possíveis da população que já nada tinha de poder aquisitivo a essa altura.

Havia um clima geral de indignação no país (como na maior parte do mundo) em relação aos políticos que só cuidavam de si mesmos, assim como os banqueiros, que haviam afundado a economia com suas manobras especulativas apenas para sair da cadeia sob fiança e receber um bônus generoso, enquanto os cidadãos sofriam profundas consequências da crise em seus empregos, salários, serviços e hipotecas executadas. (CASTELLS, 2013, p. 93).

Para a Espanha, a comunicação via redes sociais foi determinante na comunicação com os grupos de apoio e na sensibilização da população espanhola, a qual acompanhava as manifestações principalmente através do que era postado na rede social *Twitter*, pelos manifestantes que já estavam pelas praças do país. O movimento, que ganhou vida própria e ficou conhecido também como 15-M, em referência a 15 de maio, dia de sua criação, começou a chamar a atenção. Mais de oitocentas cidades, em dezenas de países, já realizavam algum tipo de manifesto em prol dos indignados da Espanha.

No dia 22 de maio, várias marchas saíram dos mais diversos locais do país rumo à Madri (CASTELLS, 2013). Em *Puerta del Sol*, os manifestantes foram recebidos por milhares de pessoas que os aguardavam, enquanto andavam centenas de quilômetros até a capital do país. A manifestação, que reuniu cerca de 250 mil pessoas no dia 23 de julho, reafirmava a disposição do povo espanhol em continuar lutando pela democracia e contra o gerenciamento injusto imposto pela *troika*<sup>33</sup> à crise econômica. (CASTELLS, 2013).

Assim, tentou-se estabelecer uma conexão entre as manifestações ocorridas no mundo inteiro em contexto de aprofundamento da crise estrutural do capital, explicitando suas divergências e especificidades. O capítulo seguinte tratará exclusivamente das manifestações no Brasil, trazendo, inclusive, os resultados da pesquisa realizada em torno do objeto escolhido, sendo adensado no capítulo seguinte das notícias que mais polarizam as redes de *internet*, dando entonação aos quatro grupos de *ciberativismo* que comandaram as convocações às ruas no

---

<sup>33</sup>O termo *troika* é usado como referência às equipes constituídas por responsáveis da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional para a negociação das condições de resgate financeiro aos países em crise, como Espanha, Grécia e Islândia.

Brasil, contribuindo significativamente para a concretização das manifestações de junho de 2013.

## CAPÍTULO 3 – JUNHO DE 2013

Fazemos o que os outros não têm coragem de fazer (BLACK BLOC).

As manifestações de rua de junho de 2013 contribuíram para alargar o debate sobre a democracia no Brasil, ainda que tenham sido manifestações com direção pouco definida. Mesmo assim, elas demonstraram que as ruas têm força, pois podem contribuir para que o poder constituído seja alterado.

Pode-se afirmar que se vive hoje outros tempos, e não são tempos mais fáceis. São tempos de uma conjuntura assolada ainda pela crise do capital, que vem penalizando cada vez mais o trabalhador. Se as ruas serão preenchidas novamente, com a mesma tônica de junho de 2013, tendo de um lado os manifestantes com palavras de ordens, bandeiras e cartazes, e, do outro lado, policiais com bombas de efeito moral, não se sabe. Mas as jornadas de junho deixaram suas marcas, ainda pouco analisadas.

O terceiro capítulo deste trabalho traz à tona as manifestações de junho de 2013 no Brasil, destacando os principais análises sobre elas encontradas nas redes sociais selecionadas, com base nos critérios adotados e já referidos.

Tendo como início os questionamentos do *Movimento pelo Passe Livre de São Paulo* (MPL-SP) sobre os valores do transporte público em São Paulo, capital e na região metropolitana, as manifestações paulistas desencadearam uma onda de protestos em nível nacional, que culminou em um novo modo de reivindicação e mobilização.

### **3.1 O Gigante acordou? As manifestações de junho de 2013 no Brasil**

Manifestações políticas não são novidades no país. Mas, com certeza, as manifestações de junho de 2013 trouxeram nuances e sentidos diferentes das demais manifestações de rua vistas na história do País. Em junho de 2013, período pré-Copa das Confederações, o Brasil vivenciava um dos momentos mais marcantes na história das manifestações de rua e da história política democrática do País no século XXI. Entoados por gritos como “o gigante acordou”, “vem pra rua”, “não me representa”, “não é por 20 centavos, é por direito”, “queremos educação e saúde padrão FIFA”, o País e todos os setores que compõem a sociedade se viram encurralados sem saber ao certo o que estava acontecendo. Pode-se dizer que tudo que se elabore sobre junho

de 2013 será insuficiente, visto que há novidades ainda no ar, e as teorias precisam se atualizar para compreender cada vez mais esse fenômeno (ALENCAR, 2013).

Este capítulo é iniciado por uma reflexão. Viviam-se, como já pontuado no primeiro capítulo, uma suposta expansão de direitos sociais em determinadas áreas das políticas sociais no País, com expressiva redução dos índices de pobreza e miséria. Mas, a partir do ciclo de crise iniciado mundialmente em 2008, regiões inteiras começaram a sofrer paulatinamente seus efeitos, chegando também ao Brasil. A partir de 2011, o País apresenta uma queda no crescimento econômico de forma gradativa, repercutindo no trabalho, com a consequente ampliação do desemprego (ANFIP, 2015). Essa reflexão não pode ser desconsiderada, contudo, ela por si só não basta. Junho de 2013 é reflexo de um País que, historicamente, apresenta um grande abismo entre os mais ricos e os mais pobres. Essa diferença não foi questionada por parte dos manifestantes de rua, mas pode dar o tom para um processo mais profundo de indignação.

As manifestações ainda soam como uma incógnita. Isso se deve muito à diversidade de concepções políticas dos manifestantes e às formas de organizar e realizar as manifestações em junho. Não se pode concluir que as pautas de reivindicações apresentadas durante as manifestações, em seu conjunto, foram alteradas, quando comparadas às pautas apresentadas nas décadas de 1990 e nos anos 2000, mas pode-se compreender que as temáticas e as formas de organização foram nitidamente reformuladas ou reinventadas. Esse fato deve-se muito às TICs, possibilitando que novas formas de atuação e participação emergissem nas ruas. Contudo, elas foram organizadas e pensadas distantes de espaços coletivos. Essa é a nova face do ativismo ou do *ciberativismo*.<sup>34</sup> Não se deve esquecer que as pautas – discussão sobre transporte público – não são novas, pois remetem à década de 1980. Porém, como já destacado, as pautas ligadas ao meio ambiente suprimiram o destaque dado às pautas ligadas às reformas e às políticas urbanas, principalmente, no desenvolvimento de legislações. E essas contradições devem-se muito ao distanciamento dos movimentos sociais da teoria social crítica em decorrência do avanço do pós-modernismo, o qual foi discutido no segundo capítulo.

Ainda assim, mesmo que a disputa central não tenha se localizado nos aspectos determinantes da relação entre o capital e o trabalho, como aumentos salariais, mais postos de trabalho, redução de jornada de trabalho etc. – reivindicações típicas das tensões históricas entre trabalho e capital –, o consumo de bens e serviços esteve presente. E isso não se distancia da

---

<sup>34</sup> Ver nota 7.

baixa renda do trabalho. Foi no campo do consumo que grupos organizados, como o *MPL* iniciaram as chamadas para as ruas. Pois, mesmo com os avanços no campo social, as condições de acesso para boa parte dos brasileiros a uma vasta gama de serviços pareciam ser insatisfatórias. Para Alencar (2013), o crescente endividamento das famílias pobres e de classe média reabre uma inquietação social que se dá em um contexto de privatização, desregulamentação, liberalização e predominância do capital financeiro. O autor ainda acrescenta que as formas de produção de riqueza não foram alteradas, bem como afirma que é impossível visualizar alguma alteração nas condições de rendimento da classe trabalhadora se comparada com os rendimentos que o capital tem obtido (ALENCAR, 2013). De acordo com o DIEESE (2015), o setor bancário é o setor que melhor vem apresentando rendimentos ao capital. Em 2015, já acumulou lucros muito maiores do que em 2014.<sup>35</sup>

A queda da renda do trabalho em relação ao PIB é uma tendência que se aprofunda no Brasil, no século XXI, apesar de elevar o valor real do salário mínimo. Isso repercute no acesso aos bens de consumo públicos, como transporte. O significativo aumento do crédito de consumo não pode ser comparado com o insignificante aumento de renda do trabalhador. Assim, por mais que se apresente quantitativamente um aumento no número de acesso aos transportes individuais, o acesso ao transporte público, que permanece precário, continua sendo o meio utilizado pela grande massa de trabalhadores.

E foi em decorrência do transporte público que as manifestações de junho de 2013 iniciaram-se. A alteração da tarifa dos preços do transporte público, na cidade de São Paulo e região metropolitana, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, foi o estopim necessário para as maiores manifestações de rua que o século XXI viu no Brasil até então. Arquetizada pelos membros do *MPL-SP*, as manifestações ganharam as ruas em uma proporção gigantesca e emergiram como um importante momento de retorno das pautas urbanas aos noticiários, à mídia e ao Estado. Para Vainer:

[...] é surpreendente a maneira com que esses eventos extraordinários vêm desfazer, ao menos parcialmente, o paradoxo de uma sociedade urbana que, nos últimos dez a vinte anos, viu os movimentos sociais rurais dominarem as pautas dos movimentos populares. Se no processo de democratização dos anos de 1980 os movimentos populares operários e urbanos pareciam traduzir

---

<sup>35</sup> De acordo com o DIEESE: “Isto é, na comparação do primeiro trimestre deste ano com o do ano passado, o lucro do Itaú cresceu 30% e o do Bradesco, 23,3%. [...] As exportações do agronegócio (soma do patronal e da agricultura familiar) atingiram, em junho de 2015, US\$ 9,13 bilhões. As importações somaram US\$ 1,06 bilhão, o que resultou em saldo positivo de US\$ 7,61 bilhões. [...] A balança comercial também aponta que a desvalorização cambial continua a trazer impactos efetivos sobre os resultados do comércio exterior do Brasil. A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 4,527 bilhões em junho, contra US\$ 2,348 bilhões no mesmo mês em 2014”. (DIEESE, 2015, p. 5-7).

politicamente as contradições da modernização acelerada pela qual havia passado nossa sociedade nos trinta anos anteriores, o período que se abriu nos anos 1990 apontou para uma espécie de “ruralização da luta social”. Os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a resistência de populações tradicionais à destruição de seus meios e modo de vida ocuparam o proscênio da arena política popular. (VAINER, 2013, p. 35-36).

Enquanto se vivenciava as explosões urbanas, havia o crescimento e o aparecimento contínuos de espaços cada vez mais precários para viver dentro das cidades; o lixo; a violência urbana; os quilômetros de engarrafamento; e o medo cotidiano de não ser reconhecido enquanto cidadão pertencente à cidade (IASI, 2013). É notório que nos últimos anos as pautas sobre aquecimento global, efeito estufa, meio ambiente, desmatamento, agronegócio e transgênicos ganharam repercussão mundial (IASI, 2013). Contudo, esquece-se que a discussão do transporte público perpassa, como destaca Peschanski, a agenda ecossocialista.

No contexto do aquecimento global, correlacionado ao uso excessivo de combustíveis poluentes, faz parte da solução à crise ecológica e torna-se símbolo de uma alternativa à sociedade burguesa, na qual o carro individual se coloca como uma mercadoria-fetice, um elemento de prestígio, o centro da vida. (PESCHANSKI, 2013, p. 60).

Assim, as cidades perderam suas forças de mobilização, seja pela adesão à pauta verde, seja pelo significado que a agenda ambiental tomou no mundo inteiro, ou ainda pela tensão exposta com os notáveis conflitos no campo que ainda põem em questão a reforma agrária, os povos tradicionais, o extrativismo, a pecuária, a agricultura, a produção transgênica, a agricultura familiar e os latifundiários. Maricato destaca que:

o tsunami dos capitais globais e nacionais passou antes pelo campo, subordinando o que encontrou pela frente: terras indígenas ou de quilombolas, florestas amplamente derrubadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criminalizado, e lideranças, inclusive religiosas – que defendem comunidades locais e o meio ambiente, além de mudanças na legislação a respeito do uso de agrotóxicos, dos transgênicos, e da mudança do Código Florestal – assassinadas. (MARICATO, 2013, p. 21-22).

Desse modo, as discussões do transporte público e das cidades não devem estar deslocadas das discussões que redundam o meio ambiente. Mas as cidades nunca pararam, pelo contrário, cresceram cada vez mais dentro de uma contradição necessária ao modo de produção capitalista, típico do processo de urbanização e industrialização.<sup>36</sup> Tornaram-se concorrentes

---

<sup>36</sup> De acordo com Brito e Oliveira, “em um país marcado por um crônico ‘déficit de cidade’, tais intervenções compõem um quadro social assombroso. Afinal, do binômio matricial industrialização-urbanização no capitalismo

umas das outras, pelos investimentos do capital, financeirização e oferta ao mercado global de recursos públicos, como subsídios, terras e isenções (VAINER, 2013), em busca de uma melhor colocação enquanto espaço de mercado. Maior (2013) aponta que as cidades são reflexos de um país de classes, onde a relação entre o capital e o trabalho precisa ser nitidamente vista, como único modo de podermos (re)discutir os processos de trabalho, a exploração do homem e a lógica de distribuição de riqueza de modo desigual. Entende-se que as manifestações de 2013 somente expressaram os desejos inconformados com o cenário político de então. Iasi complementa destacando que:

esse apassivamento, é bom que se diga, não significa ausência de lutas, como prova o crescimento do número de greves e as resistências de várias categorias de trabalhadores, como a construção civil, funcionários públicos, professores do ensino público federal, garis, rodoviários e outros. No entanto, essas lutas expressavam uma resistência diante de uma hegemonia soldada por um pacto de classes entre a pequena burguesia política, representada pelo PT, e setores das camadas dominantes da burguesia monopolista (industrial, agrária, comercial e financeira), que impunha os termos de uma democracia de cooptação, isto é, a busca de adesão das camadas proletárias e das massas urbanas e rurais à ordem burguesa, ainda que oferecendo pouco em termos de direitos e acesso a bens e serviços. (IASI, 2014, p. 51).

Ou seja, perde-se o senso do imediato, do cotidiano, do que está à nossa frente como formas de exploração do trabalhador. Age-se de forma mecânica e automática. Afinal, acordar em um processo de criminalização dos que ousam enfrentar o Estado pode ser frustrante. Nesse sentido, a cidade tornou-se o campo das contradições mais latentes, não oportunizando a criação de espaços de discussão e o direito à liberdade, o qual, de acordo com Arendt (2005), somente se consuma quando o que *eu quero* e *posso* coincidem. Heller apresenta o conceito de liberdade utilizando-se de Hegel:

Toda pessoa tem a liberdade de não reconhecer nenhum valor moral. Mas, como já disse, isso não a ajuda a ser livre. Hegel tinha razão quando distinguiu entre liberdade e arbítrio. A liberdade é sempre liberdade *para* algo, e não apenas liberdade *de* algo. Se interpretarmos a liberdade apenas como o fato de sermos livres *de* alguma coisa, encontramos-nos no estado de arbítrio, definimo-nos de modo negativo. A liberdade é uma relação e, como tal, deve ser continuamente ampliada. O próprio conceito de liberdade contém o conceito de dever, o conceito de regra, de reconhecimento, de intervenção

---

periférico e escravocrata brasileiro não saiu um pacto redistributivo entre capital e trabalho com integração social pela via dos direitos, tampouco uma reforma urbana que revertesse a secular expropriação e segregação socioespacial”. (BRITO; OLIVEIRA, 2013, p. 66).

recíproca. Com efeito, ninguém pode ser livre se, em volta dele, há outros que não o são. (HELLER, 1982, p. 155, grifos no original).

As liberdades restritas na cidade não são somente reflexos da condição posta ao meio urbano. Elas denotam a condição limitada à qual o sujeito está condicionado, até mesmo na sua alienação, não possibilitando avanços no campo do pensar e emancipação, visto o processo de produção no qual se encontra a sociedade atual, capitalista. Para Barroco e Terra (2012), é necessário objetivar relações que ampliam as autonomias das ações, “é participar de ações voltadas à liberação das formas de opressão que impedem a livre manifestação das capacidades e potencialidades humanas” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 63).

Viana (2013, p. 56), ao referir-se às manifestações de junho, pontua que “as manifestações pacíficas eram exibidas e celebradas porque deixavam São Paulo trabalhar”. Porém, as Manifestações de Junho de 2013, conhecidas também como as jornadas de junho, foram dispersivas e não uníssonas, o que as tornam até mesmo natural dentro da cidade e de sua babel urbana. Junho de 2013 deixou a certeza de que pouco sabia onde queria chegar, pouco tinha noção sobre metodologias de organização de massa e politização, mas tinha muito de indignação com a situação na qual a população brasileira se encontrava. Para Secco,

[...] as Jornadas de Junho de 2013 pareciam um enigma. Nem a alta do dólar ou o aumento da inflação podiam ser o motivo decisivo das revoltas. Ao contrário, a perplexidade adveio da manifestação puramente política, ainda que detonada pelos aumentos de tarifas de transporte público. Elas baixaram em mais de cem cidades e, ainda assim, as manifestações prosseguiram. (SECCO, 2013, p. 71).

Neste processo de levante às ruas, a juventude que aderiu às jornadas, usuária fiel da *internet* e das redes sociais, foi decisiva para a aglutinação de pessoas em junho de 2013, certamente, visualizando a construção e a reconstrução do debate e das formas de comunicação e organização por outro viés. A própria existência dessas redes sociais, criadas para a comunicação virtual entre pessoas, deixou claro que o modelo pode ser outro. De acordo com Lima (2013, p. 90), “pelo que se sabe, a maioria dos aglutinadores e participantes das manifestações é formada por jovens [...] que foram inicialmente convocados através de redes sociais, isto é, um sistema de comunicação interpessoal independentemente do controle da velha mídia”. De forma imediata, pode-se questionar se formas de mobilização por esses meios de comunicação dariam certo. Os jovens de junho de 2013 fizeram diferente e deu certo. Suas formas de organização fizeram milhares de pessoas irem às ruas. Porém, apesar de toda a

possível liberdade e velocidade que o mundo da *internet* possibilita, Secco (2013) pontua que apesar da maioria dos jovens fazer uso da *internet*, por exemplo, para a mobilização e organização dos protestos de junho, a mesma *internet* é um espaço marcado pelo consumo, apresentando total vigilância do Estado, ou seja, não é um terreno neutro ou totalmente livre na sua forma de comunicação. As pautas, quando existentes, não diferenciavam-se das dezenas de pautas já apresentadas em outros espaços ou locais. Não existia uma novidade em junho de 2013, mas, sim, a condensação de várias pautas que tanto uniam quanto desagregavam os manifestantes. Para Lima:

cartazes dispersos nas manifestações revelaram que os jovens manifestantes se consideram “sem voz pública”, isto é, sem canais para se expressar e ter sua voz ouvida. Ou melhor, a voz deles não se expressa nem é ouvida publicamente. Vale dizer que as TICs (sobretudo as redes sociais virtuais acessadas via telefonia móvel) não garantem a inclusão dos jovens – nem de vários outros segmentos da população brasileira – no debate público cujo monopólio é exercido pela velha mídia. (LIMA, 2013, p. 90).

Na tentativa de se fazerem ouvir, os jovens de 2013 estiveram muito mais atentos às suas formas de manifestação e demonstração de indignação do que embasados por pautas políticas específicas que lhes atendessem. A necessidade de levar cada vez mais pessoas às ruas parecia tornar-se o objetivo maior, em detrimento das lutas sociais. Seja como for, as manifestações revelaram um alentador desejo de participação, em que cada um parecia ser o ator principal de sua própria manifestação (ALENCAR, 2013). Para Sakamoto (2014), mesmo sabendo que os movimentos sociais e as manifestações têm claramente uma origem esquerdista, as ruas também foram permeadas pelo conservadorismo burguês. A socióloga Elena Judensnaider, que esteve presente durante os atos em São Paulo, diz que o que ocorreu foi uma divisão gritante da pauta, não existindo mais o direcionamento da pauta do transporte público que demarcou o início das manifestações (JUDENSNAIDER, 2014).

Para Nina Cappello, do *MPL-SP*, as manifestações em São Paulo tiveram diversas pautas com as quais o próprio *MPL* não concordava, isto é, pautas conservadoras que fugiam da centralidade dos protestos arregimentados pelo movimento paulista (CAPPELLO, 2014). Porém, ela destaca que a difusão de pauta soa como algo natural, principalmente, após a revogação do aumento de passagens (CAPPELLO, 2014). “Agora é natural que [...] outras lutas comecem a florescer e diversas outras pautas sejam levadas pras ruas” (CAPPELLO, 2014, [p?]). De acordo com documento emitido pela Secretaria de Relações Institucionais da

Presidência da República, utilizando-se como um definidor do perfil dos manifestantes à coluna de Antônio Prata da *Folha de São Paulo*, em 19 de junho de 2013:

[...] tinha punk de moicano e playboy de mocassim. Patricinha de olho azul e rasta de olho vermelho. Tinha uns barbudos do PCO exigindo que se reestatize o que foi privatizado e engomados a la TeaParty sonhando com a privatização de todo o resto. Tinha quem realmente se estrepa com esses 20 centavos e neguinho que não rela a barriga numa catraca de ônibus desde os tempos da CMTC. (Neguinho, no caso, era eu). Tinha a esperança de que este seja um momento importante na história do país e a suspeita de que talvez o gás da indignação, nas próximas semanas, vá para o vinagre. (BRASIL, 2013, [p?]).

O que se sabe é que os movimentos não são feitos somente de bandeiras. São feitos de discussões políticas e ideológicas. Contudo, “há uma batalha acontecendo dentro dos protestos sobre o que eles próprios representam: é apenas uma luta contra a administração de uma cidade corrupta?” (ZIZEK, 2013, p. 103). Certamente, não. É um luta de ideologias alicerçadas em questões coletivas, mas também individuais. Para Eagleton (1997), não existe possibilidade de definir o termo ideologia, visto apresentar uma série de significações convenientes, entretanto, incompatíveis entre si. Para o autor, o sentido mais comum a ser dado ao termo ideologia é compreendê-lo como legitimação do poder de uma classe ou grupo social que domine o outro, ou seja, é um termo que contribui na compreensão das relações de poder e dominação (EAGLETON, 1997). O autor ainda aponta seis questões relevantes para compreender a ideologia, partindo de uma visão amplamente aceita:

Um poder dominante pode legitimar-se *promovendo* crenças e valores compatíveis com ele; *naturalizando* e *universalizando* tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente instáveis; *denegrindo* idéias que possam desafiá-lo; *excluindo* formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e *obscurecendo* a realidade social de modo a favorecê-lo. (EAGLETON, 1997, p. 19, grifos do autor).

Corroborando para a análise das manifestações de junho de 2013, utiliza-se Chauí (2004), que, ao analisar a questão ideológica baseando-se nas teorias de Marx e Engels, levando em consideração as relações dos indivíduos com as classes, as quais foram alvo dos estudos dos autores, coloca a classe como detentora de autonomia na determinação das relações dos indivíduos, de modo que, em lugar de aparecer como produto resultante da ação do homem, aparece de maneira inversa, isto é, como causando as ações deles (CHAUÍ, 2004). Existe, portanto, uma inversão da lógica de comando, passando do homem para sua condição no espaço determinantemente ocupado. Referindo-se a junho, pode-se apontar que as ideologias presentes estavam também ligadas às condições dos manifestantes, no que concerne ao seu eu individual.

Determinantes para a pluralidade de questões postas nas ruas, as ideologias individuais soam como uma relutância ou aversão a pautas pouco interessantes, mesmo que atendam ao coletivo.

Chauí destaca que:

Esta última frase de Marx e de Engels é fundamental para compreendermos a relação entre alienação e ideologia. A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos. Ora, a partir do momento em que a relação do indivíduo com a sua classe é a da submissão a condições de vida e de trabalho pré-fixadas, essa submissão faz com que cada indivíduo não possa reconhecer-se como fazedor de sua própria classe. Ou seja, os indivíduos não podem perceber que a realidade da classe decorre da atividade de seus membros. Pelo contrário, a classe aparece como uma coisa em si e por si e da qual o indivíduo se converte numa parte, quer queira, quer não. É uma fatalidade do destino. A classe começa, então, a ser representada pelos indivíduos como algo natural (e não histórico), como um fato bruto que os domina, como uma “coisa” onde vivem. A ideologia burguesa, através de uma ciência chamada Sociologia, transforma em idéia científica ou em objeto científico essa “coisa” denominada “classe social”, estudando-a como um fato e não como resultado da ação dos homens. (CHAUÍ, 2004, p. 30).

As ruas foram e serão sempre espaços de ir e vir. Mas são espaços de paralisação, de articulação e de estratégias para demonstrar que o que vem sendo posto na sociedade já não é mais o suficiente. Assim, não se limita aos movimentos urbanos. Os movimentos da via campesina também utilizaram as cidades como espaço de confronto e de paralisação, como o ocorrido com o Movimento das Mulheres Camponesas, que ficou conhecido pela “depredação” ocorrida na Esplanada dos Ministérios em Brasília, no início da década passada.

Assim, as ruas podem ser espaços em que as lutas por uma real liberdade sejam construídas, não apenas a liberdade da desigualdade, como bem representa a perspectiva de liberdade liberal (PRADO JR, 1981), mas a possibilidade de escolha entre alternativas existentes (CFESS), que se realiza na relação com a igualdade, conforme a visão marxiana em *Crítica do programa de gotha* (MARX, 2012). Essa perspectiva pressupõe o reconhecimento da sociedade burguesa como uma sociedade dividida em classes sociais que vivem em luta permanente. Nessa perspectiva, a liberdade plena nos termos aqui citados só será realizada em uma ordem social libertária, na qual não haja exploração, opressão e alienação. (MARX, 2012).

Contudo, as manifestações demonstravam um cenário distante desse ideal de liberdade. Se no início das manifestações tinha-se um enorme grupo de pessoas indo às ruas pacificamente, essa situação se alterou logo em seguida, com a chegada e presença de grupos como os *Black Bloc*, que roubaram a cena e os noticiários. Não se sabia mais ao certo qual era

a relação entre todos que ali estavam, mas sabia-se desde o início que a repressão policial principalmente em São Paulo era cruel e violenta:

daí [os manifestantes] terem assumido o risco maior: atentar contra a “segurança pública” e contra sua própria segurança pessoal. Além dos carros, eles peitaram a mesma polícia que mata ordinariamente os jovens que, nascidos e criados em berço não pacífico, devem ser “pacificados” à bala – e não a de borracha. O encontro desses dois mundos, em imaginação e fogo, foi o pontapé para o deslocamento do campo político que, até agora, parecia invulnerável à política. Pela imposição do conflito real, também eles precisam ser “pacificados”, mesmo que as imagens indicassem que “tudo está calmo” (VIANA, 2013, p. 58).

De acordo com Dimenstein (2014), no Brasil, o sistema público é despreparado como um todo, tanto as escolas como os hospitais, e com a polícia não seria diferente. Para o jornalista, os policiais que agrediram os manifestantes de junho de 2013 não estão preparados para agir em momentos tensos, talvez, tenham preparo para ações que ocorram distante dos olhos da mídia, na periferia, onde não são vistos. Em junho de 2013, sua truculência não passou ilesa, tudo estava sendo filmado, pelas mãos de todos (DIMENSTEIN, 2014). O que ocorreu em São Paulo, com reflexos principalmente em outras capitais do Brasil, era um caos exacerbado, no qual a segurança pública já não apresentava mais controle sobre as ruas. Os manifestantes já não estavam satisfeitos somente com a luta pela redução do transporte público, e o Estado não se pronunciava a não ser por meio das forças policiais. Safatle, para o documentário *Junho – o mês que abalou o Brasil*, destaca que:

Eu não lembro de nenhuma situação na história brasileira, onde você tem uma grande massa de pessoas que vão em direção ao Congresso Nacional para quebrar o Congresso Nacional, e a polícia não consegue fazer mais nada, a não ser desviar para o outro lado, para que eles taquem fogo em outra coisa, e aí tacaram fogo no Palácio do Itamaraty (SAFATLE, 2014, [p?]).

Para Alencar (2013), a polícia vinha disposta a atacar a tudo e a todos, sem critérios, sem economia de bombas, gases e cassetetes. O autor aponta que a história está repleta de exemplos que, em seu caráter extremo, só reforçaram o que antes queriam combater (ALENCAR, 2013). Como as manifestações não apresentavam uma hierarquia e liderança, o movimento tornou-se de todos, cada um criando sua performance, e seu modo de se fazer apresentar nas manifestações. Os *Black Bloc*, cuja análise será aprofundada no capítulo seguinte, reforçaram o caráter violento das manifestações, bem como apresentaram outro direcionamento, amparado pela violência e depredação. É nesse momento que as divisões entre ir ou não ir para as ruas inundam as redes de *internet*. Com a presença de grupos autonomistas,

as ruas viraram um grande palco de indignação. Se de um lado emergia a violência contra o Estado, por outro, proliferavam-se as violências estatais contra os manifestantes. Alencar chama atenção para um fato determinante nessas manifestações:

a repressão das Polícias Militares, tantas vezes despropositada e irracional, foi, sem dúvida, um fato de crescimento das mobilizações, que se tornaram também protesto contra a violência estatal. Nesse sentido, as manifestações incorporaram a pauta dos Direitos Humanos ao denunciar que a “ação dissuasória” contra os jovens, com variadas armas de efeitos bem mais que “morais”, repetia, em ponto menor, a truculência do cotidiano das áreas pobres – além de lembrar os tempos do arbítrio, em que o direito à manifestação era cerceado (ALENCAR, 2013, p. 31).

Para o autor, o total despreparo do aparato repressivo foi exposto em meio a manifestações que ocorriam dentro de um Estado democrático (ALENCAR, 2013). Viana diz que “a separação anterior entre pacíficos e baderneiros servia à reposição da ordem, segundo a qual nada justifica o entrave à sobrevivência cotidiana que nos arrasta do escritório para casa e de volta.” (VIANA, 2013, p. 56). Para Plínio de Arruda Sampaio Júnior:

As imagens da guerra campal entre a tropa de choque e os manifestantes circularam nas redes sociais e começaram a mudar o estado de espírito da opinião pública. A truculência da tropa de choque funcionou como um estopim que detonou a indignação popular. A intrepidez dos jovens que desafiavam bombas e balas de borracha evidenciava a covardia da polícia e legitimava os métodos de luta do *MPL* (SAMPAIO JÚNIOR, 2013, [p?]).

No ritmo que as imagens já eram compartilhadas pela *internet*, já poderia se confirmar que estes eram movimentos de juventude (SAMPAIO JÚNIOR, 2013). E foi se aproveitando da fragilidade dos movimentos, da indignação dos indignados que invadiam as ruas, que a mídia conservadora mais do que nunca usou seu canal para definir um papel a esses manifestantes “baderneiros” e “depredadores”. Nesse caminho, a alternativa, como diz Viana, é criar o protesto e defini-lo como “sem protesto”.

Graças à invenção do protesto sem protesto, foi bastante fácil para a mídia recriar por completo seu discurso a partir do dia 13, quando o apoio popular já deixara claro que o bloqueio à política – não o da polícia – havia, de algum modo, sido rompido. A reconstrução da narrativa reconduzia precisamente ao ponto em que as mobilizações em torno do nada haviam encontrado sua terapêutica: a subsunção dos fins aos meios. Em mobilizações pacíficas, importa ocupar o espaço público, difundir ideias, ampliar o debate, unir as pessoas, participar... Não que a finalidade sem fim tenha sido abandonada sem mais: pelo contrário, as empresas de mídia não teriam tanta tranquilidade em pular da vociferação aos aplausos caso não o sorriso juvenil de quem protesta por tudo e não arrisca nada. (VIANA, 2013, p. 56).

Nesse cenário, a mídia retoma um papel central no acesso à informação e no debate sobre elas. Mas a mídia conservadora também foi alvo de protesto, por três questões: primeiro, porque tentou demonstrar ao telespectador que as manifestações eram violentas e ilegítimas. Segundo, porque outros veículos surgiam demonstrando que as ruas estavam sendo palcos de violência, mas, principalmente, contra os manifestantes que lutavam por direitos legítimos. E, terceiro, porque as notícias podiam ser dadas praticamente em tempo real ao ocorrido, pela *internet*, através dos aparelhos móveis, e também pelas redes sociais.

Para Sales (2011), os meios de comunicação constituem-se espaços de disputa social e poder, marcados por potencialidades e dilemas, os quais, pesquisados, permitem analisar o contexto histórico da sociedade em um dado momento. Contudo, a autora ainda infere que é necessário compreender as especificidades históricas que atravessam as mediações midiáticas, levando em consideração aspectos tecnológicos, culturais e políticos, os quais são necessários para compreender a capacidade criadora dessas mídias, bem como do seu comportamento frente às expressões da questão social que se apresentam (SALES, 2011). Para Lima, “embora consiga dissimular com competência suas reais intenções, a velha mídia se autoatribui o papel de formadora e, simultaneamente, de expressão da vontade das ruas, vale dizer, da ‘opinião pública’”. (LIMA, 2013, p. 93).

Sales ainda aponta outra questão de relevância em seu estudo sobre mídia e questão social. Para a autora, as informações, mesmo sendo carregadas de tensão e verdades travestidas por discursos ideológicos, também serão dependentes na sua forma de compreensão (SALES, 2011). Ela destaca que muito do que é compreendido através da leitura impressa, ou visualizada nas redes de tevês, deve-se à histórica social do sujeito, o qual, dependendo, tem a oportunidade de realizar um balanço sobre o que é mostrado na mídia (SALES, 2011).

De todo e qualquer modo, os meios de comunicação estão no cerne da polêmica contemporânea, constituindo um campo de conflitos de representações políticas, sociais e culturais assaz relevantes – a expressar, por vezes, fortes disputas econômicas. Seu público, no entanto, é, de fato, fragmentado, heterogêneo, e nem por isso menos complexo e instigante, teórica e politicamente falando, porque também ativo, numa clara posição às apostas niveladoras quanto à experiência de recepção, inicialmente vista como meramente passiva, massificada e homogênea. Contrariamente à tese de um poder exercido pelo media em mão única, sabe-se que muitas vezes são os próprios meios que investem desesperadamente em descobrir o que poderia agradar o público, de forma a obter mais audiência e, conseqüentemente, atingir os devidos fins econômicos. (SALES, 2011, p. 44).

Ademais, vive-se hoje outra era nos meios de comunicação, para além do cinema, da fotografia e da imprensa escrita que tanto se mesclaram a uma era de progresso cultural quanto histórico, no registro de momentos importantes do desenvolvimento da sociedade, estes, principalmente, liderados pelos europeus (SALES, 2011). Na atual sociedade, que vive a crise constante de manifestações de rua, os meios de comunicação em sua fase mais avançada somente demonstraram que seu caráter está para além das fronteiras. Eles conseguem ter a função e a capacidade de ampliar questões, como as manifestações de rua para o cenário mundial, com impactos em políticas sociais, mas, principalmente, com impactos internacionais significativos (SALES, 2011). Foi o que ocorreu com as manifestações de rua ao serem vistas como denúncia de algo julgado errado. Mas houve tentativas de censura, não por parte do Estado brasileiro, mas pelo jornalismo conservador e sensacionalista. Porém, como diz Sales,

todo esse debate que envolve censura, ética e liberdade de imprensa é, pois, valioso, sobretudo para uma reflexão mais ampla acerca da democracia, em contraste com as diversas experiências históricas de totalitarismo e ditaduras que sacudiram o século XX. Dentro dessa perspectiva, seriam, portanto, a visibilidade e transparência dos fatos, alegadas como justificativa para a intervenção da imprensa, valores absolutos ou fins em si mesmos? Outros questionamentos naturalmente se seguem a esses. Qual seria o papel das mediações no trabalho jornalístico? Como lidar com a fronteira entre o público e o privado? Há, sem dúvida, subjacente às leis da imprensa, um acordo democrático quanto à recusa da mentira e da manipulação, mas, por outro lado, o direito à informação do público deve comportar também um escala de gradação de possibilidades. Não pode se prender, portanto, à mera oposição: entre sombra e luz, entre visibilidade e invisibilidade. O que é passível de ser difundido deve, desse modo, estar parametrado na noção de esfera pública, ou seja, deve-se ancorar-se na lei e nos direitos humanos – sociais, políticos, civis, culturais, ambientais – ou em sua defesa. Dentro dessa perspectiva, a imprensa atuaria, assim, como uma guardiã da ética na esfera pública (SALES, 2011, p. 53-54).

Para Barroco e Terra (2012), a discussão da ética e da democracia perpassa a superação da condição dada pela ordem burguesa, “pois se refere à socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 59). A inviabilidade destas impossibilita uma reordenação às condições postas também à liberdade de imprensa, a qual em sua maioria está a serviço dos grandes monopólios capitalistas de produção de informação e comunicação.

Para Lima (2013, p. 93), “a velha mídia identificou nas manifestações [...] a oportunidade de disfarçar o seu papel histórico de bloqueadora do acesso público às vozes – não só de jovens, mas da imensa maioria da população brasileira.” O que se sabia dos jovens que se movimentaram e se arriscaram em junho de 2013 ainda era muito pouco. Eles faziam

parte de diversos grupos que não se comunicavam e não interagiam entre si. As ruas foram contempladas pelos LGBTQs, pelos negros, pelos feministas, pelos evangélicos, pelos servidores públicos, pelas ONGs, pelos direitos humanos, pelos moradores da periferia. Elas foram inchadas pelos brancos, pelos indígenas, pelos esquerdistas e pela extrema direita, pelos partidos políticos que apareceram estrategicamente, e foram alvos de violência, como pelos que se diziam “apolíticos”, pelos saudos da ditadura, e por aqueles que não acreditam nesse modelo de democracia. O autonomismo e o protagonismo de dezenas de grupos refletiram positivamente, houve o reconhecimento de uma sociedade plural, porém ainda conservadora. A reiterada negação de liderança e comando, ao lado do aspecto positivo, de evitar narcisismos e carreira solo a lideranças, também possibilitou a fragilização de lutas que já eram em grande parte virtuais com poucos objetivos consolidados (ALENCAR, 2013). Alencar destaca uma fala da professora de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), Olgária Matos, a qual afirma que as manifestações contemporâneas se constituem no âmbito de um vazio ideológico, de um anti-intelectualismo do mundo moderno. Com reivindicações voltadas para si mesmas, esses movimentos não se vinculam uns aos outros, resultando, então, uma estratégia particularista (ALENCAR, 2013). Zizek corrobora com o seguinte trecho: “o que a maioria dos manifestantes compartilha é um sentimento fluido de desconforto e descontentamento que sustenta e une demandas particulares.” (ZIZEK, 2013, p. 103).

Não há como negar que as manifestações apresentam claras relações com a chegada da Copa das Confederações e da grandeza exposta ao mundo pelos emblemáticos estádios. Juca Kfourri, jornalista e comentarista que acompanhou as manifestações e cobriu a Copa das Confederações, pontua:

em que medida a Copa das Confederações influenciou as manifestações? Ela não influenciou apenas porque a imprensa do mundo inteiro estava aqui, e era uma boa vitrine pra mostrar pra imprensa mundial. Mas influenciou também pela impressão que a suntuosidade dos estádios causou na população brasileira. Porque que eu posso fazer um estádio padrão FIFA como é o estádio de Brasília que é um absurdo, [...] é o Taj Mahal em meio a Brasília, uma cidade que sequer futebol tem, e não posso ter um hospital desse mesmo nível? Ou vou ter que falar que o melhor hospital de Brasília é o aeroporto? [...] A gente precisa parar com essa bobagem de dizer que futebol e política não se misturam, porque esse é o discurso mais reacionário que é possível você fazer, é discurso que o João Havelange fez a vida inteira, porque ele apoiava a ditadura, [...] “meu apoliticismo me permite qualquer barbaridade”, não, as coisas se misturam sempre, você toma café de manhã de uma maneira política, quem dirá um time de futebol que é capaz de mobilizar um país (KFOURI, 2014, [p?]).

Para Alencar (2013), os estádios faraônicos cumpriram um importante papel pedagógico para as lutas, visto que além de demonstrar a existência de orçamento público, quando necessário, o Estado conseguiu cumprir metas com prazos pré-estabelecidos. Assim, até mesmo no mundo internacional do futebol, ocorreram repercussões sobre as manifestações de rua no Brasil. Segundo ele, o técnico italiano Cesare Prandelli, disse que “a copa das confederações me deixou a impressão de fortes contrastes entre os novos estádios e a miséria ao redor [...]. Quando nas ruas são tantos jovens, você tem que ouvir. A prioridade não é o futebol, são as escolas, os cuidados hospitalares, o trabalho” (ALENCAR, 2013, p. 22-23).

Nessas alterações no cotidiano de milhões de pessoas, em decorrência dos megaeventos, foi exposta uma ação deprimente, mas não inédita. Os megaeventos foram feitos para demonstrar que no Brasil é possível se investir e criar cidades-mercadoria pertencentes a uma lógica acentuada pela globalização e pela livre concorrência. Nesse meio de campo, a população foi exposta a quase uma tragicomédia. Com exceção dos estádios de futebol, que ficaram prontos antes da Copa do Mundo, as demais obras de cidades-sede, que serviriam para receber os turistas e também para dar melhor infraestrutura à população, até hoje não ficaram prontas, como é o caso de Cuiabá e Natal.

As mobilizações pelo país, com toda a sua complexidade, não deixam dúvida quanto a um ponto em comum: a população quer mais serviços públicos e de qualidade. Querem a atuação de um Estado social, pautada pelo imperativo de uma ordem jurídica que seja apta a resolver a nossa grave questão social, notadamente a desigualdade social. (MAIOR, 2013, p. 83).

Para Maricato (2013, p, 20), “a desigualdade social, uma das maiores da América Latina, e a escravidão vigente até pouco mais de um século atrás, são características que se somam a um Estado patrimonialista e à universalização da ‘política do favor’”, no caso brasileiro. As lutas, conscientes ou não, continuam sendo por algo diferente, por outra forma de sociabilidade, mesmo que existam forças que queiram impedir que ajamos de outra maneira (HARVEY, 2013). Para Maior,

os movimentos sociais, que representam as parcelas consideráveis da sociedade que se encontram em posição inferiorizada e que lutam por melhores condições de vida – e contra todas as estruturas que privilegiam, de forma totalmente injustificada, alguns setores da sociedade –, querem, primeiro, que a lei não seja usada como instrumento para impedi-los de lutas, de apontar os desajustes econômicos, políticos e culturais de nossa sociedade e de conduzir, por manifestações públicas, suas reivindicações, e, segundo, pretendem demonstrar que, em verdade, agem amparados pela Constituição Federal, nossa Lei Maior. (MAIOR, 2013, p. 85).

Nesse sentido, outra forma de gerenciamento do Estado ou de minimização das desigualdades que assolam a classe trabalhadora no modelo do sistema capitalista podem ser possíveis. Mas, utilizando-se de Lefebvre, somente por meio da mobilização social e das lutas, no campo político e social, teremos outra resposta a esse direito à cidade (HARVEY, 2013). Harvey coloca que,

o direito à cidade [...] não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. E no nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito. (HARVEY, 2013, p. 33).

Para Braga (2013), vive-se um momento novo, de mobilização do atual proletariado precarizado, o qual luta firmemente pelo acesso aos direitos no campo da saúde e da educação pública de qualidade, assim como pela ampliação do acesso ao direito à cidade. Notadamente, não se vive mais diante de um proletariado precarizado e passivo. Hoje, demonstram-se indignados, enganados, manipulados e certamente apreensivos com os rumos que o Estado tem tomado diante de suas condições. Para Alencar (2013), se muitos que lá nas ruas estavam não sabiam ao certo o porquê protestavam, as autoridades sabiam muito bem porque estavam sendo criticadas e sabiam muito bem sua responsabilidade neste entrave. Para o autor, os manifestantes não queriam uma discussão ou uma negociação da pauta com ajustes fiscais ou demonstração analítica de dados por parte do Estado, mas, sim, uma resolução prática e imediata dos problemas por parte daqueles que eram pagos para isso, sendo esta muito mais uma questão política (ALENCAR, 2013). Fazendo uso de palavras de Žižek, pode-se observar que as manifestações de junho trazem à tona questões que acuaram o Estado. Era o Estado de direito sendo colocado em cheque. Era a governança demonstrando sua ingovernabilidade.

O objetivo (explícito ou implícito) é democratizar o capitalismo, estender o controle democrático para a economia por meio de pressão da mídia, inquéritos parlamentares, leis mais severas, investigações policiais honestas etc., etc. Porém, jamais questionar a moldura institucional democrática do Estado de direito (burguês). Isso continua sendo a vaca sagrada na qual mesmo as formas mais radicais desse “anticapitalismo ético” (o Fórum de Porto Alegre, o movimento de Seattle), não se atrevem a tocar. (ŽIZEK, 2012, p. 22).

A intocabilidade em alguns temas não é algo novo no Brasil. Os projetos de lei se estendem por anos, dentro do Congresso Nacional, corroborando com uma missão burocrática, inflexível e pouco democrática do tema, principalmente, quando estes mesmos temas são

polêmicos, envolvendo minorias e reforma política de forma majoritária. Alencar (2013, p. 26) cita que “foi comovente ver governos acuados, revogando o “irrevogável” (a começar pela própria impáfia do poder).”. A força da população, na maioria das vezes, sempre manipulável, deixou perplexos aqueles que acreditavam terem um poder inquestionável (ALENCAR, 2013). Ao contrário dos movimentos sociais ou dos grupos políticos formados nos vários espaços da sociedade civil, os atores que se apresentaram em junho de 2013 buscavam mudanças imediatas. No caso do reajuste do valor do transporte público paulista, o que se pretendia não era entrar no campo das análises ou buscas por estudos e possíveis reformas. As atenções se voltavam para alterações pontuais que poderiam apresentar outro significado às demandas políticas e sociais de forma imediata (MARICATO, 2013). Junho de 2013, além de se apresentar como um divisor de águas nos modos de produção de mobilização no País, mesmo com todas suas fragilidades e contradições, pode ser considerado como um movimento de conquistas.

## CAPÍTULO 4 – GRUPOS MOBILIZADORES DAS JORNADAS E NOTÍCIAS RELEVANTES

Junho de 2013 não se construiu apenas da vontade dos jovens de ir às ruas. As manifestações políticas que abalaram as estruturas do Estado e o poder da mídia tradicional, especialmente, a televisiva, trouxeram à tona temáticas que até então passavam despercebidas à sociedade. Essa alteração deu-se por meio da influência direta de quatro coletivos de ideias, denominados grupos neste trabalho. O que eles têm em comum é o uso da *web* como instrumento de mobilização e suas nítidas presenças nas manifestações de junho.

Além do *MPL*, três outros grupos – *Mídia Ninja*, *Black Bloc* e *Anonymous* –, surgem durante as manifestações, amparados pelas estratégias do *ciberativismo*, no seu modo de convocação, disseminação de ideias, informações e estratégias para assegurar adesão às ruas. Alguns dos grupos conquistaram a ira da mídia, da população, dos demais manifestantes, do Estado, enquanto outros começaram a ser idolatrados, ganhando adeptos. Tudo isso permeado pela violência, por protestos e por sentidos complexos, como o “apolítico” e a idolatria ao regime militar.

O primeiro escolhido foi o Movimento pelo Passe Livre. Esse grupo, que se define como um movimento social, foi crucial para a existência das manifestações e para a garantia de vitórias honrosas à política urbana, mais especificamente no campo do transporte público. O segundo, *Mídia Ninja*, é um misto de ativistas com jornalistas, que utilizam mídias alternativas e em tempo real divulgaram o que ocorria numa perspectiva interna às manifestações. A *Mídia Ninja* ganhou destaque por mostrar o outro lado das ruas, ignorado pela mídia sensacionalista, dando, assim, voz aos manifestantes, especialmente às perseguições policiais. O terceiro grupo, *Anonymous*, apresenta-se apenas como um coletivo. São os *hackativistas* que trabalham na divulgação de ideias, imagens e quedas de portais, principalmente, governamentais, apresentando, assim, seu posicionamento político em prol de outra ordem social. O quarto e último, chamado de *Black Bloc*, é a configuração de uma ideia que questiona a ordem por meio do anarquismo, ganhando a atenção da mídia por suas ações violentas, depredadoras e instigantes.

#### 4.1 Movimento pelo Passe Livre (MPL)

O *MPL* é um movimento social, horizontal, autônomo e apartidário que luta por um transporte verdadeiramente público. O *MPL* se formou a partir das revoltas populares que aconteceram principalmente em Salvador e Florianópolis contra o aumento das tarifas de ônibus [...] em 2005 no Fórum Social Mundial, diversas cidades que estavam impulsionando lutas por um transporte público se encontraram no Fórum Social Mundial e resolveram criar um movimento social que abarcasse todas essas lutas, que é o *MPL*. (CAPPELLO, 2014, [p?]).

Foi com essa apresentação que Nina Cappello, uma das integrantes do movimento que se apresenta como sem lideranças, definiu o Movimento Pelo Passe Livre, ou *MPL*. O movimento, forjado em meio à discussão do acesso ao transporte público, nasceu como uma alternativa de luta às condições impostas pela lógica do transporte público como mercadoria. Alvo de sucessivos aumentos de passagens, o transporte público há tempos tem deixado de priorizar o cidadão como sujeito, apresentando-o como parte de uma financeirização das empresas privadas, alicerçada pelos investimentos públicos. Era a cidade tornando-se alvo de ruas fechadas e barricadas em busca de conquistar o próprio direito de ir e vir dentro do espaço urbano. Nesse âmbito, há mais de dez anos, apedrejamentos, pichações e incêndios demonstravam que os serviços de transporte público não atendiam mais às necessidades da população. Com base na luta dos estudantes, nascia o embrião do *MPL* reivindicando tarifa zero.

O gene do *MPL* está nas ruas bem antes de 2013. Não se fará aqui uma análise sobre os ocorridos históricos do *MPL* de maneira profunda. Todavia, cabe destacar que o histórico de lutas detonado principalmente pela conhecida *Revolta do Buzu*, ocorrida na capital baiana, e pela *Revolta da Catraca*, ocorrida em Florianópolis, respectivamente em 2003 e 2004, apresenta-se como movimentos necessários para legitimação e consequente apresentação do *MPL-SP* nas ruas paulistas em 2013.

É impossível calcular precisamente quantas pessoas participaram [dos protestos em Salvador], mas as estimativas giram em torno de 40 mil, e pode-se dizer que qualquer pessoa que tenha entre 24 e 34 anos hoje em dia e que morava na capital baiana participou da revolta. Durante as aulas, estudantes secundaristas pulavam os muros das escolas para bloquear ruas em diversos bairros, num processo descentralizado, organizado a partir de assembleias realizadas nos próprios bloqueios. A indignação popular represada no interior do transporte coletivo fomentou uma dinâmica de luta massiva que escapava a qualquer forma previamente estabelecida. A Revolta do Buzu exigia na prática, nas ruas, um afastamento dos modelos hierarquizados; expunha outra

maneira, ainda que embrionária, de organização. (MPL-SP, 2013, p. 14).

Ao apresentar outra forma de mobilização social, a revolta deixava em aberto o real sentido das mobilizações, possibilitando, contraditoriamente, ainda, o aparelhamento das mesmas revoltas por partidos políticos, a obtenção de meias concessões até então reivindicadas e uma desmobilização das ruas (MPL-SP, 2013). Pode-se apontar esta como umas das primeiras manifestações em nível nacional com projeção em todo o País, que vem a demarcar uma contradição latente também presente em junho de 2013: as desmobilizações começam a fazer parte da mobilização. Dando destaque nacional para um tema que remete a pautas já apresentadas no século passado, no âmbito dos movimentos sociais urbanos, como dito, a *Revolta do Buzu* transformou-se em documentário pelas mãos de Carlos Pronzato, chegando então às escolas de todo o País por intermédio de entidades estudantis (MPL-SP, 2013). São esses mesmos estudantes que, após assistirem o trabalho de Pronzato, pulariam os muros para dar cara à *Revolta da Catraca*, em Florianópolis no ano de 2004.

A perspectiva aberta por esse curto processo de lutas que alcançou a vitória na capital catarinense deu origem ao movimento: uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações. (MPL-SP, 2013, p. 15).

Após os ocorridos em Salvador e Florianópolis, iniciava-se uma percepção de como as ruas estavam tornando-se espaço de legitimação em contraposição, por exemplo, aos conselhos municipais instituídos pelo poder público, que poucas alterações apresentavam no cotidiano das cidades (MPL-SP, 2013). Os conselhos municipais nunca perderam de fato seus papéis, mas sua ineficiência parecia ser nítida, se comparados com a pressão que as ruas exerciam. Em janeiro de 2005, durante a Plenária Nacional pelo Passe Livre no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, deliberou-se pela criação do movimento, desencadeando a partir daí um cenário de lutas importantes, antes mesmo de junho de 2013, em cidades como Porto Alegre, Vitória, Teresina, Aracaju, Natal e Goiânia.

O movimento iniciado embrionariamente em 2003, com reflexo das lutas dos estudantes por tarifa zero no acesso ao transporte público, começava a alterar seus campos de lutas e posicionamentos. O transporte passou a ser uma questão que remete a outras políticas sociais e ao direito à cidade propriamente dito. Nesse sentido, o movimento não se tornou uma questão apenas do estudante, mas, sim, pertencente a todos (MPL-SP, 2013). “Tal constatação amplia

o trabalho do *MPL*, que deixa de se limitar às escolas, para adentrar em bairros, comunidades e ocupações, numa estratégia de aliança com outros movimentos sociais – de moradia, cultura e saúde”. (MPL-SP, 2013, p. 16).

Para Peschanski (2013), existe uma justiça econômica por detrás da argumentação do transporte público como tarifa zero para todos. Por possibilitar uma melhor qualidade de vida no que tange à diminuição da poluição e também à diminuição do trânsito, o transporte público acaba beneficiando as pessoas que não o utilizam. O autor aponta ainda que por mais que os benefícios venham a ser divididos entre todos, como diminuição do número de transportes individuais, ainda permanece como uma conta que só chega ao orçamento familiar dos usuários, tornando-se, nas palavras do autor, uma exploração dos usuários pelos não usuários (PESCHANSKI, 2013).

De acordo com o próprio *MPL*, ao referir-se à tarifa zero, destaca-se que o transporte é um serviço público tido como essencial para o acesso aos demais direitos sociais, como saúde, educação, trabalho (MPL-SP, 2015). Se não existe acesso ao transporte público, corre-se o risco de não haver acesso aos demais direitos sociais existentes. Para o portal Tarifa Zero,

a tarifa zero deverá ser feita através de um Fundo de Transportes, que utilizará recursos arrecadados em escala progressiva, ou seja: quem pode mais paga mais, quem pode menos paga menos e quem não pode, não paga. Por exemplo: o IPTU de bancos, grandes empreendimentos, mansões, hotéis, resorts, shoppings etc., será aumentado proporcionalmente, para que os setores mais ricos das cidades contribuam de maneira adequada, distribuindo renda e garantindo a existência de um sistema de transportes verdadeiramente público, gratuito e de qualidade, acessível a toda a população, sem exclusão social. (TARIFA ZERO, 2015).

Foi nesse cenário que o *MPL* deu os primeiros passos. Porém, foi o coletivo do *MPL-SP* que ganhou os noticiários do Brasil, levando às ruas milhares de pessoas em um primeiro momento para a luta da redução da tarifa do transporte público estabelecido pelo Prefeito Fernando Haddad na cidade de São Paulo e pelo Governador Geraldo Alckmin, elevando os valores de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Eram os R\$ 0,20 centavos entrando em jogo.

Não dá para entender a relevância das mobilizações de junho – que se iniciaram com uma passeata de cerca de 4 mil pessoas em São Paulo no dia 6 e, duas semanas depois, já somavam 1,4 milhão de pessoas em pelo menos 120 cidades – sem levar em consideração que não começaram como protestos “contra” algo, mas como uma expressão coletiva “a favor” de algo. O *MPL* colocou na pauta da discussão política a proposta da tarifa zero, isto é, do transporte público gratuito (PESCHANSKI, 2013, p. 60).

Essa proposta, que, de acordo com Peschanski (2013), torna-se utópica, integra a pauta da agenda ecossocialista. Para o autor, o transporte individual tornou-se parte da alternativa da sociedade burguesa, figurando-se então como uma mercadoria-fetiche para manutenção do prestígio e como centro da vida (PESCHANSKI, 2013). Ele ainda destaca que, no atual contexto de globalização do capital, o uso excessivo de combustíveis poluentes, juntamente a demais fatores, como sustentabilidade, solidariedade, eficiência, democracia e comunidade, contribuem no combate à crise ecológica que se vive hoje (PESCHANSKI, 2013).

Porém, foi no dia 13 de junho que o *MPL* sofreu o primeiro abalo. Fruto do seu próprio levante às ruas, o *MPL-SP* se viu perdido no meio das manifestações que ocorriam em São Paulo, nas quais a pauta da redução da tarifa do transporte público já não parecia ser o principal foco de todos que estavam ali. Destaca-se que o dia 13 de junho é considerado um marco nas manifestações que se iniciaram ainda em 6 de junho de 2013. Ele apresenta uma alteração no enredo das manifestações que a partir de então passam a apresentar violência, depredação e mistura entre os grupos que ao mesmo tempo em que reivindicam juntos se chocavam. Era o pluralismo chegando às ruas, reificado pelo viés de muitos grupos conservadores. De acordo com Viana,

ao contrário do que se tem afirmado, o abalo não ocorreu devido à quantidade de adesões que se seguiram à quinta-feira esfumaçada, e sim graças à qualidade do movimento que as convocou. O *MPL* é um grupo de dezenas de jovens que, diante do aumento das passagens, resolveu, junto a outros movimentos e partidos, arriscar a pele. Os militantes impediram frontalmente, e tendo por instrumento seu próprio corpo, nosso sagrado ir e vir, em nome da criação do direito de outros irem e virem. (VIANA, 2013, p. 57).

Viana (2013) destaca que o marco dado ao dia 13 de junho é reflexo de um processo de sucesso impregnado e comandado pelos próprios organizadores do *MPL*. Em meio à violência, não só determinada pelos Policiais Militares de São Paulo, ou pelos *Black Bloc*, os ativistas que exigiam a redução da tarifa do transporte público também entraram em confronto com a polícia em uma ação que soa estratégica.

Daí terem assumido o risco maior: atentar contra a “segurança pública” e contra sua própria segurança pessoal. Além dos carros, eles peitaram a mesma polícia que mata ordinariamente os jovens que, nascidos e criados em berço não pacífico, devem ser “pacificados” à bala – e não a de borracha. O encontro desses dois mundos, em imaginação e fogo, foi o pontapé para o deslocamento do campo político que, até agora, parecia invulnerável à política. Pela imposição do conflito real, também eles precisavam ser “pacificados”, mesmo que as imagens indicassem que “tudo está calmo”. Aí reside a violência do movimento: não em vitrines e latas de lixo quebradas, mas no freio brusco de

uma ordem fundada, por um lado, no ir e vir que permanece e, por outro, no genocídio de quem, mesmo com a economia de vinte centavos, talvez não chegue. (VIANA, 2013, p. 58).

Os jovens e adultos que foram às ruas sabiam do valor dos R\$ 0,20. Não era uma questão estrutural apenas, de redução ou até mesmo luta pela tarifa zero, era também o peso que R\$ 0,20 fazia no bolso de cada cidadão, um peso real e existente para quem sobrevive com irrisórios salários ofertados à classe trabalhadora. Nesse cenário, no qual as ruas não paravam de aglutinar indignados, e visualizando um campo de confronto cada vez maior entre Estado e manifestantes, o governador e o prefeito, respectivamente, do estado e da cidade de São Paulo anunciaram, no dia 19 de junho de 2013, a redução das tarifas de transporte público. Segundo Alckmin (2014), a redução se deu, mas com cortes em investimentos devidos à insuportável carga que estava sendo colocada às empresas privadas. Para o governador, a diferença dos R\$ 0,20 era insuportável. Contudo, o governo arcaria, “apertando o cinto” em outras áreas (ALCKMIN, 2014). Era a primeira vitória a surgir nas ruas. O *MPL*, enquanto movimento social, tinha alcançado seu objetivo central. A questão, que soava muito mais como política do que como técnica, foi revertida em prol dos que usam e também dos que não usam o transporte público.

Em julho de 2013, o governo federal também se apresentou por meio de uma nota técnica denominada “Tarifação e financiamento do transporte público urbano”, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação esta ligada à Presidência da República. Essa nota já se apresentava destacando que seu resultado é fruto também das manifestações de rua iniciadas no mês anterior, que contribuía na retificação da discussão que o órgão do governo federal já vinha realizando (IPEA, 2013). Para Paique, *blogueiro* do Tarifa Zero,

a nota [...] tem o mérito de reconhecer a necessidade de diversificação das fontes de financiamento de transporte e, mais, de demonstrar a fragilidade do modelo tarifário em sua fórmula geral, impactos sociais e mesmo para a qualidade do serviço. A demonstração da fórmula esdrúxula de cálculo do preço da tarifa, baseada no IPK, abre a possibilidade de apresentarmos outra fórmula e outro indicador para o financiamento do sistema: seria o índice de circulação de veículo. Enquanto o IPK é fortemente vinculado ao preço da tarifa, o pagamento do transporte por veículo é mais vinculado aos subsídios públicos para o setor. Senti falta de alguma menção sobre o lucro com o serviço. A nota técnica estranhamente não trata do assunto, mas o modelo tarifário atualmente em vigor é claramente refém dos exorbitantes lucros dos empresários do setor de Transporte Coletivo Urbano. Estes, por meio de suas concessões (quase nunca regulares) para execução do serviço, exploram a altos preços os usuários e usuárias de TCU diariamente. (PAIQUE, 2013).

Após a publicação deste documento, outras vitórias foram se delineando, até chegar a conquista da Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015, que passa a dar nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, incluindo o transporte como um direito social. Essa conquista deveu-se em grande parte à movimentação arquitetada pelo *MPL*, que, como movimento urbano, apresenta um novo sentido na sociedade contemporânea. Os movimentos sociais urbanos, a partir do *MPL*, voltam a ser foco de atenção, dando a possibilidade de outras alternativas de luta por uma cidade mais justa e mais ampla a todos. O *MPL* conseguiu obter aquilo que foi e é ainda almejado pela maioria dos movimentos sociais, isto é, além da visibilidade, eles conseguiram a concretude do direito. Se por um lado ampliaram seu sentido e sua razão dentro da existência dos movimentos sociais, chamando a sociedade para participar de seus atos – assim como fizeram em junho de 2013 –, na atualidade, o *MPL* deverá enfrentar novos desafios, como a implementação efetiva deste direito.

O **quadro 1**, apresentado a seguir, elaborado a partir do levantamento realizado nos portais da *internet*, apresenta as análises em volta do *Movimento pelo Passe Livre*, as quais reafirmam a discussão teórica já realizada neste trabalho. Organizadas por relevância de cunho político, ideológicas, sociais, culturais e econômicas, as análises que colocam o *MPL* como centro das atenções em várias questões, desde a convocação às ruas até mesmo como responsável pelos atos de violência, ainda possibilitam verificar o sentido dado à questão do direito ao transporte; o direito à cidade; a disputa entre Estado e sociedade; a prevalência dos interesses privados; a significância de um movimento social organizado, seguido do abandono das ruas; a pluralidade de pautas; a falta de consensos entre grupos; a violência dentro das manifestações; a disputa partidária; o apartidarismo; e a vitória das ruas obtida através da redução das tarifas de transporte público.

No que concerne ao *MPL*, as notícias apresentam divergência latente nas ruas, que se estenderam por grande parte das manifestações. A dúvida em definir se as manifestações de rua pertenciam à direita ou à esquerda não somente contribuíram para adesão de partes específicas da população, como também de repúdio a essas organizações. Nesse sentido, as ruas tornaram-se palco de um impasse entre o movimento que chamou as manifestações, no caso o *MPL*, e os demais grupos que lá se apresentavam de fato, colocando assim uma clara disputa ideológica, partidária e política no âmbito das manifestações. As análises ainda apontam o cenário no qual o *MPL* emerge, suas raízes históricas, seu caráter classista, e seu sentido ideológico na busca por um direito social que atenda aos interesses da classe trabalhadora e não mais à iniciativa

privada, apresentando assim alternativas ao Estado para sanar a problemática do acesso gratuito ao transporte público, deixando claro na defesa de quem o movimento social estava.

Um segundo ponto de disputa, que centraliza o *MPL* no debate, são as condições das manifestações. Se, por um lado, grupos invadiam as ruas acreditando que a depredação não era uma forma de violência. Por outro, o Estado solicitava cada vez mais manifestações de cunho pacífico, sem possibilitar o trancamento de ruas, dando, assim, o direito de ir e vir daqueles que assim quisessem. Seriam as manifestações sem violência, sem “baderneiros”, sem protesto.

O terceiro conflito, que coaduna com o primeiro apresentado, expõe, em parte, algo já debatido durante este trabalho. A conflitualidade de pautas e a multiculturalidade presente nas manifestações apresentam um enredo que não deixa claro a que veio. Alvo de uma pluralidade sem igual, as manifestações de junho ganham uma imagem, na qual lutas, bandeiras e ideologias se misturam com a desorganização das manifestações. Exacerbada por aqueles que pouco compreendiam por que de fato estavam ali, as ruas ganharam um sentido, muitas vezes, individual, tornando-se a participação nas manifestações uma realização pessoal. Esses mesmos manifestantes não estiveram presentes em momentos marcantes das manifestações de rua, como os ocorridos nas décadas de 1980 e 1990. Assim sendo, as manifestações de junho de 2013 surgiam como algo novo, não vivenciado ainda, em que a simples presença já é considerada um “grande ato”. Nesse entremeio, pautas conservadoras e claramente sem discussão ou demanda política ideológica formada por base tomam corpo e também se posicionam e se manifestam, sem defender esquerda ou direita, colocando-se, no entanto, muitas vezes como *neutra* diante do cenário político.

Ponto relevante, ainda apresentado nas análises que envolvem o *MPL*, refere-se aos problemas enfrentados por trás da negação do acesso à tarifa zero, sendo este considerado um impeditivo para o livre deslocamento e o real direito à cidade, como já apontando no capítulo um deste trabalho. Além disso, as análises destacam o ponto de vista com o qual Peschanski (2013) e *MPL-SP* (2013) coadunam, colocando o transporte como necessário, partindo de uma visão ecossustentável, envolvendo, assim, as políticas de saúde e de meio ambiente. Além disso, adentra o campo dos direitos sociais, colocando o transporte como meio que possibilita o acesso a demais direitos, sendo que sua negação logo vem a negar e a impedir o acesso do cidadão a outras políticas sociais, como a concretização do direito à cidade.

**Quadro 1** – Análise das notícias envolvendo o termo “*MPL*” entre 06 de junho e 06 de agosto de 2013

Título / Data	Relevância	Portal (Autor)	Conteúdo da Matéria	Ideias-Chave
1- <i>MPL</i> encerra protesto, reforça origem de esquerda e diz que não é antipartidário 21/6	Política e ideológica	IG (IG São Paulo)	<p>“Movimento Passe Livre publicou nota em que reforça que não convocará mais protestos e reforça sua posição ideológica de esquerda”</p> <p>“os atos agora têm caráter de direita”</p> <p>“A gente foi apoiado pela direita, pela mídia e eu parei de ir para a rua”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>MPL</i> se autocaracteriza como um movimento social de esquerda;</li> <li>• <i>MPL</i> critica as manifestações como sendo de direita, por isso não mais as integrará;</li> <li>• Existe uma divergência entre os grupos que se encontram nas ruas, transformando-os em grupos que se confrontam ideologicamente;</li> <li>• As manifestações apresentam além da disputa ideológica, uma disputa política partidária, a qual resulta como conflituosa em meio às manifestações.</li> </ul>
2-SP: Haddad aparece de surpresa em reunião entre governo e <i>MPL</i> 17/6	Político, ideológico e cultural.	Terra	<p>“o secretário de Segurança Pública do Estado, Fernando Grella Vieira, garantiu que a Polícia Militar não fará uso de armas para o disparo de balas de borracha para reprimir eventuais distúrbios na manifestação marcada para o largo da Batata”.</p> <p>“Manifestantes e policiais entraram em confronto em diferentes ocasiões e ruas do centro</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromisso do governo estadual de São Paulo de não recorrer à violência contra os manifestantes;</li> <li>• O confronto entre policiais e manifestantes foi violento, deslegitimando o compromisso do governo;</li> <li>• O Estado colocou-se como vítima da</li> </ul>

			<p>se transformaram em cenários de guerra. Enquanto policiais usavam bombas e tiros de bala de borracha, manifestantes respondiam com pedras e rojões.”</p> <p>“Os manifestantes alegam que reagem à repressão opressiva da polícia, que age de maneira truculenta para tentar conter ou dispersar os protestos.”</p> <p>“As agressões da polícia repercutiram negativamente na imprensa e também nas redes sociais. Vítimas e testemunhas da ação violenta <u>divulgaram relatos, fotografias e vídeos</u> na internet.”</p>	<p>violência dos manifestantes;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aponta as redes sociais como de fundamental importância no adensamento das pessoas às ruas, e também como meio que possibilitou o incentivo da violência nas ruas.</li> </ul>
<p>3-MPL: um raio-x do movimento que está parando São Paulo</p> <p>13/6</p>	<p>Ideológico e Social</p>	<p>R7 Notícias (R7)</p>	<p>“O governador Geraldo Alckmin condenou os manifestantes, enquanto prefeito Fernando Haddad prometeu diálogo, que até agora não aconteceu.”</p> <p>“O <i>MPL</i> tem como principal bandeira a mudança do sistema de transporte das cidades da iniciativa privada para um modelo público, ‘garantindo o acesso universal através do passe livre para todas as camadas da população’.”</p> <p>“o <i>MPL</i> ressalta que suas manifestações são pacíficas e que o grupo é</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divergência de condução entre o governo estadual e municipal em relação ao movimento;</li> <li>• Governo municipal de São Paulo se compromete com o diálogo, o qual não ocorreu;</li> <li>• Governo estadual condenou as manifestações;</li> <li>• <i>MPL</i> coloca-se como um movimento classista, na busca por um direito social que atenda</li> </ul>

			contra qualquer tipo de violência.”	aos interesses da classe trabalhadora e não mais a iniciativa privada.
4-Em reunião com líderes do <i>MPL</i> , Polícia Militar define estratégias para manifestação desta segunda 17/6	Ideológica	Governo do Estado de São Paulo (Governo do Estado de SP)	“O objetivo foi garantir que os manifestantes exerçam seu direito de protestar e minimizar os efeitos nos deslocamentos dos cidadãos que trabalham, estudam e moram na região.” “Ainda ficou definido que a Polícia Militar não usará balas de borracha. Apenas para casos pontuais de violência e depredação, a polícia terá um efetivo à disposição com gás e spray de pimenta para agir.”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As manifestações devem permanecer somente de modo pacífico;</li> <li>• O governo de São Paulo deixou claro que fará uso, se necessário, da ação de instrumentos para coibir qualquer ato de depredação, ou que venha a extrapolar o sentido da ordem dentro da cidade.</li> </ul>
5-Prefeito de São José descarta reduzir tarifa e <i>MPL</i> promete mais protestos 26/6	Política, Social e Econômica	G1 (G1 Vale do Paraíba e Região)	“não vou tirar recurso da saúde, da educação, para dar para as empresas de ônibus.” “A única coisa que a gente pede é que a manifestação seja feita de forma pacífica, sem prejudicar a população, que muitas vezes está trabalhando, está se deslocando para a sua casa. É plenamente possível manifestar a sua opinião sem interromper, por exemplo, vias públicas.”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impossibilidade de avanços da política de transporte público;</li> <li>• Necessidade de manifestações que não venham perturbar a ordem pré-estabelecida.</li> </ul>
6- <i>MPL</i> volta às ruas em ato contra os desvios no Metrô de São Paulo 31/7	Política, Social e Econômica	IG (Ricardo Galhardo)	“O foco do protesto são as denúncias de pagamento de propinas a políticos e formação de cartel em obras milionárias do Metrô durante os governos do PSDB.”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expõe a prevalência dos interesses privados em detrimento de uma possibilidade de tarifa zero ao transporte público paulistano.</li> </ul>

			<p>“não será uma manifestação contra o governo Geraldo Alckmin (PSDB), mas de denúncia em relação aos interesses financeiros que movem a política de transportes em São Paulo.”</p>	
<p>7-Sem <i>MPL</i>, passeata na Paulista termina em festa e bate-boca 21/6</p>	<p>Políticas e Ideológicas</p>	<p>IG (Wanderley Preite Sobrinho)</p>	<p>“diz ele [manifestante] [...] ‘o que eu vi acontecendo pela TV aumentou meu patriotismo e vim até aqui hoje.’”</p> <p>“Sem os estudantes do <i>MPL</i>, a multidão interpretava à sua maneira o apartidarismo defendido pelo grupo e tratava de expulsar os militantes de esquerda que seguravam bandeiras de partidos políticos.”</p> <p>“Quem não estava brigando protestava contra Renan Calheiros, pedia a redução da maioria penal e a <u>renúncia do deputado Marco Feliciano</u>. Tudo envolto a balões, música e carrinhos de pipoca.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflitualidade de pautas e a multiculturalidade das ruas;</li> <li>• As ruas ganham um sentido individualizante, tornando-se um ato de realização pessoal.</li> </ul>
<p>8-Transporte público ruim afeta saúde, educação e cultura da população, dizem especialistas 06/07</p>	<p>Social</p>	<p>EBC (Pedro Peduzzi)</p>	<p>“a mobilidade urbana está diretamente relacionada à qualidade de vida, além de ser um dos maiores causadores de estresse da vida das pessoas.”</p> <p>“além de ser a única forma de as pessoas terem acesso à cidade, o transporte público</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Negar a tarifa zero é negar o livre deslocamento e o real direito à cidade, impossibilitando o acesso aos demais direitos sociais;</li> <li>• O transporte público pensado a partir de</li> </ul>

			<p>beneficia áreas vitais como saúde e educação.”</p> <p>“A mobilidade bloqueia inclusive a vida social do cidadão de baixa renda, que fica sem acesso a entretenimento, cultura e lazer. Esses são privilégios das pessoas motorizadas.”</p> <p>“trás das manifestações iniciadas pelo <i>MPL</i> está o descrédito nas políticas públicas e a falta de respostas à sociedade, sobre os diversos serviços públicos prestados a ela.”</p>	<p>uma visão ecossustentável, envolvendo as políticas de saúde e meio ambiente.</p>
<p>9-Não era carnaval, eram blocos</p> <p>19/6</p>	Ideológica	RBA (Gisele Brito)	<p>“O <i>MPL</i> insiste em uma pauta única.”</p> <p>“A tomada da Paulista, de maneira pacífica, sem interferência da polícia, colocou os manifestantes em delírio. Muitos dançavam e fotografavam em poses a conquista. As cores predominantes eram o verde e amarelo das roupas e rostos pintados.”</p> <p>“O clima de festa revoltou muita gente”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Confronto entre <i>MPL</i> e demais grupos que visualizam na magnitude das manifestações o momento certo para demais reivindicações, como, por exemplo, contra a corrupção, ou contra projetos como a “Cura Gay”.</li> <li>• Pautas conservadoras também chegaram às ruas.</li> </ul>

Fonte: produção do próprio autor.

## 4.2 Mídia Ninja

Até junho de 2013, poucos tinham ouvido falar neles. A *Mídia Ninja*, sigla que significa “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”, entrou em cena nas manifestações de junho de 2013 a partir do momento que seus vídeos começaram a tornarem-se famosos nas redes de *internet*, principalmente, através do canal *You Tube*. Conhecidos pelas postagens das notícias em tempo real, e surgindo como um contraponto à mídia tradicional, a *Mídia Ninja* ainda se

apresenta como um objeto carente de estudos, deveras também porque ainda é muito recente, iniciado em junho de 2011, por meio do Pós-TV, um grupo de mídia digital ligado ao grupo Fora do Eixo. O mesmo grupo, em uma cartilha formulada para disseminação e explicação de suas ideias, informa:

Pós TV é um projeto colaborativo que surgiu a partir de manifestações populares com o desejo de ecoar pensamentos e ações. É uma plataforma midiativista de transmissão ao vivo que em 2013 ganha ainda mais força com adesão de dezenas de novos parceiros. Aliada ao Grito Rock, a plataforma atua em conexão com os pontos produtores em cada cidade, transmitindo ao vivo via internet os shows e demais ações locais. (FORA DO EIXO, 2013, p.3).

Não se limitando ao mundo cultural, o grupo *Mídia Ninja*, pertencente ao Pós-TV, conecta-se através de vários canais ao vivo, como *Facebook*, *Twitter*, *Flickr*, *Tumblr* e *Instagram* na divulgação das ações, matérias e notícias. Contudo, como já colocado, foi com as manifestações políticas de junho de 2013 que a *Mídia Ninja* conseguiu projeção internacional, chegando às páginas do *Washington Post*, *New York Times*, *Le Monde* e a rede árabe de tevê *Al Jazeera*. “Nas manifestações que tomaram as ruas de várias capitais, ganhou maior visibilidade e chegou a picos de audiência de 120 mil espectadores. O que significa uma marca de 1,2 dos ibopes oficiais – e não é pouco, pois muitos programas da TV aberta não o atingem.” (LORENZOTTI, 2013).

A ideia principal é que as pessoas ajam como jornalistas e guerrilheiros ao mesmo tempo, colocando-se dentro das notícias, da origem delas, desfocando então do sentido de uma reportagem realizada pelo modelo da mídia tradicional. Nesse âmbito, busca-se a contribuição de um jornalismo independente para a construção de uma rede internacional de notícias (BLUMEN, 2013).

Pira, um dos membros do *Ninja*, em entrevista a Ronaldo Bressane, destacou que o ativismo e a comunicação são pontos que se tornaram inseparáveis, “por isso entramos em lugares que a mídia convencional não vai. Damos voz direta aos personagens, sem intermediários.” (PIRA, 2013, [p?]).

Krieger (2013) destaca que o grupo chamou a atenção porque as pessoas que acompanhavam as manifestações de fora das ruas estavam esperando uma cobertura mais próxima do real, pois existia uma demanda muito grande por uma cobertura que viesse por outro viés, e a *Mídia Ninja* conseguiu captar isso. Torturra, ao falar à Krieger, destaca: "acho que a mídia [tradicional] não soube ler rápido o que estava acontecendo nas redes e nas ruas, e

estávamos sempre presentes nos protestos, transmitindo tudo ao vivo, fotografando e dando o ponto de vista dos manifestantes.” (KRIEGER, 2013, [p?]).

Entre os objetivos da Mídia Ninja, Bruno Torturra lista o alcance da informação para parcelas mais amplas da população brasileira. "Queremos democratizar a produção de informação e, com isso, informar melhor as pessoas para que tenhamos uma democracia cada vez mais sólida, justa, integrada e próxima dos fatos. Acho que o próprio jornalismo tem de ser repensado e atualizado", afirma o líder dos ninjas, que aponta para a concentração dos meios de comunicação brasileiros nas mãos de "pouquíssimas pessoas, grupos e famílias". (KRIEGER, 2013, [p?]).

De fato, o que ocorre é uma centralização histórica da opinião pública no Brasil, focada nos meios de comunicação tradicionais, os quais sofrem diretamente a influência de políticos e seus partidos. A *Mídia Ninja* emerge também como um ponto fora da curva do jornalismo tradicional, buscando um olhar supostamente isento, com os personagens reais que delineiam a própria matéria jornalística (MAZOTTE, 2013).

“Nunca houve preocupação com a propriedade cruzada dos meios de comunicação no Brasil. São poucas grandes empresas, é um sistema de redes que nunca foi controlado pelo poder público, e pouquíssimos grupos têm afiliações regionais e locais. Uma terceira característica é que, se formos ver como de fato esses grupos [de comunicação] funcionam, boa parte deles têm algum tipo de vínculo com políticos no exercício do mandato. Eu tenho começado a falar numa situação de corrupção histórica e sistemática da opinião pública brasileira por causa desse tipo de situação", explica. (KRIEGER, 2013, [p.?).

O grupo esteve presente nos lugares em que a grande mídia tradicional não conseguia chegar. Foram as repercussões dos seus flagrantes que deram o sentido necessário para uma onda de insatisfação generalizada, em que militares e civis se enfrentavam de forma desproporcional. Para Gabeira (2013), grande parte das notícias ficou a cargo mesmo da mídia tradicional. O que as redes sociais, incluindo a *Mídia Ninja*, fizeram foi uma metabolização dos escândalos e dos deslizes registrados nos veículos de comunicação, como as redes de tevê e jornais impressos. Segundo ele, a grande imprensa está atenta ao que acontece nas redes sociais, sendo esta apenas uma fonte de informação (GABEIRA, 2013).

"Eu acho que [a Mídia Ninja] vem preencher uma lacuna, sobretudo porque recupera essa reportagem de rua, essa ênfase no que está acontecendo neste momento e ao vivo", exemplifica. "Isso tudo é importante porque é uma forma de documentar a realidade e, ao mesmo tempo, de denunciar principalmente certas violências que não são frequentemente objeto de cobertura da mídia tradicional, e então entram muito periféricamente porque a mídia tradicional fica muito refém das fontes oficiais e das assessorias de imprensa, exatamente

porque não está na rua como deveria estar", avalia Moretzsohn. (KRIEGER, 2013, [p.?]).

Mazotte (2013) coloca que esse tipo de narrativa utilizado pela *Mídia Ninja* rompe com os paradigmas clássicos do jornalismo, ao mesmo passo que retoma sua principal função, que é a informação. Torturra à Mazotte coloca que “nosso principal objetivo é retomar para a causa do jornalismo e da comunicação seu papel ativista de servir como olho público e fornecer informações cada vez mais qualificadas para defender a democracia”. (MAZOTTE, 2013, [p.?]). Diniz (2013) informa que a *Mídia Ninja* passou a simbolizar uma forma individual de colher e transmitir informações, notícia em estado bruto, sem passar pela cosmética da edição. Assim, a *Mídia Ninja* torna-se também um jornalismo ativista, militante, capaz de romper o conformismo e a subserviência dos meios tradicionais.

Na pororoca entre o jornalismo tradicional e o que está em construção, a NINJA segue crescendo. Rafael Vilela, membro do coletivo que conseguiu - graças a colaborações espontâneas, segundo ele - ir ao Egito cobrir as manifestações, considera a NINJA um incentivo para quem busca novos caminhos dentro do jornalismo. “Hoje nossos conteúdos tem um enorme potencial de repercussão. A coisa mais importante que o Ninja conseguiu foi dar visibilidade a uma outra via para o jornalismo que não a das grandes redações, e isso é um estímulo para as pessoas buscarem outras formas de viver do jornalismo. Eu já estou há dois anos vivendo disso”, declara. (MAZOTTE, 2013, [p.?]).

Para a professora Ivana Bentes, esse tipo de engajamento que coloca o ponto de vista do manifestante como ponto central é o que leva riqueza ao grupo *Mídia Ninja*, sendo que o grupo ganha destaque por trabalhar com um viés ligado à emoção, ao desejo, à participação social, diferentemente dos grupos corporativistas que apresentam uma ideia pobre de jornalismo (MAZOTTE, 2013). Diniz (2013) ainda aponta que, assim como ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, com a imprensa alternativa em meio ao período ditatorial, os *Ninjas* podem trazer uma nova cara ao processo jornalístico, o qual na última década tem-se preocupado mais com a sua sobrevivência do que propriamente com a notícia. Saltando da clandestinidade para as primeiras páginas dos jornais, como centro de matéria, os *Ninjas*, que se consideram pós-jornalistas, emergem como um fenômeno que tira a imprensa do seu comodismo, de suas convenções e de suas rotinas (DINIZ, 2013). Eles possuem o poder de mexer com as estruturas de um dos poderes mais seguros do País, o qual sempre foi central nas decisões mais importantes da nação. A *Mídia Ninja* ainda “pode ser visto como o ‘jornalismo-cidadão’ sonhado a partir das novas

tecnologias ou como ‘jornalismo marginal’, herdeiro direto dos quatro séculos de inconformismo da imprensa histórica.” (DINIZ, 2013, [p.?).

Para Morales, Souza e Rocha (2013), o *Mídia Ninja* ainda adentra outro campo inexplorado pela imprensa tradicional, levando o mesmo grupo a um dos destaques das manifestações políticas de junho de 2013.

“Mídia Ninja” deu sua parcela de contribuição e muito destaque ao fotojornalismo. As fotos ajudaram a contar a história do que estava acontecendo no país. O texto, muitas vezes, complementava a fotografia, invertendo uma tendência histórica do papel da foto. As imagens disponibilizadas na página tinham valor e foram amplamente compartilhadas. (MORALES; SOUZA; ROCHA, 2013, p. 10).

A beleza das fotos publicadas durante os meses de junho e julho na página da *Mídia Ninja* retratava outro movimento na rua, um movimento que ia de encontro ao que o noticiário tradicional apresentava. Valendo-se da dramaticidade dos atos em meio às manifestações e obtendo planos de fotografia muito diferentes daqueles obtidos nas grandes distâncias de helicópteros e em cima de arranha-céus, as fotos traduziam o contexto vivido pelos próprios manifestantes, fazendo com que cada momento se tornasse uma arte a ser publicada e compartilhada (MORALES; SOUZA; ROCHA, 2013). Foi nesse sentido que a *Mídia Ninja* não somente ganhou adeptos como possibilitou outras fontes de informação e comunicação, contrapondo-se à mídia hegemônica. Era o *ciberativismo* se fazendo pelas mãos de jornalistas que não se consideram como partes transmissoras apenas de notícias, mas como parte da notícia. Exemplo disso foi o ocorrido com um dos integrantes do próprio grupo, quando preso em meio a um protesto no Rio de Janeiro. A cena, transmitida pelo próprio ativista ao vivo, levou manifestantes à porta da delegacia pedindo sua liberdade.

Assim, a *Mídia Ninja* apresenta-se como mais um instrumento que traz relevância às manifestações de junho, como se utiliza delas para sua ascensão e visibilidade. Era o poder das ruas produzindo imagens e sendo reproduzido, curtido, compartilhado, pelas mãos, câmeras, *smartphones*, ou qualquer outro dispositivo pronto a pegar o ângulo mais preciso para ser o mais democraticamente noticiado. Diniz (2013) complementa que “cada repórter-ninja tem um perfil de atuação, mas todos têm o mesmo objetivo: quebrar a narrativa uníssona da grande imprensa usando a própria mídia como arma. A cobertura engajada é a principal marca do grupo, que participa ativamente dos fatos que mostra.” (DINIZ, 2013, [p?]).

O **quadro 2**, a seguir, elaborado a partir do levantamento realizado nos portais da *internet*, apresenta as análises que envolveram o grupo *Mídia Ninja*, as quais dão concretude ao trabalho até aqui exposto. Fundando-se em questões políticas, ideológicas e culturais, a discussão acerca da *Mídia Ninja* traz à tona a possibilidade de reflexão sobre as redes sociais, as tecnologias de informação e comunicação; a democratização dos meios de comunicação; o monopólio da comunicação; a mídia tradicional e a mídia alternativa; o jornalismo-ativista; e a aversão à mídia conservadora, sendo esta revelada através da violência.

As matérias situam-se no campo do confronto entre a mídia tradicional e as mídias independentes, que emergem com uma nova dinâmica em sua composição, atuando, neste caso, no jornalismo-ativista. Elas apontam traços à inoperância dada pela mídia tradicional aos processos de democratização da informação, bem como à liberdade de imprensa. Suas fugas para o campo da condenação das manifestações não somente foram claras, durante boa partes dos atos, como também se tornaram motivos de ojeriza aos âncoras de rua, chegando a casos de violência, por parte dos manifestantes. As notícias ainda colocam em foco o sentido das mídias independentes como produto a ser reconhecido, amparado pela disseminação e proliferação de notícias via redes sociais.

Nesse âmbito, o que se apresenta é a disputa de poder que vem sendo colocada em questão. A acessibilidade por novos meios de comunicação e o posicionamento por quem vive a notícia soam como uma ameaça à mídia tradicional conservadora.

Destacam-se ainda os sucessivos ataques realizados pela mídia conservadora impressa e televisiva às manifestações. Alvos iniciais também das ruas, em virtude de seus posicionamentos, a mídia tradicional adere às pautas que emergem para além dos R\$ 0,20, tentando demonstrar os sentidos positivos da ida às ruas. A influência dos meios de comunicação nas decisões políticas do País não é uma novidade. Entretanto, o debate público sobre o papel da mídia e as condições postas por essa democratização de informação é restrito ainda, colocando a comunicação, para algumas análises, como um quarto poder, que decide, incita e omite questões de extrema relevância para a sociedade civil.

**Quadro 2** – Análise das notícias envolvendo o termo “Mídia Ninja” entre 6 de junho e 6 de agosto de 2013

<b>Título / Data</b>	<b>Relevância</b>	<b>Portal (Autor)</b>	<b>Conteúdo da Matéria</b>	<b>Ideias-Chave</b>
1-‘O Globo’ e o jornalismo do Mídia Ninja	Política	Observatório da Imprensa	“a discussão era sobre como podemos (e devemos) disputar o	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Confronto entre a mídia tradicional, e as mídias independentes;</li> </ul>

6/8		(Cátia Guimarães)	<p>Estado, demandar o público, aquilo que é de todos, para as causas e iniciativas populares, impedindo, portanto, que ele seja inteiramente colonizado pelos interesses privados hegemônicos, características dos governos que todos que fomos às ruas temos denunciado. Mas era algo ainda mais sofisticado: o impasse estava em como fazer isso sem perder a necessária autonomia.”</p> <p>“O que o trabalho jornalístico de grupos como a Mídia Ninja trouxe de novo foi a flagrante diferença entre objetividade e neutralidade.”</p> <p>“A narrativa Ninja, [...], além de interferir diretamente na condução política dos fatos pós-manifestações em contextos como o do Rio de Janeiro, pode contribuir também para redefinir o que é jornalismo.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionamento sobre financiamento e cooptação das mídias independentes.</li> <li>• Jornalismo-ativista.</li> </ul>
2- Manifestantes criticam PM do RJ por prisão de integrante do Mídia Ninja 23/7	Política	Jornal da Globo (Paulo Renato Soares)	“Horas depois, a polícia liberou alguns manifestantes. Entre eles, está Filipe Peçanha, conhecido como carioca. Ele é integrante da Mídia Ninja, grupo que tem se dedicado a transmitir as manifestações, ao vivo, pela <i>internet</i> . Peçanha conversou com um	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restrição de liberdade de imprensa.</li> </ul>

			repórter da GloboNews e disse que não sabia por que tinha sido preso.”	
3-Que Ninja é esse? 24/7	Política e Ideológica	Jornal do Brasil (Jandira Feghali)	<p>“Sua ação se inicia por coletivos de mídia independente do País que ampliam o debate sobre a exposição das notícias, a forma de retratação sem tendência, onde a câmera do celular de última geração é um gigante na luta pela democratização da informação.”</p> <p>“À primeira vista, os Ninjas podem parecer órfãos, mas possuem parceiros importantes nesta empreitada. Somos nós, a sociedade civil e todos aqueles que compreendem que a liberdade de ter um rosto à mostra e portar uma câmera na mão é a garantia de um País democrático também.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Democratização da informação, e liberdade de imprensa, através das mídias independentes.</li> </ul>
4-Coletivo Mídia Ninja usa 4G para transmitir manifestações 17/7	Cultural e Ideológica	Exame (Fernando Paiva)	<p>“Os próprios manifestantes tornam-se repórteres, fotografando e filmando com seus celulares, gerando um farto material audiovisual que complementa e, eventualmente, até desmente a versão da mídia tradicional ou as declarações de governantes.”</p> <p>“uma reportagem improvisada, espontânea, sem limitação de tempo, sem</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redes sociais como instrumento de mobilização e democratização das informações.</li> </ul>

			<i>break</i> comercial, com independência editorial e filmada de dentro dos protestos, afinal, o ninja é também um manifestante.”	
5-Movimentos de comunicação marcam ato na sede da Rede Globo em São Paulo 26/6	Política	RBA (Gisele Brito)	<p>“os jornais <i>Folha de S. Paulo</i>, <i>O Estado de S. Paulo</i>, a revista <i>Veja</i> e a própria <i>Globo</i>, por meio de editoriais, incentivaram o uso da violência para reprimir os manifestantes. Mas em seguida passaram a colaborar para dispersar a pauta de reivindicações que originaram a onda de protestos, ao incentivar a adoção de bandeiras exteriores à proposta do <i>MPL</i>.”</p> <p>“A gente tem que achar os 20 centavos da comunicação. Achar uma pauta concreta que obrigue o governo federal a tomar uma decisão à esquerda e não mais uma decisão de conciliação com o poder midiático que sempre moveu o poder nesse país.”</p> <p>“Nós temos um ministro que é advogado das empresas de comunicação do ponto de vista do enfrentamento do debate público.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A mídia como quarto poder;</li> <li>• A contradição da mídia conservadora na adesão das pautas das ruas;</li> <li>• A influência dos meios de comunicação.</li> </ul>
6-Protestos toma conta da TV: carro da Record é	Política e Ideológica	Uol (Uol)	“Se ontem apenas a Rede Globo foi hostilizada, hoje as agressões aumentaram para todos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Violência aos jornalistas, representantes dos monopólios da comunicação.</li> </ul>

queimado em SP 18/6			os veículos. Palavras de ordem contra <i>Globo</i> , <i>Record</i> e <i>Band</i> foram feitas, além de xingamentos à revista <i>Veja</i> .”	
7-Reação à overdose de violência policial sai das redes e ocupa as ruas 17/6	Política e Ideológica	RBA (Redação)	<p>“Agora ilhas de comunicação cercadas de <i>internet</i> por todos os lados, até os tradicionais veículos da mídia comercial sucumbiram ao que têm chamado de reação de “indignação” da população.”</p> <p>“uma repórter da <i>Globo News</i> disse diante da câmera “é um prazer mostrar isso pra vocês...””</p> <p>“Para os comentaristas da imprensa tradicional, a manifestação “acéfala” – como disse um deles, referindo-se à ausência de lideranças tradicionais – é a mais pura expressão de revolta da população contra a “classe política”, e não mais apenas contra os aumentos das passagens ou a selvageria policial.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração do discurso da mídia tradicional em relação às manifestações.</li> </ul>

Fonte: produção do próprio autor.

#### 4.3 Anonymous

As máscaras não chegaram por acaso nas ruas, elas são reflexo do coletivo *Anonymous*, grupo que busca a liberdade *online* e incentiva as pessoas a lutarem por questões amplas, de cunho coletivo. O *Anonymous* ganhou destaque no Brasil durante as manifestações de junho de 2013

atuando principalmente na convocação de pessoas às ruas, mas também na invasão de páginas governamentais e de empresas de comunicação, como das organizações Globo.

Nascido em salas de bate-papo populares dos Estados Unidos, que possibilitavam o uso do anonimato para comunicação, o coletivo passou de uma fase inicial, com objetivos poucos definidos, até a fase que conhecemos hoje, atuando em diversos campos, inclusive na defesa dos direitos humanos.

Originalmente, os primeiros registros da rede remontam ao 4Chan, um fórum de imagens muito popular nos Estados Unidos cuja característica principal (ou uma delas) é o anonimato. Àquele momento, os Anonymous se pautavam pelo princípio do *lulz*, uma corruptela de “LOL” (*laughing out loud*, ou rindo em voz alta, em tradução literal), e suas ações mais frequentes estavam associadas ao *trolling* – chacota, provocação, desestabilização da ordem, valendo-se de muito humor, sobre determinada pessoa ou organização. No 4Chan, essas ações eram coordenadas para que se aplicassem trotes telefônicos, muitos pedidos de pizzas para a casa de certo “alvo”, revelação de informações pessoais destes alvos, ataques DDoS, entre outros. (MACHADO, 2012, p. 4).

Porém, foi com um episódio envolvendo o ator Tom Cruise e a Igreja da Cientologia que o *Anonymous* ganhou visibilidade mundial, assim como angariou mais pessoas para suas ações e propostas.

A Igreja produziu um vídeo, originalmente destinado apenas a seu público interno, em que o ator Tom Cruise louvava a doutrina praticada pela instituição. Ocorre que o vídeo vazou, tendo sido publicado por inúmeros sites e blogs. A Igreja, por sua vez, tentou barrar a circulação desse conteúdo ameaçando aqueles que o haviam publicado com ações na justiça por violações de direito autoral. Diante disso, os Anonymous orquestraram uma imensa onda de trolling contra a Igreja da Cientologia em janeiro de 2008. Foram inúmeros posts em sites, blogs e redes sociais chamando a atenção para o fato de que a instituição estava adotando práticas que feriam a liberdade de expressão. Também se praticaram ataques DDoS contra sites da Igreja. Mas talvez o principal conteúdo produzido pelo grupo tenha sido um vídeo (prática que se tornaria corriqueira nas próximas ações dos Anonymous) declarando guerra contra a instituição. Rapidamente, o vídeo ganhou circulação em escala global e, em 10 fevereiro daquele ano, os participantes decidiram ir às ruas: mais de sete mil pessoas saíram em protesto, sobretudo em frente às sedes da Igreja na América do Norte, Europa e Austrália. Os manifestantes, já naquele momento, passaram a usar a máscara que imita o rosto de Guy Fawkes (MACHADO, 2012, p. 4-5).

É a partir desse momento que o *Anonymous* começa a inserir-se principalmente nas bandeiras ligadas à defesa de liberdade na *internet*, em que tudo possa ser produzido e visualizado por quem quer que seja, tornando-se um movimento político disperso e com

inserção em todas as partes do mundo (SAVAZONI; MACHADO; SILVEIRA, 2012). Antes disso, o *Anonymous* configura-se ainda como uma ideia, um modo de ação, uma forma específica de fazer protesto e se fazer presente. Assim, não entra no campo formal dos movimentos sociais, mas apresenta um caráter diversificado, heterogêneo e difuso que tanto pode atuar conjuntamente com vários ativistas espalhados pelo mundo em prol da mesma causa, como pode atuar em ações localizadas, momentâneas, particulares de uma região, a depender dos ativistas e das localidades onde estão inseridos. (SAVAZONI; MACHADO; SILVEIRA, 2012). Nesse sentido, os autores ainda apontam que *Anonymous* seria apenas uma forma sob a qual *hackers*, artistas, pensadores, ou quaisquer outras pessoas agem de modo coletivo, sem se identificar. Então, poderia ser toda e qualquer pessoa que tenha disposição em adotar os preceitos básicos do coletivo, por exemplo, a defesa intransigente pela liberdade de informação (SAVAZONI; MACHADO; SILVEIRA, 2012).

Savazoni, Machado e Silveira (2012) apontam para outro tipo de manifestação política que tem ocorrido desde os meados dos anos de 1990. Para eles, o termo “*hacktivism*”, entendido por alguns como desobediência civil, protesto, ou, ainda, *cibercrime*, emergiu com o fenômeno de acesso à *internet*, principalmente, a partir de 1998, dando uma dimensão gigantesca ao termo, que nem sempre conota esses sentidos. De acordo com Savazoni, Machado e Silveira (2012), utilizando-se dos estudos realizados por Manion e Goodrum (2000):

[...] os hacktivistas configuram-se como uma “nova espécie de hacker”: não apenas peritos em computação, mas indivíduos motivados por preocupações éticas e que creem que seus atos devem ser considerados um uma forma legítima de desobediência civil. Para tanto, consideram os autores, um ato hacktivista deve apresentar condições necessárias de justificação moral: (1) não causar dano a pessoas ou propriedades; (2) não ser violento; (3) não visar ao lucro pessoal; (4) ter uma motivação ética, isto é, a convicção de que a lei, norma ou conduta contra a qual se protesta é injusta; e (5) ter, por parte dos agentes, uma vontade de assumir as responsabilidades para eventuais consequências. (SAVAZONI; MACHADO; SILVEIRA, 2012, p. 4).

Para Machado (2012), desde 2008, o grupo *Anonymous* apresenta ligação ao *hackativismo* internacional, realizando, assim, protestos e ações para promover acesso livre à *internet*, como meio democrático de comunicação. Para o autor, esse é o desejo inconfesso de muitos cidadãos: abrir as cortinas de sociedades que mantêm intactos os interesses do poder. Mas as composições desses coletivos estão para além da presença de somente grandes especialistas das áreas de tecnologia da informação ou apenas do interesse particular em participar do coletivo. Conta ainda com pessoas sem competência técnica que o fazem crescer,

sendo então aberto a qualquer um que queria tornar-se um *Anonymous* e que compartilhe das suas causas.

De acordo com Gregg Housh [porta-voz não oficial do grupo], basta que o indivíduo envie um *e-mail* anônimo, escrito: “eu consinto que usem meu computador” e alguém do grupo se conecta ao computador dele, liga-o ao de outros que também consentiram, e usa esta força coletiva para protestos e ataques de negação de serviço (DDoS). Além disso, mesmo sem consentimento, essas redes zumbis podem ser criadas quando usuários acessam *links* com códigos maliciosos. A partir daí, o grupo passa a controlar remotamente essas máquinas. (MACHADO, 2012, [p?]).

Nesse sentido, o coletivo *Anonymous* não só se tornou uma referência quando o assunto é o *hackativismo*, como apontou para novas concepções e maneiras de realizar mobilizações sociais, principalmente, com o uso da *internet*. Cabe destacar que desde sua criação, antes mesmo do episódio da cientologia, o grupo já tinha ganhado destaque pela ação que realizou, auxiliando a prisão de um chamado “predador sexual”, sendo conotado, na época, como um grupo de *ciber-vigilantes*.

Após o episódio da cientologia, o grupo adentrou os campos da liberdade de expressão e comunicação na *internet*. Assim, defenderam e estiveram presentes em momentos-chave da política internacional. Em 2009, em conjunto com o *The Pirate Bay*, o *Anonymous* criou uma página na *internet* em favor do Movimento Verde no Irã. A partir de 2010, páginas como *Amazon*, *Paypal*, *Mastercard*, *Visa* e do banco suíço, *Post Finance*, foram retiradas do ar em apoio ao site *WikiLeaks*, após publicar telegramas secretos da diplomacia americana. Em 2011, foi a vez da Primavera Árabe receber auxílio do *Anonymous*. Países como Tunísia, Egito e Líbia também tiveram suas páginas governamentais *hackeadas*. Na Malásia, cerca de 90 páginas do governo foram tiradas do ar, após o governo malaio proibir o acesso livre às páginas do *WikiLeaks* e ao *The Pirate Bay*. Em 2011, o *Anonymous* bloqueou o *website* do Ministério da Defesa da Síria, colocando então uma mensagem com símbolo em favor da democracia. Não diferentemente ocorreu nos Estados Unidos, com o movimento *Occupy Wall Street*, o qual presenciou a adesão do coletivo por meio da criação de *blogs* dando ampla cobertura ao evento.

As manifestações de junho de 2013 também foram alvo do coletivo *Anonymous*, como dito anteriormente. Em nota publicada na página *Anonymous Brasil*, o coletivo diz que:

sobre a idéia *Anonymous*, não temos líderes e sim equipes que se organizam por todo o Brasil. Logo, se a ideia tivesse acabado, poderíamos considerar que todos os brasileiros (ou pelos os milhares que participaram das manifestações) haviam sido assassinados ou sofreram lavagem cerebral. Nós somos o povo,

somos muitos e lutamos por um mundo melhor, sem corrupção. Vocês acham que somos tão alienados a ponto de não quisermos isso? Não. Estamos agora e sempre determinados a terminar o que começamos. (ANONYMOUS, 2014, [p?]).

O coletivo *Anonymous*, em sua página oficial do Brasil, ainda faz várias referências às condições postas pelo Estado à sociedade brasileira, elencando a precariedade no SUS, as condições da educação pública, a violência urbana, a discriminação racial e a prostituição infantil, pontuando as políticas sociais como campo que deixou de apresentar investimentos para priorizar a construção de estádios para a Copa do Mundo (ANONYMOUS, 2014).

Para o cientista político Sérgio Amadeu, que coordenou um estudo sobre a participação das redes sociais nas manifestações de junho de 2013, o coletivo *hacker Anonymous* foi o principal responsável pelas atividades no *Facebook* durante os mais intensos dias de manifestações. O *MPL*, grupo que inicialmente chamou a população às ruas, somente aparece em um único dia, dentre os perfis mais relevantes, sendo a mesma data na qual a polícia reagiu violentamente contra os manifestantes. Passado esse dia, o *MPL* não aparece mais entre os perfis mais relevantes, ficando a maioria a cargo do *Anonymous* (BONDUKI, 2013).

Sendo assim, o coletivo *Anonymous* configura-se como uma ideia de mudança, de renovação, em que a corrupção não exista, em que a liberdade de expressão não seja apenas uma promessa, em que as pessoas não tenham que morrer por seus direitos. (ANONYMOUS, 2012). De acordo com a página oficial do coletivo no Brasil, ninguém pode se juntar ao *Anonymous*, visto que não é uma organização, não é um clube ou um movimento, não tem uma ideologia definida. Ninguém pode falar pelo *Anonymous*, ninguém pode definir se você é integrante ou não do coletivo. Nesse sentido, todos podem ser *Anonymous*, ou, então, já se tornou um, se assim quiser (ANONYMOUS, 2012). Os *Anonymous*, como eles mesmos se apresentam, são todos os tipos de gente, vindos de todos os lugares, de todas as raças, países, etnias, podendo ser seus vizinhos, seus colegas de trabalho, seus amigos de rede, seus filhos, seus parentes, seus amigos. De acordo com o coletivo, é a voz do povo que clama por justiça e liberdade, são os 99% da população que se levantam contra a tirania de 1% da população, é a busca da verdade, da justiça, da igualdade, é uma legião (ANONYMOUS, 2012).

O **quadro 3**, elaborado a partir do levantamento realizado nos portais da *internet*, apresenta as análises que perpassam o coletivo *Anonymous*. Fundando-se em questões políticas, ideológicas e culturais, a discussão acerca do *Anonymous* foi contemplada por discursos de acusação e de defesa da liberdade no mundo da *internet*. Assim sendo, questões como

*cibercrime, hacker, hackerativismo*, tecnologias da informação, segurança digital, defesa dos direitos humanos, liberdade de expressão e transparência digital foram colocadas em debate.

As análises demonstram que o grupo de caráter autonomista compreende que as relações postas, tendo em vista os avanços das tecnologias e as lutas que se deflagram na contemporaneidade, colaboram para a união, mesmo que em certos momentos, entre o *hackerativismo* e os protestos de rua. Conforme exposto nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, as tecnologias de informação foram de suma importância no avanço das manifestações de rua, tanto no Brasil como no mundo.

Atuando no campo definido por muitos como *cibercrime*, os *hackerativistas* defendem a liberdade e o acesso a todas as informações públicas, via redes de *internet*. O grupo autonomista, segundo análises, consegue refletir os anseios que a população, mesmo não estando totalmente nas ruas, sente. Sua representatividade no mundo virtual soa como uma adesão às suas ideias, uma aceitação a sua forma de protesto e uma promoção dos seus ideais, principalmente, no que tange a questões políticas.

Além disso, eles conseguem demonstrar uma representatividade das vozes daqueles que não conseguem falar. Ademais, ao adentrar as páginas de órgãos governamentais e de bancos, surgem como um sentido de vitória, de poder dizer que esses grupos, representantes do capital, que vivem à custa de milhões de pessoas, podem ser derrubados, mesmo que virtualmente, mesmo que fora das ruas.

Eles conseguem demonstrar que o poder exercido pelas tecnologias de comunicação não é uma barreira intransponível. Ao contrário de soar como um movimento irrelevante para alguns analistas, os *hackers*, que derrubam páginas governamentais, páginas de pessoas físicas e jurídicas, tornaram-se um claro exemplo de outro modo de luta por direitos sociais, humanos, civis e políticos. Suas ações, sem limites de espaço físico e fronteiras, apresentam-se como uma forma destruidora de dados e sigilo, podendo adensar prejuízos sem igual a suas vítimas.

**Quadro 3** – Análise das notícias envolvendo o termo “Anonymous” entre 6 de junho e 6 de agosto de 2013

Título / Data	Relevância	Portal (Autor)	Conteúdo da Matéria	Ideias-Chave
1- <i>Hackers</i> do <i>Anonymous</i> prometem ataque	Política,	R7	“O <i>hackerativismo</i> é tão importante quanto os protestos nas ruas. Hoje	<ul style="list-style-type: none"> <li>A luta contra a corrupção, a violência, em favor dos direitos sociais,</li> </ul>

<p>em apoio aos protestos de SP</p> <p>14/6</p>	<p>Cultural e Ideológica</p>	<p>(Rafael Calixto)</p>	<p>tudo passa pela <i>internet</i>. Nosso principal objetivo é continuar incentivando a população a sair para as ruas e lutar por seus direitos. Mas ainda vamos continuar com os ataques. [...] Com a evolução da tecnologia, as ações cibernéticas e as manifestações de rua devem caminhar juntas, uma apoiando a outra.”</p> <p>“Os participantes que compartilham a ideia <i>Anonymous</i>, de maneira geral, são pacíficos, são contra atos de violência gratuita e atos de depredação. Isso não significa que, dependendo da situação, uma célula específica não possa decidir por ações mais exaltadas. Pois como já dissemos, num movimento descentralizado, cada célula decide qual a melhor maneira de se manifestar.”</p>	<p>também se dá pelas vidas do <i>hackerativismo</i>.</p>
<p>2-Anonymous Brasil invade <i>Twitter</i> do site G1</p>	<p>Política e Ideológica</p>	<p>Exame (Fabiano Candido)</p>	<p>“o grupo atacou o jornalismo brasileiro, acusando-o de ‘Nojento, Traidor e Covarde’ e de ‘manipulador de notícias’”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defesa da liberdade e acesso a todas as informações públicas, via redes de <i>internet</i>.</li> </ul>

<p>3-Ativo no Facebook, Anonymous assume liderança das manifestações pelo Brasil.</p>	<p>Cultural</p>	<p>R7 (Redação)</p>	<p>“Os <i>hacktivistas</i> do grupo <i>Anonymous</i> assumiram uma espécie de liderança”</p> <p>“O crescimento semanal de curtidas, segundo as estatísticas da página, pulou de 7.000 a 8.000 por semana para cerca de 130 mil. Eram 400 mil fãs na semana passada — hoje, são quase 850 mil.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O grupo autonomista reflete os anseios da população, bem como a aceitação de suas pautas por um grande público.</li> </ul>
<p>4-<i>Hackers</i> invadem perfil de Dilma Rousseff no <i>instagram</i> em apoio aos protestos</p> <p>17/6</p>	<p>Política e Ideológica</p>	<p>UOL (Redação)</p>	<p>“o <i>Anonymous</i> mostrou apoio aos manifestantes realizando ataques em perfis de órgãos governamentais, além de bancos.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O poder exercido pelas tecnologias de comunicação não é uma barreira intransponível;</li> <li>• O grupo tem o poder de derrubar portais e sítios da internet, possibilitando prejuízos maiores do que os vistos nas ruas, pelas ações de depredação.</li> </ul>
<p>5-Acabar com a corrupção é o foco do <i>Anonymous</i>, contam integrantes.</p> <p>1º/7</p>	<p>Política e Ideológica</p>	<p>G1 (Fábio Almeida)</p>	<p>“Eles não se consideram um grupo, dizem que não há líderes e são contra hierarquias. O que se sabe é que o <i>Anonymous</i> tomou a frente do chamado <i>ciberativismo</i> ou <i>hacktivismo</i>.”</p> <p>“se há um escândalo de corrupção, então a gente derruba <i>sites</i> e serviços, pega documentos e acaba fazendo uma divulgação para a mídia e para todo mundo”.</p>	
<p>6-<i>Anonymous</i> já era!</p> <p>11/6</p>	<p>Ideológica</p>	<p>Exame (Gilson Schartz)</p>	<p>“na era da informação pública e compartilhada, surgiu como</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seu enfrentamento se dá contra símbolos do capital;</li> </ul>

			<p>performance <i>hacker</i> o grupo “<i>Anonymous</i>”. Ao violar as medidas de segurança das redes digitais e continuar na anonimidade, vieram para confundir, não para explicar.”</p> <p>“o ‘<i>Anonymous</i>’ ao mesmo tempo mostra a irrelevância da sua existência como um movimento social, político, ou seja, que envolve a identidade pela visibilidade, pela representação, pelo reconhecimento.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suas ações pelas redes de <i>internet</i> apontam para um poder de alcance sem tamanho e sem fronteira.</li> </ul>
--	--	--	---	---

**Fonte:** produção do próprio autor, com base nos portais visitados, citados no quadro..

#### 4.4 *Black Bloc*

De todos os grupos, coletivos, organizações e movimentos que se apresentaram em junho de 2013, durante as manifestações políticas, talvez os *Black Bloc* tenham sido a ideia, como eles mesmos se denominam, que mais tenha impactado visualmente as ruas. Adeptos de roupas pretas, rostos cobertos e identificando-se somente através de nomes fictícios, os *Black Bloc* chamaram a atenção do Brasil, ganhando adeptos e criando aversões, principalmente, propagadas pela mídia, a qual se configura como um símbolo do capital combatido pela ideia *Black Bloc*.

O termo *Black Bloc* nasceu na Alemanha Ocidental dos anos de 1980, denominado pela própria polícia para identificar os grupos de esquerda que se declaravam autônomos ou autonomistas. Esses grupos lutavam contra a repressão policial aos *squats* (ocupações). Nesse entremeio, alguns esquerdistas lutavam ainda contra a proliferação das usinas nucleares dentro de uma Alemanha que revivia os conflitos urbanos entre grupos nazifascistas e distintos grupos anarquistas, surgindo então a tática *Black Bloc* para definir a ação de uma guerrilha urbana (COSTA, 2010).

Para Takahashi (2013), o *Black Bloc* não é uma organização ou um movimento como o *MPL*, tampouco um coletivo como o *Anonymous*. Para o autor, o *Black Bloc* seria um composto

de grupos pequenos que se reúnem por afinidade, muitas vezes na hora do ato e que atua de forma independente dentro das manifestações. O autor registra ainda que o *Black Bloc* seria uma ideia, uma tática de autodefesa contra a violência policial, além de apresentar-se esteticamente com suas performances de depredação a símbolos reconhecidos do Estado e do capitalismo, focando principalmente as multinacionais (TAKAHASHI, 2013). Contudo, assim como o *Anonymous*, a ideia dos *Black Bloc* soa como uma rede descentralizada. Assim como o *MPL*, define-se como horizontal (2013). Para Costa,

Essas ações não têm como objetivo atingir pessoas, mas bens de capital. Um dos objetivos dos Black Block sempre foi promover grandes prejuízos financeiros às empresas identificadas com o sistema capitalista. Seus ativistas não hesitam em enfrentar diretamente as forças policiais que veem como “o braço armado do capital”. Outra característica do Black Block é seu comportamento diante de grandes batalhas urbanas, movimentando-se concentrados, atacando e dispersando. Em outras palavras, praticando o famoso bater e correr. A tática dos Black Block acabou por conquistar os corações de milhares de ativistas mundo afora, sendo empregada nos mais diversos lugares, como em Chipas, no México, nas manifestações contra a invasão do Iraque, assim como as ações contra o G8 (grupo dos 8 países mais ricos do mundo). (COSTA, 2010, p. 10).

Para além destes já citados por Costa (2010), os *Black Bloc* estiveram envolvidos ainda em outras ações de destaque, como em 1987 e 1988 na Berlim Ocidental, respectivamente, contra a presença do presidente norte-americano Ronald Reagan e contra a reunião do FMI; em 1992, em São Francisco nos EUA, manifestando-se contra o genocídio de povos nativos nas Américas; em 1999, em Seattle contra a Organização Mundial do Comércio (OMC); em 2000, em Washington durante reunião do FMI e Banco Mundial; ainda, em 2000, em Praga levando cerca de 3 mil anarquistas às ruas, sendo considerada uma das maiores manifestações; em 2007, em Heiligendamm, contra uma segunda reunião do G8, levando cerca de 5 mil *blackblockers* às ruas; em 2010, em Toronto contra a reunião do G20; em 2013, no Cairo no combate e resistência ao exército do então presidente Hosni Mubarak (MONTEIRO, 2013).

Certamente, para além da presença nesses momentos, os *Black Bloc* estiveram envolvidos em tantas outros, como ocorreu no Brasil em número bem menor, sem conquistar espaços significativos. Contudo, nas manifestações de junho de 2013, a ideia se apresentou de forma mais intensa, demarcando certamente uma posição ao sol nas ruas do Brasil.

O primeiro sinal de propaganda Black Bloc no país ocorreu no início dos anos 2000, durante o surgimento do movimento anticapitalista global (antiglobalização), mas foi descartado pelos ativistas autônomos da época por avaliarem a ação direta não violenta, manifestada principalmente nos

protestos contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), estrategicamente melhor para o cenário brasileiro. Anos depois essa opção pela ação direta não violenta combinada com trabalho de base, organização horizontal e uso intensivo da internet influenciou a criação do *MPL* e outros movimentos autônomos, como a Bicicletada, o Centro de Mídia Independente e o Rizoma de Rádios Livres. (TAKAHASHI, 2013, [p?] ).

A ideia que nunca morreu parecia ter encontrando nas manifestações de junho de 2013 o ambiente favorável ao seu desenvolvimento. A diversidade presente nas manifestações que ocorriam em junho, seja pelo seu caráter político ou não, extrapolou as formas organizativas determinadas pelos grupos que iniciaram os mesmos protestos, como o *MPL*. Por um lado, o que se verificou foi um desencadeamento de movimentos multicêntricos, nos quais cabiam diversas estratégias, táticas e narrativas de mobilização (TAKAHASHI, 2013). Por outro lado, na repressão policial principalmente da Polícia Militar de São Paulo, a tática *Black Bloc* encontrou um espaço vazio para se auto-justificar. Não diferentemente do que ocorreu no episódio de Gênova, que mostrou ao mundo seus modos de atuação, sendo retratado no documentário “Surplus: há saída para a sociedade de consumo”, do sueco Erik Gandini, “é coerente afirmar que a violência policial foi o fermento da indignação que levou a população às ruas” (TAKAHASHI, 2013, [p?]), conseqüentemente, levando também os *Black Bloc* a utilizarem do gás de indignação dado pelos Policiais Militares e propalado pelas mídias alternativas, como *Mídia Ninja*. Este foi o momento certo para entrarem em cena, utilizando de todos seus artefatos, os quais, por sinal, não envolvem armas de fogo, tampouco, violência contra pessoas. Para um *Black Bloc*, em depoimento ao documentário Surplus, “[...] dano à propriedade não é violência. Você não pode violentar um prédio ou uma janela. É muito diferente para nós a questão da violência. Isso não é violência, a não ser que você esteja advogando ataques individuais... o que não fazemos”. (BLACK BLOC, 2003, [p?]).

Segundo Locatelli e Vieira (2013), o estudo da política e a quebra de bancos caminham juntos para os anarquistas do *Black Bloc*. De acordo com relato dado ao autor por um anarquista identificado sob o pseudônimo de Roberto: “não se trata de depredar pelo simples prazer de quebrar ou pichar coisas, mas de atacar o símbolo representado ali.” (LOCATELLI; VIERIA, 2013, [p?] ). Em outro trecho, o ativista concluiu: “quando atacamos uma agência bancária, não somos ingênuos de acreditar que estamos ajudando a falir um banco, mas tornando evidente a insanidade do capitalismo. Política também se faz com as próprias mãos.” (LOCATELLI; VIEIRA, 2013, [p?]). Desse modo, assim como o ativista se encobre em um nome falso,

milhares de jovens visualizam na causa dos *Black Bloc* outro modo de ação, de questionamento da ordem e de reivindicação contra a proliferação do capital (LOCATELLI; VIEIRA, 2013).

Durante o documentário *Surplus*, um ativista do *Black Bloc* faz o seguinte relato: “se você está procurando uma mente por trás do movimento é definitivamente John Zerzan. Ele escreveu um livro dizendo que, para salvar o mundo, teríamos de voltar à idade da pedra. E a maneira de se chegar lá é destruindo a indústria e tudo mais.” (BLACK BLOC, 2003, [p?]).

John Zerzan, que relata surpresa sobre ser o arquiteto da tática *Black Bloc*, colabora com a seguinte colocação:

Nós estávamos tentando encorajar apenas um questionamento. Por que pessoas vão às ruas e tentam protestar ou fazer algo? Isso não é uma violência sem sentido. Sem sentido é ficar sentado usando drogas, assistindo MTV e então você arranja um trabalho, e se submete. Para mim isto é violência. E há mais e mais sinais, por todos os lados, de que a vida do consumismo, realmente não é uma vida satisfatória. O desejo de consumir te aterroriza. Estamos aterrorizados em sermos consumidores. Nós temos a liberdade de escolher entre a marca A, a marca B e a marca C, essa é a nossa liberdade. Sim, eu penso que há muitas coisas. Constante trabalho e constante consumo: isso é loucura. Isso está destruindo tudo e só vai continuar. Eu não vejo nenhum valor ou saúde em manter este sistema. Conseguir todas essas coisas é uma questão de coerção. As pessoas estão sendo forçadas a trabalhar em minas e nas fábricas. Sem isso nós não temos todas essas coisas. Um mundo de coisas que se supõe que devemos lutar para obter durante toda nossa vida. Penso que ninguém se envolve nisso seriamente, mas a inércia leva isso adiante. Isto deve ser detido. Isto deve ser destruído. (ZERZAN, 2003, [p.?).

Locatelli e Vieira (2013) afirmam que um dos motivos pela ação direta da violência está relacionado à falta de dignidade imposta pelo padrão de acumulação capitalista. Nesse sentido, o que leva à aceitação dos *Black Bloc* entre jovens é a condição desta ideia dar voz a anseios difusos, de quebrar a ordem, longe das vias institucionais. Os jovens pelo mundo afora, assolados pela crise, veem cada vez mais o poder do consumo e da inserção no mercado de trabalho ser-lhes retirados de suas possibilidades, logo, sua inserção no mercado de consumo também é retirada. Zerzan, apontado pela mídia como um dos homens que influenciou as ações anarquistas em Seattle, destaca que não será surpresa ver cada vez mais ações dos *Black Bloc* pelo mundo afora. Segundo ele, as ações pacíficas não alcançam o objetivo pretendido, caso contrário a Guerra no Iraque teria apresentado outra desenvoltura. (ZERZAN, 2003).

Entre os manifestantes que vão às ruas, mas não atuam no ativismo dos *Black Bloc*, ganham corpo posicionamentos difusos. De um lado, uma idealização pela ideia do *Black Bloc*, visto que suas ações soam como linha de frente ao enfretamento da polícia. Do outro lado, são

execrados pela sua forma de atuação, performance, e por fugir do tão propalado manifesto pacífico (LOCATELLI; VIEIRA, 2013).

O certo é que os *Black Bloc* apresentam outra ideia ou modo de se apresentar dentro das manifestações ou dos atos. Eles em si surgem mais como convidados não convidados do que como anfitriões dos atos. Não estão dispostos a colaborar com a ordem, ou com a pacificação, não estão dispostos a carregar cartazes ou levantar bandeiras, não querem jogar a pomba da paz ao alto. Querem demonstrar que o capitalismo representado pelas grandes empresas, como McDonald`s, é o mesmo capitalismo que atua na retirada dos direitos, na proliferação da pobreza, na perda de dignidade. Se os outros não têm coragem de ir às ruas, eles têm.

O **quadro 4**, elaborado a partir do levantamento realizado nos portais da *internet*, apresenta as análises em torno da ideia *Black Bloc*. Surge como relevante as análises de cunho político e ideológico, trazendo então a oportunidade de reflexão sobre questões como formas de organização popular; anarquismos; defesa dos direitos sociais, humanos, políticos e civis.

As análises simplesmente os definem como depredadores. Em tom conservador, a mídia os definiu também como “arruaceiros” ou aqueles que incitaram violência. É certo que o modo de atuação do *Black Bloc* atua no campo da violência, contudo, é na autodefesa e na defesa dos manifestantes que suas performances ganham sentido. Suas ações violentas de depredação restringem-se a símbolos do capital, não a pessoas. Entretanto, as análises esquecem de pontuar que, cotidianamente, milhares de pessoas sofrem a violência urbana, o caos das cidades, a depredação de sua própria vida, e não pelas ações dos *Black Bloc*, mas sim pela constante retirada de direitos, pela constante falta de oportunidades, pelo enorme abismo social existente.

Outro ponto de destaque é o comprometimento com o método anarquista e da violência aos signos representantes do Estado e do capital, não denotando assim um sentido diferenciado do posto por estudiosos do campo. Uma das análises ainda chama atenção ao conceituar o *Black Bloc* como fascista e antidemocrático, soando como um discurso simplista e vulgar ao compará-los a grupos racistas do século passado. Em nada eles têm relação, a não ser uma questão quase performática. Todavia, estão, além disso, envolvidos em questões cruciais, em que a disputa de poder soa energicamente e a força física se apresenta como necessária aos embates, defesas e crenças em outros tipos e modos de produção da vida.

**Quadro 4** – Análise das notícias envolvendo o termo “*Black Bloc*” entre 6 de junho e 6 de agosto de 2013

Título / Data	Relevância	Portal (Autor)	Conteúdo da Matéria	Ideias-Chave
1-Quem são os anarquistas de preto que vandalizam SP 4/8	Política e ideológica	Veja	<p>“Os arruaceiros recuam ante os golpes de cassetete e começa um confronto.”</p> <p>“O grupo de anarquistas mascarados que tem vandalizado a capital paulista se autodenomina ‘Black Bloc’ e começou a agir à margem da onda de protestos que sacudiu o país em junho. Quando as passeatas perderam fôlego, passou a organizar seus próprios quebra-quebras pelas redes sociais.”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Carácter conservador na definição dos <i>Black Bloc</i>.</li> </ul>
2- Por dentro da “tropa de choque” dos protestos 15/6	Política Ideológica	Estadão (Bruno Paes Manso)	<p>“Ainda engrossam a massa nas passeatas diversos partidos de esquerda e movimentos sociais tradicionais, sindicatos e coletivos pós-modernos. Os últimos são considerados a alma e o motor das manifestações.”</p> <p>“Nós, os anarquistas, não consideramos a destruição de bens materiais como um ato de violência. A violência ocorre contra a pessoa. Destruir um banco que apoia Belo Monte e atinge os índios, por exemplo, é ação de combate à violência”.</p>	
3-Entenda a ideologia por trás da quebradeira 30/6	Ideológica	Estado de Minas (Daniel Camargos e	<p>““Se vocês querem mudar e enfrentar a repressão, não será com cartaz. Tem que ter tropas para combater os cassetetes. Nós somos a tropa de choque do povo,</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Destacam as ideologias por trás do grupo;</li> </ul>

		Alessandra Mello)	<p>somos o <i>Black Bloc</i>. Eu sou um vândalo, se é assim que a mídia me chama”. A fala do jovem, que se identificou como João, assustou as cerca de 200 pessoas que ainda estavam na assembleia e é uma das poucas faces nítidas de um movimento que intriga a polícia.”</p> <p>“O <i>Black Bloc</i> é hostil à imprensa. Um <i>e-mail</i> enviado pela reportagem com várias perguntas foi respondido com um texto panfletário. “Somos o grupo que está na frente das grandes manifestações em momentos de conflito. Não somos nós que iniciamos, somos nós que seguramos a bomba e tomamos tiro para que o restante possa correr. Enquanto a maioria corre, nós retardamos o opressor ao máximo”, informa o grupo.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Método anarquista;</li> <li>• Violência aos símbolos representantes do capital.</li> </ul>
4-“ <i>Black Bloc</i> não se dá em atacar, mas em se defender”, diz jovem do grupo.	Ideológica	G1 (GloboNews)	<p>“Os protestos no Brasil começaram como manifestações pacíficas por melhores serviços públicos e contra a corrupção, mas se transformaram em movimentos que sempre terminam em violência.”</p> <p>“Eles são os anarquistas vestidos de preto que levam o anarquismo a sério, não seguem líderes nem possuem disciplina e estrutura. O grupo tem em comum a tática de enfrentar a polícia e quebrar vidraças, o que descrevem como uma performance</p>	

			simbólica para desafiar o sistema. “	
5- <i>Black Bloc</i> : a linha de frente de protesto contra banco e governo 21/7	Política e Ideológica	Correio (Thais Borges)	“O rosto está coberto. A máscara, uma espécie de pano preto enrolado na face, não deixa que nada além dos olhos seja visto. Eles estão prontos para a própria guerra. Vestidos de preto, estão munidos de pedras, estilingues, pedaços de madeira, latas de spray e coquetéis molotovs.”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição do grupo como vândalos, considerando-os um perigo a quem vai às ruas;</li> <li>• Conceituam-nos ainda, fazendo analogia a grupos fascistas. Sendo considerados antidemocráticos.</li> </ul>
6-Adeus, fascistas mascarados 6/8	Política e Ideológica	Observatório da Imprensa (Fábio Pannunzio)	<p>“sabe o que parece? A Ku Klux Klan vestida de preto. É isso que parece: a KKK pós-moderna – um grupamento fascista e antidemocrático que não tem nenhuma proposta construtiva. Destruir é a palavra-chave. Destruir os governos, as instituições, o capitalismo, a liberdade de imprensa. Para por o que no lugar? Eles não sabem. Só querem destruir.”</p> <p>“Para mim, são apenas um bando de idiotas comandados por alguém que de longe inspira suas mentes. São robôs a serviço de uma página do <i>Facebook</i>, um exército de mentes vazias que atende prontamente ordens de comando vindas de uma entidade eletrônica incorpórea.”</p> <p>“E antecipo uma promessa: se um dia se saírem vitoriosos, hipótese que beira o absurdo, há de restar</p>	

			para mim um canto neste planeta imenso em que as pessoas não estejam suscetíveis a esse vírus fascista que se espalha pela <i>internet</i> para contaminar mentes humanas. Que reduz cérebros humanos a meras extensões de uma virtualidade deletéria, como se fossem HDs externos rodando um <i>software</i> alienígena.”	
--	--	--	--	--

**Fonte:** produção do próprio autor, com base nos portais visitados, citados no quadro.

Os grupos que se apresentaram em junho de 2013 no Brasil, com certeza, saíram mais fortalecidos depois de todo o processo de reivindicações. Eles conquistaram certo status de visibilidade e suas ações já não passam mais despercebidas, ao menos em nível de Brasil. As manifestações ocorridas pelo mundo foram de fundamental importância para a concretização de junho de 2013. Sua idealização amparada pelo *MPL* seguiu os passos dos movimentos que já ocorriam em países pertencentes à chamada *Primavera Árabe*, à Europa e aos Estados Unidos. Sua promoção à grande mídia se deu claramente por uma onda não só de manifestações, mas de conflitos entre os manifestantes e os representantes do Estado.

O *MPL*, detonador das manifestações políticas de junho de 2013, saiu com ares de vitória. Sua luta tende a continuar por outros espaços, mas sempre almejando a discussão da tarifa zero. De movimento social em prol dos estudantes, ganhou os fóruns de discussão, transformando-se em um legítimo movimento social de propagação nacional. O que vem a ser a idealização de muitos movimentos que se criam Brasil afora, já foi conquistado pelo *MPL*. O desafio no atual momento é dar andamento às lutas, as quais travam uma disputa acirrada com o capital, tudo isso em meio a um retrocesso nas políticas sociais que vem, cada vez mais, penalizando as cidades, amparando-se em discursos de crise fiscal.

O *Mídia Ninja* também adentra outro cenário. Sua visibilidade sem tamanho não só ganhou adeptos do tipo de informações que eles disponibilizam como conseguiu ampliar sua rede de informações, após junho de 2013. A crença de que outro tipo de informação pode ser dado, sem as amarras dos monopólios da comunicação, é um debate que se faz cada vez mais necessário aos profissionais que têm a comunicação como instrumento de trabalho. Sabe-se que as ruas foram os

espaços dos manifestos. Entretanto, foram nas redes sociais que os arquitetos das manifestações realizaram as convocações, disseminaram materiais, como os vídeos produzidos pela *Mídia Ninja*, e compartilharam momentos-chave tanto para adesão quanto posteriormente para o esvaziamento das ruas, visto que “a mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apartidário se tornava então antipartidário.” (SECCO, 2013, p. 74).

Este grupo, por sinal, trouxe um embate necessário na contemporaneidade e congregou a necessidade de mídias independentes, para além dos monopólios, com a proliferação das tecnologias da informação e comunicação, “embora consiga dissimular com competência suas reais intenções, a velha mídia se autoatribui o papel de formadora e, simultaneamente, de expressão da vontade das ruas, vale dizer, da ‘opinião pública.’” (LIMA, 2013, p. 93). Como isso se dará ainda é uma questão obscura, pois, entre a mídia conservadora, os monopólios e a mídia alternativa, a política e o Estado se atravessam para dificultar a democratização da informação, elemento este crucial em tempos de redes sociais, informações em tempo real e aumento significativo das tecnologias da informação. Lima ainda pontua que:

[...] a velha mídia identificou nas manifestações – iniciadas com um objetivo específico, a saber, a anulação do aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo – a oportunidade de disfarçar o seu papel histórico de bloqueadora do acesso público às vozes – não só de jovens, mas da imensa maioria da população brasileira. (LIMA, 2013, p. 93).

O *Anonymous* também saiu fortalecido desses embates. Suas ações somente trouxeram um número maior de apoiadores. Quem sabe seria porque suas causas, quase universais, possibilitem a crença em outro tipo de sociedade, longe da corrupção. No Brasil, eles conseguiram adentrar portais governamentais e de grandes empresas, como das organizações Globo. Porém, entende-se que são muito mais que isso. A defesa dos direitos humanos e a contribuição dada em países ainda com restrito acesso às redes de *internet* apresentam-se como importante papel na defesa das informações, da comunicação, e também daqueles direitos cruciais negados em muitos Estados, como os direitos humanos, civis e políticos.

Após a chamada do *MPL* às ruas, certamente, o *Black Bloc* foi o grupo que mais chamou atenção. Eles não convocaram as manifestações, mas fizeram-se presentes a partir de um dado momento, ganhando cada vez mais visibilidade. Suas táticas ainda soam como algo estranho, para uma sociedade tão conservadora. Também não se sabe se todos os adeptos do grupo sabem de fato as metodologias dos anarquistas e as propostas dos *Black Bloc*. Contudo, suas ações apresentam-se

como um destaque de extrema relevância no cenário das manifestações do País. Entende-se que de fato seus objetivos estão para além das autodefesas, buscando também chocar performaticamente a sociedade.

Entretanto, outra análise se faz necessária. A reafirmação do protagonismo dos movimentos sociais urbanos é de extrema relevância para alteração das condições de vida dentro da cidade. Somente com o protagonismo de movimentos sociais aos moldes do *MPL*, poder-se-á visualizar outro espaço de lutas. É necessário que os movimentos urbanos trabalhem para a cidade, para além de pontos específicos, colocando em questão a propriedade privada. É necessário o enfrentamento ao Estado, a subversão ao legalmente posto. Pensar que os processos de disputa política devem permanecer nos fóruns de discussão ou nos espaços democraticamente estabelecidos e estrategicamente comandados pelo Estado é omitir-se a uma real luta. As ruas são os espaços da batalha e não são só comandadas por gritos, cartazes, vozes, máscaras. Elas são os espaços do enfrentamento direto, da violência, quando necessária, da depredação, da guerrilha urbana, da busca por algo maior. Não se tolera ingenuidade. A redução das tarifas do transporte público não se deu somente pelas vias da discussão entre *MPL* e Estado, pelas reuniões convocadas pelos representantes do estado e município de São Paulo, ou até pela presidente Dilma Rousseff. A redução das tarifas deu-se em virtude do cansaço e do esgotamento do Estado, que visualizou, para além de manifestações nas ruas, a existência de um caos urbano sendo implodido a cada manifestação, de dezenas de empresas privadas sendo quebradas a cada manifestação, de dezenas de vítimas jorrando sangue, e, melhor que tudo isso, se é que se pode chamar algo de melhor neste contexto, a existência de uma sociedade amparando essas manifestações, porque, de fato, era a mesma sociedade que sentia no bolso o peso do transporte público.

É certo que junho de 2013 nunca teve pretensão de alterar a ordem e a longa distância que separa as classes que compõem a cidade. Seu objetivo imediato era a redução das tarifas no transporte público. Nasceu apenas como mais um fator que delimita o homem no espaço ao qual ele deve ocupar dentro do território urbano. É certo também que as jornadas de junho de 2013 não se caracterizam como movimentos sociais em seu sentido amplo, mas como manifestações que se localizaram em dado intervalo de tempo, ainda que entre os seus impulsionadores encontrem-se movimentos sociais, a exemplo do *MPL*.

No entanto, as manifestações, de acordo com os estudiosos que se debruçaram sobre a temática, não teriam o peso que tiveram se não fossem os conflitos entre as polícias militares e os manifestantes. A onda de violência foi de extrema importância para alavancar as

manifestações e conseguir adesão de um número cada vez maior de apoiadores. Nesse sentido, os grupos apresentados neste trabalho ganham destaque por conseguir dar um tom jamais visto às ruas no atual século, seja pela interlocução realizada pelo *Anonymous*, os quais predominantemente comandaram as redes sociais, seja pela violência apresentada pelo *Black Bloc* na sua forma de se manifestar, ou, ainda, seja pelo grande propulsor de material sobre as manifestações, no caso, a *Mídia Ninja*.

Nesse âmbito, compreender ainda que o mundo da *internet* e da comunicação é um mundo sem volta é de extrema necessidade. Exige tempo de compreensão e rapidez para desvelarmos tudo o que ocorre com e por ele. Os movimentos sociais e demais grupos autonomistas visualizam a adesão a suas causas por esse novo espaço. A relevância da comunicação amparada por outro modo de fazer comunicação, transmitir e democratizar a informação aponta para outro cenário. O Estado e os monopólios da comunicação certamente estão de olho e não podem mais negar essa realidade. Por mais que formas de organização tradicionais consigam dar o direcionamento para os movimentos sociais, manifestações, ou qualquer outro tipo de ação, na atualidade, as mídias alternativas ocupam relevante e importante papel na condução desses atos e no modo de enfrentar seus oponentes, seja pela queda de portais governamentais seja pela simples convocação via redes sociais. A contemporaneidade ainda apresenta as mesmas lutas, mas os atores disputam em cenários já diferentes.

## Considerações Finais

Pesquisar e refletir sobre as manifestações políticas ocorridas durante o mês de junho de 2013 no Brasil apresentou-se como um enorme desafio. Este estudo não tem a pretensão de esgotar-se aqui, mas, sim, de possibilitar e dar início a discussões que devem e necessitam ser realizadas, tendo como marco este importante mês de levante popular no Brasil.

Refletir sobre o mês de junho de 2013 é correr riscos de análises incompletas e precipitadas, tendo em vista a pouca produção sobre o tema e os limites de um trabalho de mestrado. Certamente, trabalhos posteriores darão continuidade às reflexões aqui iniciadas.

Assim sendo, pode-se entender que existe muito mais a ser discutido sobre junho de 2013 e que é impossível pensar e ponderar todas as variáveis em um estudo deste porte, no tempo delimitado para a realização desta pesquisa. Poder-se-ia adentrar o campo específico das pautas, o multiculturalismo das ruas, o perfil dos manifestantes, as conhecidas revoltas, como a popular Revolta do Vinagre. Poder-se-ia ainda trazer o foco para o transporte público, abordando todas as complexas relações entre Estado, empresariado, sociedade e cidade, bem como focalizar somente os movimentos sociais e suas contraditórias análises. Contudo, preferiu-se uma discussão que envolve aspectos necessários para a compreensão da cidade como espaço de lutas, de disputa política, social e ideológica, como campo de confronto e produção do capital e das relações sociais, possibilitando, assim, uma discussão sobre a cidade, os movimentos sociais, nas suas relações com as políticas sociais e o Estado, a partir do esforço de caracterização das manifestações de junho de 2013, de seus principais impulsionadores e das notícias mais frequentes sobre esses atores.

Contudo, é nesse mesmo cotidiano de contradições que ideologias emergem. Amparados por uma contradição colocada pela cidade, a relação capital e trabalho aponta para os movimentos sociais como alternativa na luta e na conquista de direitos. Seriam os movimentos sociais explicando a divisão de classes? Na década de 1960, os questionamentos e as teorias que determinavam os movimentos sociais foram colocados em cheque, pelos ditos *novos movimentos sociais*, porém, eles pouco conseguiram dar concretude a uma discussão que envolve muito mais que classe, mas posicionamento político. A discussão do campo pós-moderno é efêmera e fragmentada, baseando-se em um discurso vago sobre a individualização de grupos, como os negros, os feministas, os gays. Assim, não consegue atravessar a ponte e reconhecer o sujeito como trabalhador; não consegue enxergar o poder da divisão de classes; não consegue ponderar sobre os limites que, dados a estes mesmos grupos, são os limites

amparados por uma sociedade que se divide em classes antes de tudo. As ruas foram claro exemplo disso, pois destoaram seus sentidos em prol de questões individualizantes que beirou o confronto. Os apolíticos surgiam ao lado dos de extrema esquerda, e a volta da ditadura parecia ganhar a voz daqueles que pouco sabiam o porquê se faziam presentes ali, entretanto, se faziam presentes. É certo que os movimentos sociais passam claramente por uma profunda transformação. Pode-se compreender que um dos maiores legados de junho de 2013 não sejam somente as conquistas por direitos sociais, mas, sim, a reestruturação das lutas e dos movimentos sociais, apontando um novo caminho, em um novo campo organizativo, sendo este vinculado diretamente às redes de *internet* e ao *ciberativismo*.

A história da cidade também é de fundamental importância para compreensão de como se chegou a um estado crítico de viver dentro do mundo urbano. As relações sociais sob a produção capitalista são determinadas pelo consumo. Lócus desenfreado do consumismo, a cidade tornou-se o espaço onde a pobreza e a desgraça humana se entrelaçam. É polo das sub-habitações destinadas a quem o Estado entende como sub-humano; é espaço onde as classes nitidamente disputam míseras fronteiras, as quais podem definir a que mundo o sujeito pertence. É o local onde o trabalho ganhou sentido e, juntamente a ele, o desemprego, as políticas sociais, as doenças sócio-ocupacionais. Os direitos sociais e trabalhistas emergem também como campo contraditório, expondo uma acirrada e contínua luta entre capital e trabalho. Junho de 2013 é reflexo desta cidade sob a crise estrutural do capital, uma cidade movida por contradições. É nessa cidade, permeada por sujeitos e sonhos individuais, que a luta coletiva por um único objetivo se encontrou. Para Brito e Oliveira (2013, p. 69), “destacar a admirável capacidade mobilizadora dos territórios de pobreza, contudo, exige observar ainda uma debilidade estratégica: o distanciamento perante os meios de produção.”

Além disso, o mês de junho não veio sozinho, veio amparado por uma onda de protestos que assolavam o mundo da maneira mais cruel. Nessa onda de manifestações detonadas no mínimo em quatro continentes, regimes foram alterados, faraós depostos, eleições foram convocadas, ditaduras foram finalizadas, e alguns outros países ainda continuam em uma recessão profunda imposta pelos organismos internacionais, além das guerras civis, como no caso da Síria. Toda essa movimentação amparada por grupos de direitos humanos, ONGs, mídia internacional e principalmente redes sociais. De acordo com Alves:

[...] em todos esses novos movimentos, o papel das redes sociais, como Facebook e Twitter, na organização das manifestações foi importante. Na verdade, o Occupy Wall Street, o Movimento dos Indignados e o movimento Geração à Rasca são exemplos candentes da verdadeira globalização “dos de

baixo”, que hoje se contrapõe à globalização dos “de cima”. (ALVES, 2012, p. 32).

Era o pedido de apelo sendo exaltado por aqueles que tantos sofrem a crise na qual emergiu o capital. A crise de 2008 ampliou uma recessão econômica sem tamanho: o acesso a bens de consumo foi tolhido; elevaram-se os preços dos alimentos; os direitos sociais foram reavaliados pelos Estados e, em alguns casos, foram retirados; massas de trabalhadores foram literalmente colocadas na rua; e o sonho de ascensão social ou, ainda, da manutenção dos padrões de vida de milhares de jovens foram adiados em favor de um modelo de produção que tem somente priorizado o enriquecimento de alguns. Alves destaca que:

[...] esse são movimentos democráticos de massa e ocorrem em países capitalistas sob o Estado de direito democrático – o que não era o caso, por exemplo, da Tunísia e do Egito. A ampliação do desemprego e da precariedade social no decorrer da década de 2000 nos EUA e na União Europeia, sobretudo a partir da crise financeira de 2008, impulsionou o radicalismo das massas de jovens (e velhos) precários indignados com governos social-democratas e conservadores, incapazes de deter o “moinho satânico” do capitalismo global. (ALVES, 2012, p. 34).

Para Zizek (2013), quem sabe o futuro dos protestos esteja na capacidade da realização de uma solidariedade em nível global. Os protestos globais fazem-nos pensar que outra alternativa de sociedade é necessária. De fato, as redes de *internet* transbordaram as ruas, e as ruas conquistaram adeptos para além das fronteiras. Não se fala em movimentos isolados. Mas as ruas trazem em si um sentido de vitória, de satisfação. As manifestações, no Brasil, não conseguiram e tampouco pretendiam alterar a ordem social sob a égide do capital, tampouco as direções políticas hegemônicas no governo, apesar de alguns grupos reivindicarem a volta do regime militar. Notou-se que as manifestações questionavam a ordem posta, mas não necessariamente buscavam nesse questionamento uma alteração concreta e geral. O cenário político presente em 2013, por exemplo, era menos conservador que o atual cenário, mas nem por isso vemos hoje manifestações ao nível do que ocorreu em junho de 2013. Contudo, se em 2013 não se conseguiu avançar em diversas pautas, ao menos, o Estado não estava retrocedendo em outros pontos, como a redução da maioria penal, votada na Câmara dos Deputados em 2015. Assim, cabe apontar as conquistas obtidas nesse conflituoso mês.

A primeira delas, e mais conhecida, refere-se aos reajustes das tarifas de transporte público. Mais de 100 cidades do País voltaram atrás após a ida às ruas. Para além disso, a aprovação da Emenda Constitucional nº 90, que dá nova redação ao art. 6º da Constituição

Federal, possibilitou a inclusão do transporte como um direito social. De autoria da Deputada Federal Luiza Erundina (PSB-SP), a proposta discutiu com vários setores da sociedade, dentre especialistas e pesquisadores acadêmicos, movimentos sociais, representantes de associações de transporte e engenharia e representantes do Estado, a inclusão do transporte no referido artigo e sua relação com as políticas tarifárias, com as políticas públicas e a melhoria da mobilidade urbana. Este fato representou mais um avanço determinado pelas idas às ruas, tendo como protagonista o povo e o *MPL*.

Os protestos contra a corrupção também obtiveram vitórias. Em novembro de 2013, o Congresso Nacional promulgou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que se transformou na Emenda Constitucional nº 76, de 28 de novembro de 2013, a qual extinguiu o voto secreto nos processos de cassações de mandatos e em votação de vetos presidenciais. Anterior a esta, em junho do mesmo ano, o Senado Federal aprovou o projeto de lei que considera a corrupção como um crime hediondo. De autoria do Senador Pedro Taques (PDT-MT), o projeto encontra-se atualmente como PL 5.900/2013, aguardando votação na Câmara dos Deputados. Outra proposta que saiu vitoriosa das ruas foi a conhecida PEC 37/2011, mais conhecida como PEC 37, a qual visava retirar o poder de investigação do Ministério Público. De autoria do Deputado Federal Louviral Mendes (PT do B-MA), a proposta de emenda à Constituição foi severamente condenada pelos manifestantes, visto que apresentava claro viés antidemocrático, sendo então rejeitada pela Câmara Federal.

Outro ponto polêmico sem definição ainda é o Estatuto do Nascituro. De autoria da dos Deputados Federais Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG), o estatuto sob o nº 478/2007 colocou em questão a proibição do aborto em caso de estupro e evidenciou o que foi chamado de “bolsa estupro”. O projeto continua a tramitar na Câmara dos Deputados, aguardando audiências públicas com a intenção de debatê-lo. De autoria do Deputado Federal João Campos (PSDB-GO), o Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011, que ficou conhecido como *Cura Gay*, foi arquivado após as intensas manifestações. Sob a alegação que nem mesmo dentro do próprio partido existia apoio, o deputado retirou o projeto que pretendia suspender uma resolução do Conselho Federal de Psicologia, cessando sua tramitação.

Em setembro de 2013, outra proposta que saiu das ruas obteve a vitória. A Presidente Dilma Rousseff, após aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sancionou a lei que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde. Em junho de 2014, ela sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual destina 10% do PIB para essa mesma política pública.

Apesar de algumas vitórias importantes no cenário político, muito pouco tem se alterado em medidas conjunturais desde junho de 2013. Os cinco pactos apresentados pela presidente em 24 de junho de 2013, no calor das manifestações, não se concretizaram em sua plenitude. O primeiro deles – *responsabilidade fiscal e controle da inflação* – parece ser o mais nítido dentro da atual conjuntura, com elevação de preços contínuos e manchetes explorando os traços de corrupção dentro do Estado. O segundo – *investimentos em saúde e contratação de médicos estrangeiros* – pode ter paliativamente resolvido um problema que não é passageiro. A falta de médicos no País expõe a precariedade com que é tratada a saúde pública, o descuido nas políticas educacionais, na formação profissional, e o concreto favorecimento das redes privatistas de saúde. O terceiro item – *destinação de 100% dos royalties do petróleo para a educação* – como já pontuado anteriormente, foi dividido com a saúde. O quarto ponto – *recursos para mobilidade urbana* – transformou-se no Pacto da Mobilidade Urbana, o qual recebeu cerca de R\$ 143 milhões de reais e apresenta alterações que só poderão ser vistas futuramente. O quinto e último ponto apresentado pela presidente foi a *convocação de uma nova Constituinte sobre a reforma política*. O item não se concretizou, transformando-se então na chamada minirreforma eleitoral, a qual foi sancionada com vários vetos pela presidente em 29 de setembro de 2015.

As ruas continuam sendo palco de batalhas entre manifestantes e militares. Ao que parece, elas estão cada vez mais sendo invadidas por todos os tipos de pautas. Em 2015, as massas foram às ruas pedindo o *impeachment* após a reeleição da presidente Dilma Rousseff. A democracia ganhou ares sombrios e coloca em alerta vermelho um governo que pouco tem contribuído nos avanços sociais do País nestes últimos anos. É notório que o governo Dilma está muito aquém do esperado até mesmo pelo próprio Partido dos Trabalhadores. O ajuste fiscal imposto sob o comando da presidente tem penalizado seriamente os trabalhadores, dando margem a uma redução do poder de consumo, inflação, demissões em massa e continuidade dos superlucros aos bancos privados.

Obviamente, nada justifica a derrocada do regime democrático, visto que o Brasil ainda é uma democracia jovem amadurecendo com erros cometidos por aqueles que ajudamos a escolher como representantes do País. No entanto, as ruas, no seu sentido mais profundo de perda de poder de consumo, amparadas por uma classe média que não suporta a ascensão social cada vez maior de um número de pessoas antes excluído, convergem-se, juntamente à mídia tradicional, no questionamento de um processo democrático de direito, como as eleições.

Do outro lado, as ruas da pátria educadora ainda são permeadas por centenas, senão milhares, de professores que foram e vão às ruas. Curitiba, São Paulo e Brasília demonstram nitidamente a qual escalão foi relegado os profissionais do magistério. Historicamente precarizados, é nesta massa de trabalhadores que os governos veem alternativas para diminuição de gastos, recondução de verbas e arrocho salarial. Como se não bastasse a violência a que são expostos cotidianamente e seus míseros rendimentos, não foram poupados pelas bombas de efeitos moral, gás de pimenta e cassetetes.

Somando-se à crise que assola o País, a qual, em 2015, coloca-se muito mais como política, do que como fiscal, o Congresso Nacional também assume vozes conservadoras jamais ouvidas anteriormente. Comandado por um presidente da Câmara dos Deputados que rompeu os laços com a base governista, o Congresso brasileiro transformou-se em um palco de batalhas que somente reflete a sociedade brasileira conservadora, autoritária, machista e hipócrita. As bancadas evangélica, ruralista e policial nunca tiveram tanto peso nas decisões e nos retrocessos postos pelo Congresso.

Em 2015, a PEC 215/2000 é um claro exemplo de retorno de pautas conservadoras no Congresso. Propondo alteração no texto constitucional, a PEC trata de incluir dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas, estabelecendo que os critérios e os procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei (BRASIL, 2000). Essa PEC emerge como um genocídio aos povos indígenas, alvos claros da bancada ruralista. De autoria do deputado Almir Sá (PPB-RR), a PEC aguarda parecer da Coordenação de Comissões Permanentes (CCP).

De autoria do deputado Benedito Domingos (PP-DF), a PEC 171/1993 ganhou um grande debate conservador. Mais conhecida como a PEC da redução da maioria penal, conseguiu ser aprovada em segundo turno por 320, contra 152 votos. Encaminhada para o Senado Federal, a proposta coloca a responsabilidade em meninas e meninos por um destino que não escolheram para si, sendo somente reflexo de uma sociedade branca, conservadora, classista e burguesa.

No âmbito da bancada policial, a revogação do Estatuto do Desarmamento surge como mais um retrocesso, sendo justificada pelos índices de violência urbana no País. Além de liberar a posse de arma para cerca de dez categorias profissionais, o texto ainda prevê a diminuição da idade mínima para posse de arma de 25 para 21 anos, além da possibilidade de aumento no

número de aquisição de munição por ano. De autoria do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), o PL 3.722/2012 disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas, além de revogar a Lei nº 10.826, de 2003 (BRASIL, 2012). O PL que se encontra apensado atualmente a outro projeto de lei, o PL 3.376/2015, de autoria do Senador Federal Marcelo Crivella (PRB-RJ), já foi aprovado nas comissões especiais e encontra-se na mesa diretora da Câmara Federal.

Comandado pela ala evangélica do Congresso Nacional, temas em torno da sexualidade, gênero e família voltaram à discussão em um cenário que impõe dogmas religiosos, decisões pessoais e preconceitos a um Estado laico.

De autoria do deputado federal Anderson Ferreira (PR-PE), o PL 6.583/2013 institui o Estatuto da Família, que define como entidade familiar o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BRASIL, 2013). Essa definição vai de encontro com a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), o qual em 2011 reconheceu que a família formada por união homoafetiva tem os mesmos direitos das uniões heterossexuais. O referido PL coloca ainda em proposição políticas educacionais doutrinadoras para uma família heteronormativa, além de criar o dia da família.

Outro tema que ganha destaque em 2015 são os projetos de lei que tratam da sexualidade. De autoria do presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o PL 7.382/2010 pretende penalizar a discriminação contra heterossexuais, determinando, assim, medidas e políticas públicas antidiscriminatórias. Encontra-se na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) o parecer emitido pela relatora deputada Erika Kokay (PT-DF), a qual entendeu pela rejeição da proposta. Enquanto isso, o PL 122/2006 de autoria da deputada Iara Bernardi (PT-SP), o qual colocava a homofobia como crime, foi arquivado e apensado à proposta do novo Código Penal, aguardando ainda tramitação.

Ponto divergente entre progressistas e conservadores, os PL 7.443/2006 e 1.545/2011, de autoria de Eduardo Cunha, além do PL 5.069/2013 do mesmo deputado juntamente a Isaias Silvestre (PSB-MG), João Dado (PDT-SP) e outros, colocam em questão o direito ao aborto, contribuindo na culpabilização da mulher em caso de estupro, promovendo então um célere retrocesso no direito à autonomia sobre o próprio corpo.

O trágico cenário atual posto no Congresso Nacional, certamente, é reflexo de manifestações de ruas que se põem Brasil afora em uma clara ojeriza aos diferentes. Se observar

as pautas apresentadas no Congresso e a onda de manifestações, ter-se-á certeza de que junho de 2013 produziu grandes conquistas, contudo, aguçou o ego do conservadorismo para encampar grandes derrotas aos liberais. Assim, é válido afirmar que as manifestações de junho de 2013 têm sua legitimidade, pois deixaram uma marca na história do País, quando as ruas tornaram-se um importante instrumento de mobilização política, questionamento da ordem e inquietação dos vários setores da sociedade. Elas não serão repetidas em momento algum da história. Na verdade, já se encerraram. Deixaram um legado que por vezes soa assombroso, no entanto, as ruas continuam a ser reflexo de uma sociedade que por vários fatores – políticos, econômicos, culturais e sociais – mantém acesa a chama do conservadorismo, do patriarcal e das simbologias que lembram, muitas vezes, os senhores de engenho. O que sobrou de junho de 2013 ainda está sendo colhido, por todos os lados, permeando as ruas do País com manifestos ora conservadores, ora progressistas, em alguns momentos radicais, em outros, anarquistas. Basta decidir de que lado cada um estará.

## Referências

- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Tradução Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- ALCKMIN, Geraldo. In: **Junho – o mês que abalou o Brasil**. Documentário. Produção TV Folha. São Paulo, 2014.
- ALENCAR, Chico. **A rua, a nação e o sonho: uma reflexão para as novas gerações**. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2013.
- ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- ANFIP. **Análise da Seguridade Social 2014**. Brasília: ANFIP, 2015.
- ANONYMOUS. **Nota à Imprensa: Manifestações de 2013 – Anonymous**. Anonymous Brasil. Disponível em: <<http://www.anonymousbrasil.com/brasil/nota-a-imprensa-manifestacoes-anonymousde-2013/>>. Acesso em: 5 set. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Perguntas e Respostas – Anonymous**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UyMSzlQ4iiQ>>. Acesso em: 4 set. 2015.
- ARAÚJO, Chiara. A primavera árabe e as lembranças de 1848. In: **Breviário de Filosofia Pública**. n.9. Niterói: UFF, 2011.
- ARCARY, Valério. Duas teses sobre a situação internacional. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs.). **Movimentos Sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BANCO MUNDIAL. Índice de Gini (estimativa do Banco Mundial). Washington, 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>>. Acesso em: 2 out. 2015.
- BARROCO; Maria L. S.; TERRA, Sylvia H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BEHRING, Elaine R. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ Abepss, 2009a.
- \_\_\_\_\_. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al. (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009b.
- \_\_\_\_\_; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 2.v.

BERNABUCCI, Claudio. O abismo entre ricos e pobres cresce. In: **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/825/desiguais-ate-na-criese-6331.html>>. Acesso em: 8 out. 2015.

BLACK BLOC. In: **Suplus**: há saída para a sociedade de consumo. Documentário. Direção e Produção Erik Gandini. 2013.

BLUEMEN, Felipe. “Ninjas” do jornalismo travam guerrilha pela liberdade da mídia. **Catraca Livre**. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/ninjas-do-jornalismo-travam-guerrilha-pela-liberdade-da-midia/>>. Acesso em: 2 set. 2015.

BOEIRA, Sérgio L.; SANTOS, Adriana C. Bogo dos; SANTOS, Alini G. **Estatuto da Cidade**: aspectos epistemológicos, sociopolíticos e jurídicos. Revista de Administração Pública — Rio de Janeiro v. 43, n. 3, p. 695-712, maio/jun. 2009.

BONDUKI, Bia. Como o Anonymous Brasil foi decisivo pra impulsionar as manifestações recentes no país?. You Pix. Disponível em: <<http://youpix.virgula.uol.com.br/comportamento/rede-anonymous-impulsionou-ativismo-no-facebook-durante-as-manifestacoes-diz-estudo/>>. Acesso em: 3 set. 2015.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BOSCHETTI, Ivanete S. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **Serviço Social**: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ Abepss, 2009.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Brasília, 2014.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Territórios transversais. In: **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

CAPPELLO, Nina. In: **Junho – o mês que abalou o Brasil**. Documentário. Produção TV Folha. São Paulo, 2014.

CARCANHOLO, Marcelo et al. (Orgs.). **Neoliberalismo**: a tragédia do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1998.

CARLOS, Ana Fani A. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estudos Avançados** 23 (66), 2009.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações em 2011. In: **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Comentários ao Estatuto da Cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

CARVALHO, Fernanda et al. Irã: Aspectos políticos-sociais. **Revista Geo-paisagem**. Ano 10, n. 20, jul./dez., 2011.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2014.

CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Teoria e Debate**, São Paulo, Edição 113, 2013. <<http://www.teoriaedebate.org.br/?q=materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso em: 9 set. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasília: Editora Brasiliense, 2004.

CHINELLI, Filippina. Os loteamentos da periferia. In: **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CORONADO, Jaime Preciado; U C, Pablo. As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. In: BRINGEL, Breno; GOHN, Maria da Glória (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

COSCELLI, João. A revolução será twittada. **O Estado de São Paulo**, 17 dez. 2011. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,a-revolucao-sera-twittada,812020>> . Acesso em: 15 jan. 2015.

COSTA, Jairo. A tática do Black Bloc. **Revista Mortal**, out. 2010. Disponível em: <[http://issuu.com/revistamortal/docs/revista\\_mortal\\_a?viewMode=magazine](http://issuu.com/revistamortal/docs/revista_mortal_a?viewMode=magazine)>. Acesso em: 5 set. 2015.

COSTA, Teresa; LIMA, Rochelly. Questão Urbana e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 79. São Paulo: Cortez, 2004.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CUTTS, MATT. Google, 2010. Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-PT/insidesearch/howsearchworks/crawling-indexing.html>>. Acesso em: 8 set. 2015.

DAVIS, Mike. Chega de chilete. In: **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

\_\_\_\_\_. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIEESE. **Boletim de Conjuntura**. n. 4. São Paulo: DIEESE, 2015.

DIMENSTEIN, Gilberto. In: **Junho – o mês que abalou o Brasil**. Documentário. Produção TV Folha. São Paulo, 2014.

DINIZ, Lilia. O jornalismo em tempo real da mídia ninja. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o\\_jornalismo\\_em\\_tempo\\_real\\_da\\_midia\\_ninja/](http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o_jornalismo_em_tempo_real_da_midia_ninja/)>. Acesso em: 3 set. 2015.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: Uma introdução. Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. Editora Boitempo, 1997.

ÉPOCA NEGÓCIOS. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/fotos/2013/02/os-20-sites-mais-acessados-do-mundo.html>>. Acesso em: 9 set. 2015.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1997.

FMI. **World Economic Outlook Database**. Washington: FMI, 2015.

FONTES, Virgínea. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FORA DO EIXO. **Universidade Fora do Eixo**. Brasília: Fora do Eixo. Ministério da Cultura, 2013.

GABEIRA, Fernando. Mídia Ninja e o futuro desfocado. **Estadão**. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,media-ninja-e-o-futuro-desfocado-imp-1064592>>. Acesso em: 3 set. 2015.

GIOVANNI, Geraldo Di; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. **A Política Social Brasileira no Século XXI**: A prevalência dos programas de transferência de renda. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GODIM, Linda; SOARES, José A. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: BAVA, Silvio C.; SOARES, José A. (Orgs.). Os desafios da gestão municipal democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GOHN, Maria da G. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOUGH, Ian. **Economia política del Estado del bienestar**. Tradução: Gregório Rodriguez Cabrero. Madri: H Blume Ediciones, 1982.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Ronnie Aldrin. **Atlas da exclusão social no Brasil**: dez anos depois. v. 1 São Paulo: Cortez, 2014.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013a.

- \_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2013b.
- \_\_\_\_\_. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.
- \_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HELLER, Agnes. **Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica**. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda V. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.) **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- IASI, Mauro. A rebelião, a cidade e a consciência. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- \_\_\_\_\_. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs.) **Movimentos Sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.
- IBGE. São Paulo e Goiás são os Estados que mais recebem migrantes, mostra Censo. **IG**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-04-27/sao-paulo-e-goias-sao-os-estados-que-mais-recebem-migrantes-most.html>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- IPEA. **Tarifação e financiamento do transporte público urbano**. n. 2. Brasília: IPEA, 2013.
- JUDENSNAIDER, Elena. In: **Junho – o mês que abalou o Brasil**. Documentário. Produção TV Folha. São Paulo, 2014.
- KFOURI, Juca. In: **Junho – o mês que abalou o Brasil**. Documentário. Produção TV Folha. São Paulo; 2014.
- KRIEGER, Renate. **Ascensão da Mídia Ninja põe em questão imprensa tradicional no Brasil**. Made for Minds. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/ascens%C3%A3o-da-m%C3%ADdia-ninja-p%C3%B5e-em-quest%C3%A3o-imprensa-tradicional-no-brasil/a-16989948>>. Acesso em: 2 set. 2015.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIMA, Venício A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LOCATELLI, Piero. VIEIRA, Willian. O Black Bloc está na rua. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/760/o-black-bloc-esta-na-rua-7083.html>>. Acesso em: 5 set. 2015.

LORENZOTTI, Elizabeth. POSTV, de pós-jornalistas para pós-telespectadores. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/postv\\_de\\_pos\\_jornalistas\\_para\\_pos\\_tespectadores/](http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/postv_de_pos_jornalistas_para_pos_tespectadores/)>. Acesso em: 1º set. 2015.

MACHADO, André. Artigo I: o Anonymous e Os Passáros, de Hitchcock. **O Globo**. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/blogs/andremachado/posts/2012/04/09/artigo-o-anonymous-os-passaros-de-hitchcock-439571.asp>>. Acesso em: 4 set. 2015.

MACHADO, Murilo Bansi. Hacking como expressão do novo ativismo. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós Graduação da Faculdade Cásper Líbero**. v. 4, n. 2. São Paulo: Comtempo, 2012.

MAIOR, Jorde Luiz Souto. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. Apresentação de Paul Singer. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Régis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINS, Jeová Dias. **As regras da metrópole**. Campo urbanístico e ordem social na região metropolitana de São Paulo. Tese (Doutorado) Brasília: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. Crítica do Programa de Gotha. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **O capital: Livro I**. México: Fondo de Cultura, 1975.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Portugal: Presença, 1974.

MAZOTTE, Natalia. Mídia Ninja: um fenômeno de jornalismo alternativo que emergiu dos protestos no Brasil. **Journalism in the Americas**. Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-14113-midia-ninja-um-fenomeno-de-jornalismo-alternativo-que-emergiu-dos-protestos-no-rio-de->>. Acesso em: 2 set. 2015.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MONTAÑO, Carlos. A ilusão da autorrepresentação da Sociedade Civil: as ONGs e seu papel social e político no quadro de hegemonia neoliberal. In: MONTAÑO, Carlos (Org.). **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTEIRO, Paulo C. Black Bloc: “Fazemos o que os outros não têm coragem de fazer”. **Revista Fórum**. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/08/black-bloc-fazemos-o-que-os-outros-nao-tem-coragem-de-fazer/>>. Acesso em: 6 set. 2015.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. A “viagem de volta”: significados da pesquisa na formação prática e profissional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 240-265, abr./jun. 2013.

MORALES, Ofelia E. T.; SOUZA, Carlos R.; ROCHA, Paula M. Mídias Digitais e suas potencialidades nos tempos contemporâneos: estudo de caso “Mídia Ninja”. **Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, n. 6, Curitiba. Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFPR, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MPL-SP. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Método na Teoria Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

NOBRE, Marcos. In: Junho – o mês que abalou o Brasil. **Documentário**. Produção TV Folha. São Paulo, 2014.

NOGUEIRA, Vera; PFEIFER, Mariana. O papel do Estado e o “Welfare Mix”. **Serviço Social em Revista**, Londrina, n. 02, v. 5, jan/jun 2003.

OBSERVATÓRIO SÍRIA DE DIREITOS HUMANOS. **320.000 pessoas mortas desde o início da revolução síria**. 9 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.syriahr.com/en/2015/06/320000-people-killed-since-the-beginning-of-the-syrian-revolution/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

OLIVEIRA, Iris Maria de. Cultura política, direitos e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

PAIQUE. **IPEA e a Tarifa Zero**: o óbvio que bate à porta. Disponível em: <<http://tarifazero.org/2013/07/05/ipea-e-tarifa-zero-o-obvio-que-bate-a-porta/#more-6055>>. Acesso em: 10 set. 2015.

PARK, Robert. *On Social Control and Collective Behavior*. Chicago: ChicagoUniversity Press, 1967.

PESCHANSKI, João Alexandre. O transporte público gratuito, uma utopia real. In: **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

\_\_\_\_\_. Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In: **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

PIRA. Guerra dos Memes. **Revista Piauí**. Entrevista a Ronaldo Bressame. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/guerra-dos-memes/>>. Acesso em: 1 set. 2015.

POCHMANN, Márcio. “Nós somos um país em que a desigualdade é nossa marca”. In: **Brasil de Fato**. Entrevista a Simone Freire. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/30631>>. Acesso em: 8 out. 2015.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **O que é Liberdade Capitalismo x Socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PUMAIN, Denise. *Scaling Laws and Urban Systems*. Santa Fé: Santa Fé Institute, 2003.

REQUENA, Antonio Trinidad; SÁNCHEZ, Margarita Pérez. *Análisis y Evaluación de Políticas Sociales*. Madri: Tecnos, 2010.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Desigualdades, Estrutura Social e Segregação Socioespacial**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, [2010?].

RIBEIRO, Sâmbara Paula Francelino. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs.). **Movimentos Sociais e serviço social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

SADER, Emir. Crise capitalista e novo cenário no Oriente Médio. In: **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

\_\_\_\_\_. In: **Junho – o mês que abalou o Brasil**. Documentário. Produção TV Folha. São Paulo, 2014.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

\_\_\_\_\_. In: **Junho – o mês que abalou o Brasil**. Documentário. Produção TV Folha. São Paulo, 2014.

SALES, Mione A. Mídia e questão social: o direito à informação como ética de resistência. In: SALES, Mione A.; RUIZ, Jefferson L. S. (Orgs.). **Mídia, questão social e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de A. Jornadas de Junho e Revolução Brasileira. In: **Interesse Nacional**, São Paulo, ano 6, n. 23, São Paulo: Associação Interesse Nacional, out/dez, 2013.

SANTOS, Cleusa, et al. PAC: uma orientação neoliberal para as políticas sociais – gestão dos direitos ou dos negócios do social? In: **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 116-146, jan./jun. 2010.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SAVAZONI, Rodrigo; MACHADO, Murilo; SILVEIRA, Sérgio A. As múltiplas faces do *anonymous: hacking* político nas redes digitais. In: GT01 Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura (trabalho) **36 Encontro Anual da Anpocs**, Águas de Lindóia, 2012.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da. et al. Movimentos Sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 112-125, jan./mar. 2012.

SILVEIRA FILHO, José. **A crise na Grécia**: preliminares de uma análise. Janela Econômica. Curitiba, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. In: **Revista Sociologias**, n 16. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

TAKAHASHI, André. O Black Bloc e a resposta à violência policial. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-black-bloc-e-a-resposta-a-violencia-policial-1690.html>>. Acesso em: 5 set. 2015.

TARIZA ZERO. O que é tarifa zero? **Tarifa Zero**. Disponível em: <<http://tarifazero.org/tarifazero/>>. Acesso em: 1º set. 2015.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: 2001.

TONELLA, Celene. Políticas Urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 1, jan./abr. 2013.

TORTURRA, Bruno. In: **Junho – o mês que abalou o Brasil**. Documentário. Produção TV Folha. São Paulo, 2014.

UGARTE, David de. **O poder das redes**: manual para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o *ciberativismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VALLONE, Giuliana. In: **Junho – o mês que abalou o Brasil**. Documentário. Produção TV Folha. São Paulo, 2014.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

YAMAOKA, Eloi Juniti. O uso da internet. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ZERZAN, John. In: **Suplus**: há saída para a sociedade de consumo. Documentário. Direção e Produção Erik Gandini. 2013.

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

\_\_\_\_\_. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Tradução: Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Problemas no Paraíso. In: **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

## Portais Consultados por Eixo de Pesquisa

### *MPL*

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-21/mpl-encerra-protestos-reforca-origem-de-esquerda-e-diz-que-nao-e-antipartidario.html>

<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-haddad-aparece-de-surpresa-em-reuniao-entre-governo-e-mpl,f92376de0c35f310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>

<http://noticias.r7.com/sao-paulo/mpl-um-raio-x-do-movimento-que-esta-parando-sao-paulo-13062013>

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=229842>

<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2013/06/prefeito-de-sao-jose-descarta-baixar-tarifa-e-mpl-promete-mais-protestos.html>

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-07-31/mpl-volta-as-ruas-em-ato-contra-desvios-no-metro-de-sao-paulo.html>

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-21/sem-mpl-passeata-na-paulista-termina-em-festa-e-bate-boca.html>

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-06/transporte-publico-ruim-afeta-saude-educacao-e-cultura-da-populacao-dizem-especialistas>

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/nao-era-um-carnaval-eram-blocos-7203.html>

### *Mídia Ninja*

[http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/\\_ed758\\_o\\_globo\\_e\\_o\\_jornalismo\\_do\\_midia\\_ninja/](http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed758_o_globo_e_o_jornalismo_do_midia_ninja/)

<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/07/manifestantes-criticam-pm-do-rj-por-prisao-de-integrante-do-midia-ninja.html>

<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2013/07/24/que-ninja-e-esse/>

<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/coletivo-midia-ninja-usa-4g-para-transmitir-manifestacoes>

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/movimentos-de-comunicacao-marcam-ato-na-sede-da-rede-globo-em-sao-paulo-7160.html>

<http://natelinha.ne10.uol.com.br/noticias/2013/06/18/protestos-tomam-conta-da-tv-carro-da-record-e-queimado-em-sp-62635.php>

<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2013/06/reacao-a-overdose-de-violencia-policial-sai-das-redes-e-ocupa-as-ruas-8210.html>

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/quem-sao-os-anarquistas-de-preto-que-vandalizam-sp/>

[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/06/30/interna\\_politica,415011/entenda-a-ideologia-por-tras-da-quebradeira.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/06/30/interna_politica,415011/entenda-a-ideologia-por-tras-da-quebradeira.shtml)

<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,por-dentro-da-tropa-de-choque-dos-protestos-imp-,1042670>

<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/07/black-bloc-nao-se-da-em-atacar-mas-em-se-defender-diz-jovem-do-grupo.html>

<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/black-bloc-a-linha-de-frente-de-protestos-contrabancos-e-governo/>

[http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed758\\_adeus\\_fascistas\\_mascarados/](http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed758_adeus_fascistas_mascarados/)

*Anonymous*

<http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/hackers-do-anonymous-prometem-ataques-em-apoio-aos-protestos-de-sp-20130614.html>

<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/anonymous-brasil-invade-twitter-do-site-g1>

<http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/ativo-no-facebook-anonymous-assume-lideranca-das-manifestacoes-pelo-brasil-20130620.html>

<http://blogs.ne10.uol.com.br/mundobit/2013/06/17/hackers-invadem-perfil-de-dilma-rousseff-no-instagram-em-apoio-aos-protestos/>

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/07/acabar-com-corrupcao-e-foco-do-anonymous-contam-integrantes.html>

<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/iconomia/2013/06/11/anonymous-ja-era/>

## Portais Governamentais Federais

### Presidência da República

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc76.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc76.htm)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12858.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12858.htm)

### Senado Federal

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>

### Câmara dos Deputados

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=583945>

<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2024315>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>

<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541857>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>

<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=478462>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=333041>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507573>

<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>